

A stylized, high-contrast black and white map of Brazil. The map shows the outline of the country and a network of lines representing major roads or rivers. Several five-pointed stars are placed on the map, marking specific locations. The text is overlaid on the map.

ELIANO CARDIM

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA

edição ilustrada

BRASILIANA
VOLUME 919

JUSTINIANO JOSÉ
DA ROCHA

BRASILIANA

Volume 318

Direção:

ARY DA MATTA

ELMANO CARDIM

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA

edição ilustrada

181
13823
4.3.18

v64

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

BIBLIOTECA CENTRAL	UNIVERSIDADE DO BRASIL
	SEÇÃO REGISTRO
	ANO <u>1964</u> N° <u>443</u>

Exemplar Nº 0353

nº inv. 451.046
cod. barras: 81384

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo 2, SP

1964

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

**"Foi o primeiro dos jornalistas
brasileiros do seu tempo"**

RIO BRANCO, *Efemérides*

Índice

<i>Introdução</i>	1
<i>Traços biográficos</i>	5
O jornalista	13
Imprensa livre, imprensa oficial e imprensa officiosa	29
Política do Rio da Prata	37
O Parlamentar	39
O professor	51
O escritor	59
Justiniano e a política de conciliação	63
Ação; reação; transação	77
Glória e ocaso de uma vida	85
Anexo:	
Nota I	97
Nota II	101
Nota III	117
Nota IV	131
Bibliografia de Justiniano José da Rocha	137
Obras consultadas	139
Jornais fundados por Justiniano José da Rocha	141
<i>Índice onomástico</i>	143

Ilustrações

Introdução

ORIGINA-SE ÊSTE TRABALHO de uma conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração ao centenário da morte de Justiniano José da Rocha.

Estudando a figura do grande jornalista do Segundo Reinado, na ação por êle desenvolvida na imprensa, nas letras e na vida pública, revivendo o homem através da sua correspondência íntima e dos comentários sôbre êle feitos pelos contemporâneos, verificou o conferencista que Justiniano José da Rocha merecia ser melhor conhecido, para que sôbre a sua personalidade se viesse a formar um conceito justo, desfeitas muitas das dúvidas existentes sôbre a sua vida, retificadas algumas inexatidões, revelados fatos e dados que pudessem contribuir para um melhor juízo de sua atuação na sociedade brasileira e do seu papel de jornalista, que o foi por vocação, marcando pelo seu valor uma época na imprensa brasileira.

Passando assim de conferência a livro, esta biografia de Justiniano José da Rocha não podia deixar de ressentir-se, nessa mutação, das falhas que apresentam em geral as obras que não foram planificadas com a sistemática que lhes é própria.

Tôda biografia, observou André Maurois, toca à História, pela reconstituição do momento em que se situa a vida da figura evocada. E, também, toca à Moral, pela revelação do caráter do biografado, das suas fraquezas e das suas virtudes, com a análise dos aspectos humanos que o caracterizam e marcam a sua projeção nos acontecimentos em que foi parte ou em tôrno dêle se processaram.

A vida de um jornalista como Justiniano não pode ser decifrada e explicada sòmente pelo que publicou nas colunas dos seus jornais. Intérprete de um partido, sem nunca haver

abandonado as suas fileiras, ora estava com o governo, ora estava em oposição. Não podia deixar de ser contraditório consigo mesmo e se forem esmiuçadas as suas opiniões certo ficará rompida a linha ideal de coerência de quem por tanto tempo doutrinou a vida pública do país. Compreende-se bem essa ondulação na esteira rígida dos princípios se se levar em conta a identidade de idéias com que nos seus programas os dois únicos partidos do Império traçavam a linha política da nação brasileira. Por isso mesmo, não foi raro que membros desses dois partidos pudessem servir a um ou ao outro, mudando de legenda conforme as circunstâncias os atraíssem para o governo ou os impelisses para a oposição.

O que, em regra, predominava no espírito desses políticos, entre os quais alguns foram grandes estadistas, era o empenho em servir ao país, com sentimento de verdadeiro patriotismo, que se positivava no alto nível a que se elevou, no longo período da monarquia, a vida pública brasileira.

É certo que para isso concorria decisivamente a figura central de Pedro II, com sua austeridade, sua devoção à causa pública, seu amor ao estudo e ao trabalho. Tudo no Brasil girava então em torno do monarca, exemplo de probidade, de modéstia, de brasilidade. A "ditadura da moralidade" que praticou pode ter sido, em alguns poucos casos, exagerada, motivando por isso possíveis injustiças. Mas o bem que fez à nação, como modelo de conduta superior, com o rigor de vigilância inflexível sobre os que serviam ao país com a ponderação e o bom senso que o norteavam no desempenho da sua missão imperial, todo o conjunto de qualidades pessoais que possuía esse êmulo de Marco Aurélio se refletiu na vida pública nos cinquenta anos de reinado que tanto dignificaram o Brasil.

Justiniano José da Rocha teve, no período em que escreveu os seus jornais, uma indiscutível influência nos acontecimentos políticos que se desenrolaram no país. Com sua inteligência e sua cultura, servindo à causa de um partido, muito contribuiu para que na consciência nacional se consolidassem os princípios e postulados que haviam de assegurar à democracia brasileira uma continuidade que não sofreu com a mudança do regime em 1889, nem se alterou com as crises tantas

vêzes surgidas depois na vida republicana. Formou êle na plêiade dos grandes jornalistas brasileiros, que por sua doutrinação, a bravura com que defenderam sempre suas opiniões e a noção exata que tiveram do ângulo em que se situava o interesse pátrio, constituíram fatores valiosos na formação da nacionalidade.

Foi o nosso biografado um exemplo de fidelidade à sua vocação de jornalista. Nunca desertou da profissão que, como "túnica de Nesso", segundo êle mesmo disse, se lhe grudou às carnes para, na luta sem tréguas com dificuldades e necessidades, levá-lo afinal a um fim inglório, após vinte e cinco anos de atuação no cenário em que representou e ao qual imprimiu a marca indelével do seu grande talento e da sua bela cultura.

Estêve presente, com a sua brilhante pena de jornalista, nas principais fases da luta da liberdade com a autoridade, por êle analisadas no seu famoso ensaio *Ação; reação; transação*, pois estreou na imprensa em 1836 e seguiu a evolução política do Império até 1861, ano em que suspendeu a publicação do seu último jornal, para morrer no ano seguinte. Foi assim uma testemunha, e, mais do que isso, ativo participante dos acontecimentos pela colaboração ou pela crítica da sua pena, quer como jornalista, quer como escritor político.

A democracia brasileira muito deve ao seu pensamento, à sua fé e ao seu patriotismo. Foi aplaudido e foi combatido e, no balanço do julgamento público, mais vítima de injustiças do que alvo de compensações.

Em vida, quando ferviam as paixões e se jogavam os interesses partidários, era natural que assim fôsse. Hoje, um século decorrido da sua morte, uma refletida e imparcial reconstituição dessa vida quase esquecida pode procurar a verdade, que é sempre o objetivo da História, para com ela e através dela se retratar a figura de Justiniano José da Rocha, com serenidade, compreensão e justiça.

Traços biográficos

“UM DOS TALENTOS MAIS BRILHANTES que adornaram as letras e o jornalismo da nossa terra, o Dr. Justiniano José da Rocha, escrevendo a vida do ilustre Marquês de Baependi, enunciou um conceito que não pode ser contestado em sua generalidade, quando acusou de ingrato e esquecedor o povo brasileiro.

Com efeito, é uma triste realidade. Nem o passado nem o futuro do país atrai entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado — dêsse passado ainda tão recente, mas tão fértil em grandes exemplos e lições proveitosas —, só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárneo e ridículo da parte de muitos.”

Essas palavras são do Barão do Rio Branco, ao escrever, ainda aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, a biografia do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo, herói esquecido das campanhas do Sul, nas duas primeiras décadas do século passado.

O conceito do biógrafo de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, e que tanto calou no espírito de Rio Branco, pode aplicar-se ao próprio Justiniano José da Rocha, grande jornalista do Segundo Império, cujo centenário de falecimento foi comemorado em 10 de julho de 1962. Na lembrança dos nomes do passado, dos que foram grandes nos campos da vida pública por êles escolhidos, Justiniano é dos mais esquecidos e injusto o desconhecimento da sua ação, como imperdoável o olvido em que jaz na galeria dos mais notáveis jornalistas brasileiros.

Sua pena estêve sempre a serviço do Partido Conservador, que defendeu e amparou com calor e inteligência, jamais de-

sertando das suas fileiras, mesmo quando em desacôrdo com os seus correligionários. Poucas, muito poucas compensações teve, no entanto, em face de tal dedicação, o devotado jornalista, que morreu esquecido, sem honrarias, a braços com a miséria.

Rio Branco, nas *Efemérides*, diz ter sido Justiniano "o primeiro dos jornalistas brasileiros do seu tempo", em contrário à opinião de Joaquim Nabuco, que dá essa primazia a Francisco Otaviano, a seu ver detentor da "pena de ouro da imprensa". A divergência talvez se explique porque Rio Branco era conservador e Nabuco era liberal...

Alcindo Guanabara, "príncipe dos jornalistas", disse ter sido Justiniano o maior jornalista brasileiro. Joaquim Manuel de Macedo sôbre êle escreveu: "O cetro do jornalismo político do Brasil passou das mãos de Evaristo da Veiga para as de Justiniano da Rocha, que o conservou por longos anos, desde 1836. Evaristo da Veiga foi o primeiro mestre, teve para si a glória da prioridade, a flama do patriotismo e do talento, o dom precioso do bom senso, o grande merecimento da censura sem fel e da polêmica enérgica mas decente; Justiniano da Rocha excedeu-o em ilustração e em máxima habilidade de escritor estrategista nos combates da imprensa".

Apesar de tão elevados julgamentos, o fato é que Justiniano não tem, no conceito público dos contemporâneos, o prêmio merecido pelo seu valor. Apenas de alguns expoentes da inteligência brasileira recebeu sua memória o panegírico que, de algum modo, compensa aquela injustiça. Não só Rio Branco fêz o elogio do seu valor. Outros, com idêntica autoridade, enalteceram a sua capacidade profissional e a sua obra de escritor. Sílvio Romero classifica-o como "um dos mestres laureados da palavra escrita no Brasil" e, com o radicalismo de muitos de seus julgamentos, acrescenta "não haver Justiniano como jornalista encontrado ainda quem o excedesse entre nós". Na sua autobiografia, o Conselheiro Tito Franco de Almeida, liberal, vê em Justiniano "um atleta do jornalismo". Historiadores e publicistas, como Salvador de Mendonça, Alfredo Pujol, José Veríssimo, Otávio Tarquínio de Sousa, Pedro Calmon, Hélio Viana, Nélson Mascarenhas, R.

Magalhães Júnior, enaltecera a figura de Justiniano como jornalista, dos maiores que já teve o Brasil, e também, como escritor notável.

Nascido em 28 de novembro de 1811 e não em 1812, como consta de tôdas as suas biografias, suas origens ficaram até agora imersas em mistério e confusão. Alguns autores dão-no como filho do Capitão-mor José Joaquim da Rocha, prócere da Independência, eleito Deputado às Côrtes de Lisboa, membro da Constituinte de 1823, Ministro do Brasil em Paris e Roma. Outros dizem-no filho de José Caetano da Rocha.

O Sr. R. Magalhães Júnior, que publicou sôbre Justiniano um dos melhores estudos existentes, nos *Três panfletários do Segundo Reinado* endossou a versão do Visconde de Nogueira da Gama, em *Minhas Memórias*, de ser Justiniano filho do Capitão-mor José Joaquim da Rocha. Encontrou aquêle escritor, para legitimar sua convicção, vários elementos e razões plausíveis. Mas, prosseguindo nas suas pesquisas, chegou o Sr. R. Magalhães Júnior à certeza do êrro em que colaborava, conseguindo afinal a certidão de batismo de Justiniano nos arquivos da Faculdade de Direito de São Paulo, cujo curso êle frequentou de 1829 a 1833. Por êsse documento, ainda não publicado, vê-se que Justiniano era filho legítimo de José Caetano da Rocha e D. Maria Luísa Muzzi, o que consta também do discurso do Dr. Tomás Alves, seu sucessor na cátedra da Escola Militar, pronunciado nas comemorações do trigésimo dia de falecimento do jornalista. Nesse discurso está também precisada a data de seu nascimento.

Aliás, era fácil concluir pelo êrro dos que davam Justiniano como filho do Capitão-mor José Joaquim da Rocha, pois êste faleceu em 16 de julho de 1848, e Justiniano, no seu famoso discurso autobiográfico de 26 de maio de 1855, refere-se à morte do pai em data muito anterior àquela.

A filiação de Justiniano está, assim, comprovada por dois documentos decisivos: o assento de seu batismo, constante de fls. 463, linha 4, e realizado no dia 10 de janeiro de 1812, na Igreja da Sé do Sacramento, pelo coadjutor Antônio Ferreira Ribeiro, sendo padrinhos Aleixo Paz Sardinha e D. Ana Liberata; e o registro do seu casamento, realizado pelo Pri-

meiro coadjutor José Simões da Fonseca na mesma Igreja, em 18 de julho de 1836, com Maria José Alves, filha de pais incógnitos, natural e batizada na freguesia de S. José. No casamento de Justiniano foram testemunhas o seu pai, José Caetano da Rocha, e o Dr. Antônio José Coelho Gonzaga.

Em ambos êsses assentos eclesiásticos, Justiniano figura como filho legítimo de José Caetano da Rocha, natural e batizado na freguesia do Sacramento, de Recife, Pernambuco, e de D. Maria Luísa Muzzi, filha legítima, por subsequente matrimônio, do Dr. Gonçalo José Muzzi e de D. Caetana Alberta de Lucena, natural do Rio de Janeiro.

Os pais de Justiniano casaram-se na Igreja da Sé do Sacramento do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1804, como consta da fôlha 60 do livro 2. Foram testemunhas Antônio Fernandes Machado e Antônio Luís Ferreira de Menezes.

Da descendência de Justiniano, que foi numerosa, pois êle próprio informa ter sido o seu matrimônio abençoado com o nascimento de um filho por ano, não se encontram, no entanto, informações positivas. Apenas de sua filha Maria Luísa Alves da Rocha sabe-se que casou com Conrado Maurício Hesse, de nacionalidade alemã, em 7 de dezembro de 1853, na Igreja de Sant'Ana, desta cidade, conforme se lê a fls. 43 do livro 3.

Sobre o lugar de nascimento de Justiniano, seriam passivos os dados e informações colhidos, se não houvesse motivo para uma dúvida oriunda de palavras dêle próprio. Todos os seus biógrafos dão-no como nascido no Rio de Janeiro, e tanto no registro do seu casamento como no atestado do seu óbito, isso se afirma. Muitos que a êle se referiam em vida diziam-no fluminense, que assim se designavam os naturais da Côrte do Império do Brasil, ligada para êsse e outros efeitos à Província do Rio de Janeiro.

No entanto, Justiniano, no discurso autobiográfico que pronunciou na Câmara dos Deputados, disse: "Vim para o Rio de Janeiro ainda muito menino, formei-me com 21 anos incompletos e já sentia nessa época o impulso que me devia fazer jornalista".

De onde veio, ainda muito menino, para o Rio de Janeiro? Nascido em 28 de novembro de 1811, Justiniano foi

batizado no dia 4 de janeiro de 1812, isto é, 37 dias após o nascimento, o que deixa presumir haver êle nascido no lugar em que recebeu o batismo.

Seus pais, como já vimos, casaram-se aqui, na Igreja do Sacramento. E êle também. Seu batismo se fêz nessa mesma Igreja, embora do respectivo assento não conste nem a data nem o lugar de nascimento do inocente sacramentado. Mas no registro do seu casamento, que êle assina, está dito haver êle nascido no Rio de Janeiro.

Existe, no entanto, um episódio capaz de desfazer a dúvida quanto ao lugar de nascimento de Justiniano e de explicar a declaração feita por êle no discurso de 25 de maio de 1855.

Em 1.º de abril de 1854, uma comissão composta do desembargador João Antônio de Miranda, do monsenhor Antônio Pedro dos Reis e do Dr. Justiniano José da Rocha fôra recebida pelo Imperador no palácio da Quinta da Boa Vista, para levar pêsames à Sua Majestade, em nome da Câmara Municipal da vila de Rio Prêto, província de Minas Gerais, por motivo do falecimento de sua irmã, a rainha D. Maria II, de Portugal. Na notícia publicada pelo jornal de Justiniano lê-se que a referida Câmara, por si e pelos cidadãos do Município, teria determinado aos três ilustres delegados que depositassem ante S.M.I. a expressão dos seus sentimentos pela morte da soberana portuguesa.

A presença de Justiniano na delegação da vila de Rio Prêto permite admitir-se ser êle filho daquela localidade mineira, o que justificaria, por outro lado, o fato de haver sido deputado por Minas Gerais, ao invés de o ser pela província do Rio de Janeiro, em cujas eleições, no distrito da Côrte, apareceu por vêzes, presidindo mesas e intervindo nos pleitos locais.

Assim, quando disse Justiniano haver chegado ao Rio "ainda muito menino", ou vinha êle da vila de Rio Prêto ou regressava da Europa, onde estudara Humanidades. O que é estranhável é, se nasceu fora daqui, haver sido batizado nesta cidade, com pouco mais de um mês de idade.

Pertencia Justiniano José da Rocha ao número dos mestres que se notabilizaram na vida brasileira, ao lado de outros

vultos ilustres, em cujas veias corria forte dose de sangue negro: Sales Tôrres Homem, Francisco Otaviano, Montezuma, Rebouças, Caetano Lopes de Moura, Romualdo de Seixas. O retrato de Justiniano, na galeria das grandes figuras do Império, de Luís Aleixo Boulanger, não revela a sua mestiçagem. Parece antes um tipo da raça branca. Mas o lápis dos caricaturistas que tanto o maltrataram carrega nos traços que o desenhem de lábios grossos, nariz chato, tez bronzada. Justiniano deu assunto para a primeira caricatura publicada no Brasil, em 14 de dezembro de 1837, atribuída a Araújo Pôrto Alegre, causticando-o impiedosamente por motivo de sua nomeação para diretor do *Correio Oficial*, o que os adversários interpretaram, sem razão, como venalidade do jornalista.

De venal foi muitas vêzes acusado, porque sua pena estêve sempre, como já vimos, a serviço do Partido Conservador, tantas vêzes no poder. Venal seria se houvesse variado de opinião e atitude por sedução pecuniária. Quando rompeu com o Governo, no Ministério presidido pelo Marquês de Paraná, a calúnia não o poupou, atribuindo o seu espontâneo afastamento da imprensa à circunstância de haver recebido dinheiro para cessar a sua oposição. Em carta ao seu amigo Firmino Rodrigues Silva, diz Justiniano que essa sua atitude fôra tomada a conselho de Eusébio de Queirós, correligionário e amigo, indiferente êle aos "latidos e dentadas" com que procuravam atingi-lo.

A instrução secundária de Justiniano se fêz na Europa. Seu pai devia ser, portanto, homem de recursos.

Em 1856, o Dr. A. J. de Melo Moraes, escritor e historiador que nos legou vasta obra de ciência, história e literatura, publicou *Nova prática elementar da homeopatia*, dedicando êsse trabalho a Justiniano José da Rocha, como expressão sincera de amizade e em homenagem aos merecimentos de quem chamava "um dos nossos fecundos escritores".

Nesse prefácio, Melo Moraes publica alguns apontamentos biográficos de Justiniano, dando-o como nascido no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1812, e aqui tendo recebido os cuidados da infância e os primeiros rudimentos de letras. A data do nascimento, como já vimos, está errada.

E acrescenta: "Conhecendo seus pais o grande desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, julgaram aproveitá-lo em maior teatro, e foi na idade de doze anos que determinaram mandá-lo para um colégio de França, onde se distinguiu no Liceu Henrique IV entre todos os seus condiscípulos, tanto por sua conduta regular, como por sua aplicação e aproveitamento".

De regresso ao Brasil, foi Justiniano fazer o curso de Direito em São Paulo. Matriculado na Faculdade em 1829, e formado em 1833, aos 21 anos incompletos, três anos depois iniciava a sua carreira jornalística, tendo passado, como advogado, sem maior relêvo, pelo foro da Córte, onde sempre residiu. Concluído o seu curso, recusara a nomeação para a magistratura, pelo desejo de ser jornalista. Ele mesmo o disse no discurso autobiográfico que pronunciou na Câmara em resposta ao Marquês de Paraná: "Uma predisposição para as lutas políticas, algum calor de sangue, uma fatal vocação desde môço me destinavam à vida do jornalismo".

Seu nome começa a aparecer no panorama nacional, quando, aos 24 anos, funda o primeiro jornal para o início da sua gloriosa carreira de imprensa. E é como jornalista que passa à História, e se perpetua na memória dos brasileiros.

O jornalista

O JORNALISTA É UM HOMEM de biografia curta, se a sua vida se restringe ao jornal. Seu campo de ação está então limitado aos acontecimentos do momento em que escreve. Aí cresce de valor se a sua pena é inspirada pela relevância dos problemas a tratar, que lhe favoreçam motivos para doutrinar, pregar idéias, defender princípios. Numa época corriqueira, no dia a dia sem altura da vida pública, na banalidade dos fatos comuns, por maior que seja o seu talento, por melhor que seja o seu estilo, seu renome não vence o efêmero da imprensa e sua memória não perdura na lembrança dos vindouros. Sem a Independência, sem as lutas para a separação da metrópole e a formação da nacionalidade, Hipólito José da Costa e Gonçalves Lêdo não teriam alcançado as glórias que os consagraram no jornalismo brasileiro. Sem a Regência, Evaristo não se teria alçado à preeminência que conquistou na imprensa de nossa terra. Sem a Abolição, Patrocínio não seria hoje lembrado. Sem a República, Quintino não teria conquistado o principado da imprensa nacional e Rui estaria, talvez, esquecido como jornalista. Grandes jornalistas teve o Brasil neste século e meio de independência política. Mas só aqueles que lograram a ventura de escrever em época agitada pela paixão oriunda de um acontecimento magno do momento histórico conseguiram a consagração duradoura, pela influência de sua pena doutrinária.

Justiniano José da Rocha, quando seu nome já estava aureolado pela fama, atuou na imprensa numa fase de evolução normal da vida brasileira. Se cresceu na admiração dos seus contemporâneos e consagrou-se no julgamento dos pósteros é porque seu valor era realmente grande.

Resolvida a questão da maioria, pacificadas as províncias em que a ordem fôra subvertida, consolidado o regime representativo, com o predomínio do Parlamento na direção política do país, tudo contribuía para que a vida pública entrasse em período de calma, sem surtos de paixão popular, e se viesse a concretizar o ideal que de há muito se esboçava de concórdia e de congraçamento entre os elementos políticos, em benefício dos interesses superiores da nação.

Estreara Justiniano quando se debatia a questão da maioria, capaz de exaltar os ânimos e provocar uma agitação perturbadora dos rumos traçados à marcha normal do regime. Mas a súbita solução do problema, pela brusca antecipação da idade fixada para Pedro II cingir a coroa, fêz com que se processasse de forma incruenta uma revolta capaz de abalar os alicerces da monarquia. A Regência desaparecia num passe de mágica e o país entrava na normalidade do governo partidário, que a sabedoria do Imperador levaria sem sobressaltos maiores durante cinqüenta anos de reinado. O Poder Moderador funcionaria como válvula de segurança para o escape do descontentamento da opinião pública, ou qual mola de seguimento para corretivo dos desgastes do poder. Dominava o cenário nacional a figura austera, patriarcal, de Pedro II, e os dois partidos, tão parecidos em idéias e homens, iam-se revezando, serenamente, no leme do Governo.

Vitorioso o Partido Liberal na campanha contra a Regência, apoiado pela opinião pública, para que se antecipasse a maioria de Pedro II, Justiniano, ardente defensor, na imprensa, do dispositivo do Ato Adicional inquinado de inconstitucional, viu-se diante do fato consumado que foi a súbita elevação ao trono do imperador-menino e teve a nobreza de conformar-se com a derrota, em artigo justificativo de uma atitude ditada patrioticamente pelo bem público. Em 28 de julho escreve n' *O Brasil* um artigo explicando a posição do jornal em face dos acontecimentos. Diz: "A maioria do Senhor D. Pedro II é pois um fato consumado; dando lições de lealdade e patriotismo aos homens que conquistaram o poder nas praças públicas, nós o aceitamos não por medo, que

o não temos, mas em atenção à alta pessoa do Monarca e aos interesses da pátria”.

A vida jornalística de Justiniano se iniciara, como já vimos, três anos depois de haver êle concluído o curso de ciências jurídicas na Faculdade de São Paulo.

Convidado, em nome de Sebastião do Rêgo Barros, para fundar um jornal de combate à Regência e ao Ministério, acedeu, aparecendo, então, o *Atlante*, sob os auspícios dos deputados pernambucanos, para cumprir o programa de oposição que lhe fôra traçado. Fêz Justiniano, nas colunas do seu primeiro jornal, campanha contra o tráfico de escravos, proibido desde 1830 pela convenção firmada em 1826 entre o Brasil e a Inglaterra. Revelava-se o jornalista de combate que seria em tôda a sua carreira. Insurgia-se contra a frouxa repressão ao tráfico, contra o direito de propriedade que o Estado se arrogava ao apreender os africanos vindos em contrabando, para distribuí-los de forma ilegal e imoral por estabelecimentos públicos e por pessoas ligadas ao poder e às quais queria o Govêrno subornar ou obsequiar. Mais tarde, no entanto, Justiniano censuraria os que estranhavam tal procedimento e êle próprio se beneficiaria com o presente de um negro que lhe oferecera Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Não só o tráfico de africanos merecera o combate do jornalista nas colunas do *Atlante*. Quando se pretendeu interromper a Regência, com o suprimento de idade à princesa Januária para que esta assumisse o trono, o *Atlante* fêz enérgica campanha contra a manobra dos liberais. Mostrando o absurdo do plano tramado, perguntava como poderia D. Januária governar: “Com seus talentos? Êles ainda são ignorados, e não são as atuais circunstâncias muito oportunas para que os experimentemos: sua idade, seu sexo, trazem consigo o preconceito da fraqueza e debilidade, e para lutar contra o *Anteo* da revolução, é mister, todos o reconhecem, atleta vigoroso e enérgico”. A revolução a que se referia era a do Rio Grande do Sul, onde irrompera a Guerra dos Farrapos.

O *Atlante*, fundado em 1836, teve existência de curta duração. Discordando dos deputados pernambucanos na questão do tratado português, Justiniano deixou de escrever o

jornal, que desapareceu. Começou aí a afirmar-se, dentro de seus compromissos políticos, a estranha e sempre negada independência de opinião de Justiniano como jornalista.

No mesmo ano de 1836, surge *O Cronista*, fundado por Justiniano, que convidou para a redação Josino do Nascimento Silva, depois figura ilustre da vida pública do Segundo Reinado e jornalista de mérito. Mais tarde, entrou também para a redação d'*O Cronista* Firmino Rodrigues Silva, grande jornalista e amigo fiel e inseparável de Justiniano, por tóda a vida.

O jornal aparece, como era de uso naquela época, com um lema: "Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais fôrça que Napoleão — é o povo". De comêço não se filia a nenhum partido, mantendo-se independente entre Feijó e Vasconcelos, em luta aberta pela divergência com que se interpretavam as atribuições do Govêrno e do Parlamento. Mas não durou muito essa atitude distante dos partidos. Em outubro, desaparecia a legenda d'*O Cronista*, que assumia atitude de opposição ao Ministério, secundando a campanha de Vasconcelos, Honório Hermeto e Rodrigues Tôrres, os três grandes chefes conservadores. Estava traçado o rumo partidário que Justiniano seguiria em tóda a sua vida política.

Em setembro de 1837 cai Feijó, a quem *O Cronista* fizera violenta opposição. Investe-se Araújo Lima da Regência e organiza nôvo Gabinete, recebido com simpatia pelo jornal em que pontificava Justiniano. Em outubro, é Justiniano nomeado diretor do *Correio Oficial*, com 3:600\$000 anuais de ordenado (Anexo. Nota I). Injúrias, doestos, cobrem o jornalista, que é dado como vendido ao poder. Esqueciam-se os atacantes de que a queda de Feijó e a subida de Vasconcelos eram devidas em grande parte à campanha d'*O Cronista*.

Começara a luta pela maioria e os conservadores, em opposição a êsse projeto, não tinham imprensa. Aos liberais, com vários jornais à sua disposição, bastaria a pena acidulada de Sales Tôrres Homem, que dirigia o *Despertador*.

Paulino José Soares de Sousa e Euzébio de Queirós convidaram então Justiniano e Firmino Silva a publicar nôvo jornal, pois *O Cronista* havia desaparecido em meados de 1839.

Na *Vida do Visconde do Uruguai*, o Sr. José Antônio Soares de Sousa assim narra os entendimentos havidos entre Paulino e Justiniano para a fundação do órgão conservador: "Como era muito tímido, quando pessoalmente tratava, Justiniano preferiu enviar ao Ministro em uma carta as bases e as condições para organização do jornal. "Tendo de dar resposta a V. Excia." — escrevia êle em 4 de junho de 1840 — "sôbre o assunto de que V. Excia. fêz-me a honra de falar-me, permita que eu ponha por escrito o que pretendo dizer pois tão acanhado sou, quando verbalmente trato dêsses negócios, que não digo quanto desejo...". Depois de se referir à parte material da organização do jornal, passa Justiniano a prever a política; mas, escarmentado com o modo com que os ministros do Gabinete de 19 de setembro trataram os jornalistas que os defendiam, continuava assim: "Todavia nem Firmino nem eu nos obrigamos a mais do que defendermos a política do Ministério, a política que devia ter triunfado em 19 de setembro e os atos que dela dimanarem. Isto pôsto, Exmo. Sr., cumpre que faça observar a V. Excia. que a posição em que nos achamos, e as relações que tivemos com o Ministério de 19 de setembro nos tornam permanentemente tímidos, quando tratamos com os homens políticos do país. Não temos, Exmo. Sr., ninguém que nos apadrinhe para com o poder, e daí se segue que temos sido constantemente abandonados. Na redação d'*O Cronista*, trabalho, despesas, tudo sôbre nós recaiu; só tivemos do Ministério, no último trimestre, diminuto auxílio, que nem cobriu as despesas de impressão da fôlha nesse período, e para maior desgosto, aquêles mesmos por quem nos sacrificamos, nem sequer nos pagavam com sua estima, nem mesmo com um simples cortejo, quando na rua nos encontravam".

Nessa carta, Justiniano desabafa-se um pouco das ingratições recebidas dos seus amigos do Ministério das "Capacidades": "Caiu êsse Ministério" — dizia êle — "a quem mostramos tanta dedicação, e que ficamos sendo? O Firmino coisa nenhuma, eu professor de Geografia e História do Colégio Pedro II! Nem suponha V. Excia. que é isso um favor que se tenha feito, é antes um nôvo sacrifício que fiz a êsse Govêrno

em uma das suas mais gloriosas empresas. Por três horas de aula cotidiana, para muitas outras obrigações do professorado, que me ocupam tôdas as manhãs, tive de ordenado a quantia de 500\$000 anuais, elevada agora a 800\$000 com muito maior trabalho, pois estou encarregado da primeira aula que no Brasil se tem abonado, de história nacional. . . Vamos de nôvo escrever um periódico ministerial, não nos acontecerá ficarmos, como n'*O Cronista*, prejudicados em nossas algibeiras; mas num país cuja moralidade tudo se explica por contratos de compra e venda, não comprometeremos nós nosso futuro? . . . Não nos queixamos porém disso, por entendermos estar na natureza das coisas, e porque espalhando doutrinas, que são nossas, e que julgamos terem de salvar o país, prestamos-lhe um serviço, o que não aconteceria se especulássemos com nossas consciências. O que só queremos é não perdermos de todo o nosso futuro, é que as pessoas do Ministério a quem vamos servir, nos considerem dignos de sua aliança, e não instrumentos comprados com alguns mil réis, e no Ministério, ou fora do Ministério, nos dêem a consideração e proteção correspondentes à nossa dedicação, pois para servir-me de uma expressão que as decepções que sofremos com o Ministério de 19 de setembro puseram em moda entre nós, não queremos ser lalanjas, de que se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca".

Em outra carta a Paulino, bate Justiniano na mesma tecla de ingratidão dos seus correligionários para com os serviços que lhes prestava na imprensa. Formula uma queixa que hoje suscita natural sentimento de reprovação, senão de revolta, pois a moeda que lhe fôra negada na compensação do seu apoio e que era então corrente na paga de serviços prestados ao Governo eram os negros, de abusiva propriedade do Estado, que, em vez de libertá-los, dêles se apoderava na repressão ao tráfico africano. Queixa-se Justiniano da mesquinha paga obtida em promessa que não fôra cumprida: pedira dois africanos, na distribuição feita pelo Ministério de 19 de setembro de 1837, e não os recebera. No entanto, o relator de um periódico da oposição pedira quatro negros e os ganhara. Mas não deixou êsse jornalista, depois de servido, de aproveitar-se

do fato para um ataque ao Governo, que êle acusara de vender os africanos a cem mil réis.

Os negros foram por vêzes a paga do apoio jornalístico de Justiniano ao Governo. Êle o confessa no seu famoso discurso de 25 de maio de 1855, quando rompeu com o Marquês de Paraná. E, nos arquivos do Ministério da Guerra, existe documento que mostra haver Justiniano trocado uma africana que dera "em viciosa" por outra pertencente à nação e um moleção, que se encontrava na Casa de Correção, por duas negrinhas.

Mas, apesar de tôdas as lamúrias e queixas, foi estabelecido o *modus vivendi* entre Paulino, como representante do Partido Conservador, e o jornalista correligionário, e em 16 de junho de 1840 aparece *O Brasil*, em cujas colunas Justiniano aprimoraria, em artigos memoráveis, as suas admiráveis qualidades profissionais.

Era um jornal de formato pequeno, com quatro páginas de texto essencialmente político. Ao Marquês de Paraná, quando em 1855 rompeu com o Ministério da Conciliação, Justiniano, replicando à ironia com que o presidente do Conselho perguntara se *O Brasil* havia noticiado o fato então revelado e criticado, responde da tribuna da Câmara: "*O Brasil não é fôlha noticiosa, é fôlha de discussão*".

Assim era, de fato. Só tratava de política e tinha por lema, no cabeçalho, "*Vestra res agitur*".

No seu primeiro número, defende Evaristo da Veiga de uma alusão depreciadora feita por Antônio Carlos, na Câmara. Justiniano, nas lutas da Regência, no comêço da sua vida de jornalista, defrontara-se com Evaristo, mas as discrepâncias não o impediram de ter no maior apêço a figura do publicista da Regência. A prova é êste tópic em defesa da memória de Evaristo, maltratado pelo combativo Andrada:

"Uma frase porém dêsse discurso foi proferida a que por veneração às cinzas de um ilustre morto nos cumpre que respondamos. — Tive uma polémica, disse o Sr. Antônio Carlos, com um môço chamado Evaristo —. Não sabemos de quem falou o nobre deputado. Um Evaristo conhecemos nós, cidadãos benêmerito a quem talvez mais devamos a existência de

nossa bela pátria, que outros quiseram entregar às vinganças de uma restauração. . . um Evaristo que se pôs diante do carro da revolução despenhado em 7 de abril em risco de ser por êle esmagado; um Evaristo que para salvar vítimas, e refrear os furores da população, impôs sua popularidade; um Evaristo que morreu exausto pelos serviços que prestava à sua pátria, enquanto alguém ia para Portugal *alinhar os corações de seus filhos!* Será dêsse môço que quis falar-nos o Sr. Antônio Carlos? Não acreditamos: a velhice do nobre parlamentar deve ter-lhe dado bastante siso para que não insulte as cinzas de um homem que o Brasil respeitou vivo e, morto, venera como uma de suas mais puras alegrias; de um homem que pôde cometer erros, mas que os compensou com o brilho de sua dedicação, e que tendo por tantos anos gozado da maior influência sôbre os destinos de nossa pátria, tão desinteressado havia sido, que morreu como o justo Aristides. Se dêsse cidadão falou o Sr. Andrada, então permita que lhe digamos que o rancor que em seu peito ainda conserva contra êsse cidadão por causa de tal polêmica, de que tão lembrado está, tolda-lhe a prudência que os anos deviam ter dado, e não consente que reconheça que no *panteon* do patriotismo brasileiro já de há muito que o agradecimento público colocou *êsse môço chamado Evaristo.*”

Órgão autorizado dos conservadores, *O Brasil* investe contra os liberais, combate a antecipação da maioridade de Pedro II, esposa com desassombro, raciocínio e lógica a causa impopular, pois o país, cansado das lutas da Regência, queria mudar. Antônio Carlos, paladino da maioridade, era rijamente atacado. O Govêrno tenta um golpe de coragem. Nomeia Bernardo de Vasconcelos, o homem forte, para Ministro do Império e resolve o adiamento da Assembléia Geral. A reação foi imediata, Bernardo de Vasconcelos fica no govêrno apenas nove horas. A Câmara reage, o Senado, adere, o povo confraterniza, o menino Pedro II, consultado, responde com o histórico “quero já” e a maioridade estava feita. Violava-se a Constituição, mas salvava-se a monarquia e tranquilizava-se o país.

A campanha d’*O Brasil* incomodava o Govêrno e o jornal denuncia os propósitos de fazê-lo calar, por bons-ou maus

modos. A tudo os jornalistas conservadores resistiam, e cada vez mais se extremavam nos seus artigos de crítica ou de censura.

Que houve o desejo de calar *O Brasil*, por interesse confessável, não há dúvida, pois é o próprio jornal que o denuncia quando repele as acusações de estar vendido ao poder: "Que-reis que publicuemos os nomes daqueles que instaram conosco e com parentes nossos para que deixássemos de escrever na certeza de que havíamos de ter bons empregos, porquanto para obtê-los confiavam em suas relações com alguns membros da administração, se bem que nos revelassem, com uma bonomia evangélica, que nenhum ministro lhes recomendara o recado?"

A tôdas as tentativas para fazê-los afastar-se da luta contra os liberais, resistiram os jornalistas d'*O Brasil*. Nas suas colunas, Justiniano e Firmino mantinham a feroz oposição que tanto aborrecimento causava ao Governo.

Em 28 de março de 1841, caindo os liberais, voltam ao poder os conservadores. O jornal de Justiniano passa a defender o Governo e a receber, com a mesma violência, os ataques dos próceres do Partido e da imprensa Liberal.

Redigido por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, embora os artigos não fôsem assinados, não seria difícil conhecer o autor do escrito, dada a diversidade de estilo dos dois jornalistas. Joaquim Manuel de Macedo, o romancista d'*A Moreninha*, assim analisa a personalidade e o feitio de um e de outro: "Justiniano Rocha escrevia de improviso, e com facilidade até hoje não igualada. Firmino meditava antes de escrever. Eram ambos eloqüentes. Aquêlê, porém, menos, e êste mais zeloso da beleza da forma e do apuro do estilo. Rocha excedia a Firmino na estratégia e habilidade com que explorava as contradições de idéias, e as indisposições pessoais dos adversários, procurando expô-los em discórdia. Firmino cuidava mais do que Rocha da fortaleza da argumentação calculada. Um e outro foram primorosos e esforçados paladinos da imprensa. Em Rocha havia combinação de Aquiles e Ulisses; em Firmino predominava Aquiles até com sua vulnerabilidade pelo calcanhar, porque de fina suscetibilidade e irri-

tável, às vêzes ferido pela injúria, excedia-se, reagindo na polémica. Foram ambos grandes nas campanhas da tribuna universal."

Com a nomeação, em 10 de maio de 1842, de Firmino Silva para Juiz de Direito em Minas Gerais, Justiniano fica só na direção e orientação d'*O Brasil*. Não eram fáceis as condições de vida do jornal. Justiniano tinha crises de desânimo. Ao seu amigo Firmino escrevia: "Sei que se valho alguma cousa é por amor dêsse periódico, mas também sei que no estado do meu espírito é melhor cessar de escrever do que matar-me, ganhar inimigos, sem, ao menos em compensação, ganhar amigos".

Nessa época, junho de 1843, tinha cinco filhos; passava por aperturas financeiras, com a despesa de 400\$000 por mês, e pensava até em deixar a política para fazer-se negociante. Cogitava de interromper a publicação d'*O Brasil*, mas cedia a instâncias de Paulino e Rodrigues Tôrres para manter em circulação o órgão conservador, que continuou a sair até 1850 sob a responsabilidade de Justiniano.

As dificuldades com que arcava Justiniano para manter *O Brasil* em circulação não entibiavam o seu ânimo forte e a sua têmpera de jornalista. Em 22 de abril de 1845, o jornal suspendia a publicação, o que explicava pelo propósito de introduzir aperfeiçoamentos que melhor satisfizessem o interêsse dos leitores. Em 27 de maio reaparecia *O Brasil*, deixando de imprimir-se na oficina de Paula Brito, para sair da tipografia de J. J. da Rocha, na rua dos Ciganos, 65.

Não pudera Justiniano introduzir na fôlha os melhoramentos anunciados. Apenas adquirira oficina própria. Excusou-se em nota explicativa de não poder cumprir a promessa feita aos leitores. Voltava à publicação do seu jornal antes de haver reunido os meios de executar suas idéias, "para combater a política do momento, que tanto mal fazia ao Brasil".

Em 3 de janeiro de 1848, anunciava *O Brasil* que passaria a ser publicado diáriamente, quando antes aparecia três vêzes por semana. Era com efeito um *tour de force* publicar diáriamente uma fôlha sem publicidade e que tinha uma feição exclusivamente política. Na nota em que anunciava a publi-

cação diária do jornal, Justiniano define *O Brasil*: "fôlha pronunciada de um partido político, fôlha que em tôdas as questões que surgem tem uma opinião, sôbre todos os indivíduos um juízo, que para tôdas as queixas dos brasileiros acha eco de simpatia, contra tôdas as opressões um grito de indignação".

Em 17 de novembro de 1849, deixou *O Brasil* de ser publicado diariamente, para voltar a circular apenas às têrças, quintas e sábados. A luta de Justiniano era cada vez maior para manter o jornal. Em 18 de dezembro, confessa-se, em nota publicada, entregue às maiores aflições, agravadas pela morte de um filhinho, enfermidades na família, desorientação de espírito.

Ainda assim, em meio das maiores dificuldades e tormentos, Justiniano manteve o jornal por mais um ano.

Em dezembro de 1850, Paulino escrevia a Firmino Silva: "O Rocha cessou a publicação d'*O Brasil*. Não sei bem porque, e há tempos que não o vejo. Senti que êle, que nos ajudara escrevendo contra o tráfico, mudasse depois, escrevendo contra o que os traficantes chamam reação, como se fôsse possível dar algum passo contra o tráfico sem excitar o clamor de tantos interessados".

De fato, Justiniano suspendera a publicação d'*O Brasil*, anunciando a sua decisão em nota de 7 de dezembro de 1850 e alegando ser a isso levado por circunstâncias imprevistas. Na mesma fôlha anuncia a venda da tipografia do jornal, que foi comprada por Luiz Antônio Navarro de Andrade, antigo diretor da *Sentinela do Povo* e de outros periódicos.

O Brasil voltou a circular sob a responsabilidade do nôvo diretor, mas já não era o mesmo jornal, muito embora a declaração divulgada de que continuaria a orientação traçada por Justiniano e tão brilhantemente defendida em dez anos de publicação. Em 2 de junho de 1852 desaparecia de vez de circulação.

Mas a Justiniano não era fácil viver fora do jornal, sem a tribuna em que se sentia à vontade e com estímulo para a sua ação na vida pública, pois a do parlamento pouco o atraía. Por isso, em 14 de julho de 1852, surpreendia êle os seus anti-

gos leitores com o aparecimento do *Correio do Brasil*, em formato grande, saindo da tipografia Americana, na rua da Assembléia, 27. Era um jornal inteiramente diferente d'*O Brasil*, com minuciosa parte de atos oficiais, noticioso, apresentando abundante publicidade paga. Consagrado a todos os interesses públicos, conforme anunciava, a orientação política era a mesma dos jornais anteriores de Justiniano, sob cuja direção e responsabilidade moral se publicava, embora tendo diversos colaboradores.

Mas o *Correio do Brasil*, sem maior repercussão na vida pública, mesmo com o prestígio da pena de Justiniano, teve vida efêmera.

Em 2 de julho de 1853, surgia de nôvo o denodado jornalista nas hostes da imprensa, com *O Velho Brasil*, que se editava em oficina própria, na rua da Alfândega, 210. Para estabelecer uma continuidade com o antigo jornal, a nova fôlha, com o mesmo formato d'*O Brasil*, segue a numeração dêste, como se não tivesse havido nela interrupção.

Nessa fôlha, reacende-se a chama combativa do grande jornalista, para tomar parte nos acontecimentos políticos do momento e sobretudo para continuar a sua velha polêmica com Sales Tôrres Homem e outros jornalistas prestigiosos do Partido Liberal. Também a política de conciliação que entraria em prática com o Ministério Paraná ia dar motivo a Justiniano para afirmar-se de nôvo como admirável homem de imprensa.

Não duraria muito *O Velho Brasil*, pois em novembro de 1854 desapareceria, com um artigo de Justiniano, despedindo-se dos leitores, e no qual há êste belo trecho: "O jornalismo, dizia-nos outrora um amigo, é a túnica de Nesso que, vestida uma vez, agarra-se ao corpo e o queima, e não pode ser dêle arrancada sem levar as carnes a que aderiu.

O pensamento é verdadeiro, mas não é menos verdade que as condições da vida ativa e de constante expansão do jornalismo só podem ser satisfeitas durante alguns anos, nos melhores tempos da mocidade e da energia; exige ela, essencialmente do jornalismo muita fé nas cousas e nos homens. No dia em que a experiência trouxe-lhe o desenganço de algu-

mas ilusões, no dia em que o cepticismo matou-lhe algumas das crenças, o jornalista está morto; pode escrever um ou outro artigo, e se Deus o tiver dotado de algum talento, o seu artigo poderá ser bom, e merecer alguns minutos a atenção do leitor; achar porém a dedicação necessária para tudo sacrificar, tôdas as distrações, todos os prazeres, todo o seu tempo, e até a sua reputação, que lhe cumpre abandonar à calúnia, arrasando todos os ódios, rindo diante de tôdas as inimizades e em paga de tanto ter o prazer de prender-se a uma mesa longas horas da noite, e não de uma noite mas de tôdas as noites, isso não é possível senão quando a fé e o ardor da luta, tão exclusivo, dos anos da mocidade, animam, ou provocam, ou suprem o talento.

“Desde 1836 até 1854, com raras interrupções, fomos jornalistas: a túnica de Nesso teve tempo de sobejo para queimar-nos as carnes; tínhamos resolvido arrancá-la”.

Mas não arrancou tal. Despiu-a apenas, para de nôvo, em 1859, voltar ao jornal, com a fundação d'*O Constitucional*, de efêmera duração, e depois com *O Regenerador*, que se publicou até 1861. Tinha êste jornal a divisa “Fé em Deus. Fé nas instituições. Fé no futuro do Brasil”.

Nesses dois periódicos, a pena de Justiniano explanou, com o mesmo brilho, assuntos que sempre versara nos jornais anteriores sob sua direção. Continuou as suas controvérsias com a imprensa liberal, escreveu artigos sôbre a legislação da imprensa, defendeu uma nova organização da magistratura do país, sempre com elevação de linguagem, profundeza de idéias e originalidade de conceitos. Sente-se, no entanto, que já definhava, em desalento, a flama do grande publicista, cuja vida gloriosa começava a mergulhar no ocaso em que, em meio de desilusões e necessidades materiais, ia em pouco tempo extinguir-se.

Antes de fundar *O Constitucional*, pretendia Justiniano publicar nôvo jornal. Em 27 de janeiro de 1859, no Ministério presidido por Abaeté, escrevia uma carta a Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça, na qual se propunha a fundar um jornal para defesa do governo. Seria, dizia êle, a continuação do

Três de maio, que se publicara em 1858. Propunha-se a redigir a fôlha três vêzes por semana ou a fazê-la diária, desde que houvesse pagamento das despesas, com a fundação de uma oficina própria ou a segurança de um certo número de assinaturas. Na sua carta, Justiniano detalha o projeto com minúcias de organização do nôvo órgão que se oferecia a redigir sòzinho, com a sua grande capacidade profissional e a sua dedicação aos conservadores.

Apesar de jornalista de partido, Justiniano não se prestava a apoiar incondicionalmente os seus correligionários no Governo. No número de 14 de março de 1843, analisando a política das fôlhas da Côrte, escrevia quanto à função d'*O Brasil*: "o Ministério pode contar com êle se tomar a direção que lhe deve dar o discurso proferido no Senado pelo Sr. Carneiro Leão, e se não esmorecer na difícil emprêsa de salvar a ordem pública".

Nacionalista ferrenho, Justiniano era contrário à imigração européia. Queria um Brasil só para os brasileiros, com o conceito que tinha de pátria, divulgado num dos artigos publicados no *Regenerador* sôbre o assunto: "A pátria é o território nacional, animado por uma população da mesma índole, da mesma língua, das mesmas tradições, das mesmas venerações, das mesmas instituições, a pátria é o chão nacional, ligado, associado a tôdas as idéias da nacionalidade".

A campanha de Justiniano contra a imigração européia provocaria muitas opiniões contrárias. Em São Paulo, Antônio Augusto da Costa Aguiar, em 1862, publica um opúsculo *O Brasil e os Brasileiros*, em que refuta os argumentos do jornalista do *Regenerador*.

Em 1839 e 1840 Justiniano foi redator do *Jornal do Commercio*, continuando, daí por diante, como colaborador, as suas ligações com o velho órgão. Picot, principal figura da redação do *Jornal do Commercio*, recrutava nos meios jornalísticos os melhores elementos para o seu diário e assim, como aconteceu com Justiniano, foram redatores do *Jornal do Commercio*, nessa época, Firmino Rodrigues Silva, o amigo íntimo e colega de Justiniano n'*O Cronista* e n'*O Brasil*, Josino Nas-

cimento Silva, João Manuel Pereira da Silva, Costa Cabral, José Maria Paranhos da Silva, o futuro Visconde do Rio Branco.

As primeiras traduções que o *Jornal do Commercio* publicou em folhetim foram feitas por Justiniano: *Os assassinos misteriosos*, *A rosa amarela*, *As armas e as Letras*, *A pele do Leão*, *O Conde de Monte Cristo*, em 1842, *Os miseráveis*, em 1862, concluída essa tradução por outros, pois nesse ano faleceu Justiniano. Escreveu muitas vezes *A Semana*, folhetim a cargo de Francisco Otaviano, mas não assinava e poucos sabiam que era êle o autor de muitas dessas crônicas. O seu grande amigo Firmino Silva, de Minas, o interpelara e Justiniano respondera: "O Picot *provisoriamente* me encarregou das semanas e salvo alguns cortes feitos no meu trabalho pela censura do jornal é do meu bestunto e do meu estilo: o Pedreira o sabe, e tem dado urros! O provisório no jornal, como todos os provisórios em nossa terra, vira-se em permanente. Não me aflijo muito com isso. Se bem não goste de escrever semelhantes artigos, pois não tenho jeito para engraçado, vou dando às mesmas semanas uma severidade *diversíssima* da farandolagem bailarina e adulatoria que lhes dava o Otaviano".

Justiniano José da Rocha foi, assim, desde os 24 anos, jornalista. Sua incursão na política se deu porque o Partido Conservador dessa forma o compensava de algum modo dos sacrifícios feitos para a sua defesa na imprensa. O professorado foi na vida de Justiniano uma ajuda para poder viver, muito embora êle acreditasse na sua vocação para o magistério, tanto que alimentou por muito tempo o desejo de fundar e dirigir um colégio. Exerceu, para ajuda às suas necessidades financeiras, empregos sem maior relêvo, entre os quais o de censor do Conservatório Dramático Brasileiro, nos anos de 1846 e 1847, quando opinou, em pareceres curtos e sem maior interêsse, sobre as peças a representar nos teatros do Rio de Janeiro: os dramas *Lestocq*, *O Pagem da Alpibarrota*, *Três anos da vida de um deputado* e *As três irmãs da Bretanha*, a *Tragédia Abamoaçara* e a comédia *O noivo e a campanha*.

A sua verdadeira paixão, a sua vocação real era a imprensa, a sua justa ambição poder realizar uma grande obra jornalística. Na sua correspondência com o amigo da mocidade, compadre

e correligionário de sempre, Paulino José Soares de Sousa, suas queixas são amargas em face das dificuldades financeiras com que lutava para manter os jornais que redigia em defesa dos conservadores. E também em face da impossibilidade de ver satisfeito o ardente anelo da sua alma de jornalista, não escrever mais "periodiquinhos de polémica estéril", mas, ainda sacrificando-se, "tentar alguma cousa de grande e estável". Vinte e cinco anos de luta na imprensa não lhe deram a satisfação desse sonho.

Le journalisme mène à tout à condition d'en sortir. E Justiniano dêle nunca se afastou. Por isso não alcançou na vida pública do país os grandes cimos onde, por sua inteligência e por sua cultura, poderia ter chegado.

Imprensa livre, imprensa oficial e imprensa oficiosa

QUANDO JUSTINIANO INICIOU a sua ação de jornalista, ainda na Regência, já a imprensa havia moderado um pouco os excessos que a marcaram no Primeiro Império como a mais desabusada, verrineira, insolente, pela facilidade de injuriar e caluniar os homens públicos e pelo desregramento da linguagem com que tratava os que lhe eram adversários ou lhe caíam no desagrado. Para essa mudança, concorreu sem dúvida Evaristo da Veiga, pela forma educada e elevada com que redigira a *Aurora Fluminense*.

Mas, ainda assim, a liberdade de imprensa era interpretada com o excesso que a leva ao campo condenável da mais absurda licença. Os abusos cometidos e a falta de recurso à lei para a repressão dos agravos ou correção dos excessos foram por essa falta de proteção legal, motivo, muitas vêzes, de reações violentas em que as redações eram depredadas e os jornalistas surrados impiedosamente.

Na Regência Feijó, os ataques ao Governo eram muito fortes e as injúrias pessoais ao grande e enérgico estadista as mais descabeladas. *O Sete de Abril*, jornal de Bernardo de Vasconcelos, e o *Parlamentar*, redigido por Limpo de Abreu, não mediam palavras nos ataques recíprocos e não poupavam os adversários.

O Ministro da Justiça da Regência, Aguilar Pantoja, fez expedir então, em 18 de março de 1837, um decreto rigoroso contra a liberdade de expressão.

O Cronista, jornal de Justiniano, insurgiu-se contra o ato do Regente e atacou com energia a medida, fadada, como tantas outras, a desmoralizar-se na difícil empresa de restringir uma

liberdade que nasceu e viveu no Brasil quase sem peias, à solta, pela ausência ou fraqueza da ação repressora ou corretiva. O jornal de Justiniano, em 1.º de maio de 1837, via no decreto da Regência um prenúncio da queda de Feijó: "o dobre de agonia que prediz ao povo a morte próxima do Ministério, é o último esforço do moribundo". De fato, não demorou a renúncia do Regente.

Mais tarde, Justiniano, vítima das intrigas e injúrias de seus adversários, sentia a necessidade da proteção legal que, antes, combatera. Em carta a seu companheiro Firmino Rodrigues Silva, reclamava desesperado: "Quem me dera uma boa lei francesa da imprensa!"

Essa lei, porém, não viria na monarquia, porque ao sentimento liberal do Império repugnava restringir a liberdade de imprensa e o próprio Pedro II, tantas vezes vítima do desrespeito, da injustiça e da incompreensão dos jornalistas, era o primeiro a opor-se a qualquer medida restritiva de um direito assegurado pela Constituição. Nos conselhos que escreveu em 1871 destinados à sua filha e herdeira, a Princesa Isabel, para esclarecê-la e orientá-la quanto ao modo de conduzir-se na vida pública quando tivesse de assumir o trono, há uma referência à imprensa que bem atesta a admirável elevação de espírito do Imperador.

Nesse repositório de sábios e patrióticos conceitos, há este período precioso: "Ainda falarei da imprensa, e de qualquer outro meio de exprimir opiniões. Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações quando não se dê perturbação da tranqüilidade pública; pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso, ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando êle tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo, ou desabafo partidário".

E porque assim pensava, Pedro II era contrário ao recurso do Governo à imprensa para explicação ou defesa dos seus atos. Esse recurso não podia deixar de ser estipendiado pelos cofres públicos e surgia daí a controvérsia se era lícito ao Go-

vêrno tal conduta ou se valia, na opinião pública, um apoio que se sabia adquirido por interêsse e não por convicção.

Para sanar o inconveniente, o Imperador preconizava a criação de um órgão oficial, no qual não só os atos do Governo seriam divulgados, mas também comentada a sua orientação, justificadas as medidas tomadas, defendida a sua política. Não foi fácil ao Imperador conseguir a aceitação da sua idéia.

No Ministério de 2 de março, presidido por Caxias, submetera a proposta a votos e fôra derrotado. Votaram a favor da idéia Caxias, Sousa Ramos e Saião Lobato e, contra, Silva Paranhos, Joaquim José Inácio, Taques e Sousa Melo.

Vencido, não se deu Pedro II por convencido. Voltava à idéia sempre que um comentário de imprensa, uma queixa de Ministro, uma injustiça de jornal comprovava a razão de ser do projeto que não abandonava.

No diário que escreveu no ano de 1862, logo no dia 16 de janeiro diz o Imperador: "Cada vez acho mais precisa a fôlha oficial e depois que souber tôdas as despesas que se fazem com a defesa do Ministério na imprensa hei de trabalhar novamente para que se efetive a criação dessa fôlha".

Inspirara essa expansão imperial a queixa do Ministro da Justiça Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato (depois Visconde de Niterói), de não encontrar quem o defendesse, na imprensa, de ataques a atos seus criticados pelos adversários. Esclarece Pedro II: "É o Rocha que defende o Ministério nos comunicados do jornal por 400\$000 por mês, e o Saião acrescentou que acontecia que faltava ao Rocha a principal condição para defensor eficaz que é o bom conceito".

Dois dias depois, estava Pedro II informado das despesas do Ministério com a imprensa: "O Ministro dos Estrangeiros é quem dá mais para pagamento da imprensa. Tenho apontamentos do que despenderam os diversos Ministérios desde o princípio desta administração até agora. Estranhei que o *Correio da Tarde* que recebe a maior parte dessa despesa escrevesse um artigo censurando o despacho de Aristides da Silveira Lôbo que é procurador fiscal das Alagoas; mas o Paranhos acudiu logo que era preciso não defender todos os

atos do Ministério e que era a opinião manifestada no referido artigo a do redator principal da fôlha, como se eu pudesse admitir tal independência de caráter, e que repliquei acrescentando que não gostava de fraudes nem mesmo pias”.

Nos registros com a data de 25, o Imperador transcreve os apontamentos a que se referira antes, relativos aos gastos de cada Ministério com jornais e jornalistas. Nessa relação, figura Justiniano José da Rocha recebendo do Ministério da Justiça 100\$000 por mês, quando antes recebia 400\$000, e do Ministério dos Estrangeiros de 300 a 400\$000 por mês. Depois de registrar todos os pagamentos feitos, diz o Imperador: “Minha opinião a respeito de semelhantes despesas é bem sabida dos ministros e eu já a disse neste livro”.

Não abandonava o Imperador a idéia da fôlha oficial. Insistia sempre por essa necessidade junto aos Ministros, que não o ouviam. O trato pessoal com o jornalista, a ilusão de que pode parecer ao público sincero e desinteressado um artigo de apoio ou de elogio, o interêsse de cada qual cuidar pessoalmente da sua vaidade junto à imprensa, primava naquele tempo, como primaria hoje, sôbre o superior ponto de vista imperial. Os Ministros não acreditavam por certo no valor de um comentário do órgão oficial. O processo do subôrno à imprensa, em que cada um pudesse orientar a pena do jornalista no sentido de sua vaidade ou do seu interêsse pessoal foi sempre sedutor para o homem público que ama o elogio ou corteja a popularidade. O que faz diferente a época de Pedro II da de hoje é que naquele tempo um jornalista do valor e do prestígio de Justiniano José da Rocha contentava-se com 100\$000 por mês. . .

Afinal, a insistência patriótica de Pedro II venceu a obstinação dos seus Ministros. No Ministério de 30 de maio presidido por Araújo Lima, Marquês de Olinda, foi resolvida a criação do *Diário Oficial*. Encarregou-se Sinimbu, Ministro da Justiça, de organizar o plano que importava numa despesa de 50 contos por ano. Pedro II acreditava que a economia feita com o dinheiro pago com jornais amigos do Govêrno compensaria o gasto.

Resolveu-se que o jornal se denominaria *Gazeta Oficial*, mas Pedro II observou que seria mais português dizer-se *Diário Oficial*, embora não fizesse questão disso. O que desejava era o jornal na rua.

Vingou a observação do Imperador quanto ao nome do jornal, que apareceu em 1.º de outubro de 1862 com o título de *Diário Oficial*.

Era preciso escolher o diretor da fôlha e Pedro II queria um diário interessante, embora circunspecto, com matéria variada, para atrair o leitor. Quanto aos atos do Govêrno, devia apenas explicá-los e defendê-los. Admitiria correspondências assinadas dos empregados públicos em defesa dos atos dos seus cargos, depois de examinadas pelo Diretor, e anúncios que tivessem simplesmente tal caráter, sem a menor ofensa a qualquer indivíduo.

Pensou o Ministério em Tavares Bastos, então deputado por Alagoas, para diretor do jornal, mas Pedro II se opôs ao nome do grande publicista por achar que, môço ainda, tinha êle pouco "juízo prudencial". Sinimbu propôs então para o cargo o Conselheiro Josino do Nascimento Silva, Diretor Geral da Secretaria da Justiça, jornalista de mérito que fôra companheiro de Justiniano José da Rocha na redação d'*O Cronista*. Josino não teria vencimentos na direção do *Diário Oficial*, mas Pedro II, aprovando muito a escolha, receava que Josino, onerado de trabalho, não tivesse tempo para a nova tarefa. Quanto ao administrador do *Diário Oficial*, Sinimbu propôs Antônio Miranda Falcão. O Imperador se opôs, achando não ser possível a sua nomeação enquanto um inquérito, pelo qual insistia, não o justificasse das acusações que sôbre êle pesavam, como Administrador da Casa de Correção. O monarca estava sempre atento e vigilante na defesa da moralidade da administração pública. Era a ditadura do lápis azul, que, durante todo o seu reinado, manteve tão alto o nível da vida administrativa do país.

Em 1.º de outubro de 1862, apareceu o primeiro número do *Diário Oficial*, com as armas imperiais no frontispício e um artigo intitulado "Introdução", no qual dizia: "Não será o

Diário Oficial um nôvo combatente nas lides políticas, nem polemista ardente nas questões que se discutirem: a outros a glória que daí possa resultar. Órgão do Governo, o *Diário Oficial* saberá dizer o seu pensamento, sem jamais desviar-se das regras severas da cortesia e da boa sociedade, devendo a sua redação ser calma e moderada, justa e imparcial como o Governo de que é o seu órgão. . . .”

Procurou o jornal, de começo, ser variado e atraente. Tinha uma parte editorial e outra oficial, com o registro dos atos do Governo, inclusive os dos tribunais, uma parte comercial, uma seção de transcrições de artigos sôbre política internacional e fatos importantes de interêsse momentâneo.

Nô número de 7 de outubro de 1862, começou a publicar crítica teatral, numa seção intitulada “Variedades”, tratando da peça *Lusbella*, de J. M. de Macedo, representada em 28 de setembro, no teatro Ginásio. Um mês depois, em 7 de novembro, iniciou uma série de artigos de crítica literária, assinados *Barão de Ernouf*, principiada com *Os Miseráveis*, de Victor Hugo. Publicou uma seção de “Anúncios Particulares”.

Em 1.º de janeiro de 1869, desapareciam as seções pròpria-mente jornalísticas do *Diário Oficial*, que passaria a ser apenas um órgão de informações oficiais.

Pedro II se batera sempre por manter o *Diário Oficial* com aspecto de jornal informativo e de opinião, com seções atraentes para o leitor, de forma a ter circulação e a despertar interêsse, o que serviria sobremaneira à missão do órgão do Governo. Alertava a atenção de Sinimbu para a insipidez da fôlha e achava que a mesma poderia ter, como os outros jornais, *epigramas* e *sarcasmos*. Observava que as notícias oficiais de importância saíam primeiro no *Jornal do Commercio*. Escrevia no seu diário: “Tornei a chamar a atenção do Ministério para o modo por que vai o *Diário Oficial*, de que, aliás, cumpre não desanimar como procura consegui-lo o *Jornal do Commercio*. Sinimbu disse que o Josino não se ocupou bastante do *Diário Oficial*, observando que era êle, aliás quem melhor podia realizar o pensamento capital do programa do *Diário Oficial*, temendo que outro lhe desse côr partidária”.

Mais tarde, volta ao assunto: "À tarde estiveram cá o Josino, o Caxias e o Paranhos. Falei ao primeiro sôbre a fôlha oficial, que é preciso tornar mais interessante e disse-lhe que, aprovando muito as idéias do programa do *Diário Oficial*, entendi contudo que êle devia defender os atos do Govêrno do modo que o programa permitia e já era meu pensamento, desde que, há anos, comecei a pugnar pela criação dessa fôlha. Recomendei-lhe também os extratos das fôlhas das províncias, que nada dizem das discussões das assembléias respectivas. Disse que pretendia ver quem se encarregasse de tal trabalho".

Mas Pedro II defendia em vão a orientação que lhe parecia conveniente ao órgão do Govêrno. Na questão Christie, o Govêrno justificou-se em artigo publicado no *Jornal do Commercio* e não no *Diário Oficial*. O Imperador, pelo que se lê no seu diário, em 30 de dezembro, disse não gostou: "O artigo do *Jornal* disse-me Abrantes que é do Paranhos, e apesar de achá-lo redigido de modo a mostrar que partira do Govêrno, produziu bons efeitos. Entendo que o artigo devia ter apparecido no *Diário Oficial* convenientemente redigido em atenção à fôlha que o publicaria".

Não conseguiu Pedro II fazer do *Diário Oficial* o órgão supressor das subvenções à imprensa e da corrupção dos jornalistas. Reduzido o *Diário* às condições de divulgador apenas dos atos oficiais, impunha-se a necessidade do recurso a jornais e jornalistas com influência na opinião pública, para defesa dos atos e da política do Govêrno. Não foi êsse por certo o único propósito de moralidade que Pedro II viu com tristeza esvair-se como utopia.

Política do Rio da Prata

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA tinha cabal conhecimento dos problemas do Rio da Prata, que eram, no momento, motivo de sérias preocupações do Governo Imperial. As lutas dos caudilhos platinos vinham bater às fronteiras do Brasil, com incidentes que nos impediam de manter a neutralidade desejada e nos impeliam a fazer uma política internacional ativa, uma vez que o predomínio da nossa influência nos países limítrofes era fator do nosso prestígio, com repercussões na nossa política interna.

Jornalista de orientação partidária, Justiniano acompanhava, na política internacional, os rumos traçados pelos estadistas conservadores. Seus artigos revelavam acurado exame das questões que nos interessavam na política do Rio da Prata e constituíram material bastante para se reunirem em três volumes, publicados sem o seu nome, mas que lhe são, com certeza, atribuídos. Tinham títulos bem definidos: *A Política do Brasil no Rio da Prata; Negócios do Rio da Prata — Discussão sobre várias questões pendentes entre o Governo Imperial e a Confederação Argentina, e artigos publicados no "Jornal do Comércio" sobre cada um deles; e A Política Brasileira na República Oriental do Uruguai.*

Foi, assim, de relevante importância a colaboração de Justiniano nos debates e contendas oriundas da ação de Oribe, no Uruguai, e de Rosas, na Argentina, e que tanto interesse despertaram no país.

Justificando a nossa intervenção na política do Uruguai, explicada na circular do Ministro das Relações Exteriores Limpo de Abreu, ao Corpo Diplomático do Rio, em 19 de Janeiro de 1854, Justiniano responde no seu opúsculo *A Política Brasileira na República Oriental do Uruguai* às críticas

feitas nesse país e às censuras de uma publicação anônima, de autoria e inspiração argentinas.

Mostra que sempre fôra o Brasil infenso às guerras de conquista, fiel ao sentimento americanista de respeito às soberanias constituídas no continente. E diz textualmente:

“A política americana repele a menor idéia de conquista e de absorção, porquanto não considera nas nações senão a sociedade humana que as compõe: o território que elas ocupam não é senão seu acessório; a conquista, pois, seria a imposição de um jugo, de uma lei a uma parte de uma sociedade humana; a conquista seria a escravização de um povo, de uma família de homens, a ruína de uma nacionalidade; ora nem o homem deve ser escravizado, nem as nacionalidades são facilmente extintas”.

A intervenção na República Oriental fôra longamente meditada. José Maria da Silva Paranhos, Ministro do Brasil em Montevideú, que ali seguia a política de Paraná, de quem fôra secretário na missão do Prata, recebera insistentes apelos do Governo uruguaio para intervir com o poderio militar do Império contra os revoltosos que enfrentava. A política conservadora agira com prudência e firmeza e a sua ação está plenamente justificada pela argumentação convincente de Justiniano, nos artigos que depois se enfeixam nas publicações a êle, com procedência, atribuídas.

A sua divergência com Honório Hermeto, quando do Ministério da Conciliação, teve por motivo, entre outros, a orientação do chefe conservador na política do Rio da Prata, criticada no discurso pronunciado na Câmara, em maio de 1855.

A admiração do segundo Rio Branco por Justiniano encontraria, por certo, mais tarde, sobejas razões ao ter de continuar a executar, como chanceler da República, a política do Império, personificada no Rio da Prata, entre outros, pela clarividência e patriotismo do grande Visconde do Rio Branco.

O parlamentar

Os GRANDES SERVIÇOS PRESTADOS ao Partido Conservador pela sua pena de jornalista, levariam Justiniano José da Rocha ao parlamento do Império, como deputado geral pela Província de Minas Gerais. A sua atuação na Câmara não foi das mais marcantes, porque sua posição política estava condicionada à disciplina partidária, à qual procurara, sempre, ser fiel, na imprensa e fora dela. Sua vida parlamentar está por assim dizer narrada na sua correspondência com Firmino Rodrigues Silva, que se destacou na vida pública, não só como magistrado e parlamentar, dos mais ilustres Senadores do Império, mas, também, como jornalista, dos maiores que houve no país. Como jornalista, foi Firmino, no dizer de Joaquim Manuel de Macedo, "cratera de vulcão a despedir lavas estupendas". A vida desse grande jornalista está muito bem narrada no magnífico trabalho do Sr. Nélson Lage Mascarenhas — *Um jornalista do Império* — e nêle se vê que Firmino e Justiniano, colegas de redação n' *O Cronista* e n' *O Brasil*, mantiveram e esposaram sem variar, os mesmos pontos de vista na ação e na compreensão da vida pública nacional.

Em 1842, marcadas as eleições gerais, Justiniano foi incluído na chapa de deputados gerais pela Província de Minas embora nada tivesse a ver com a mesma, pois, homem feito, nunca por lá se perdera. Mas assim se elegiam os representantes do povo naquela época. A luta não se travava no seio do eleitorado, mas nos bastidores partidários. Justiniano narra na sua correspondência as dificuldades encontradas, as hostilidades, mesmo de colegas de redação, as traições e deslealdades que procuravam solapar o seu nome nas listas de votação. Tinha o apoio do Barão de Bonfim grande influência eleitoral em Minas Gerais, mas ainda assim dizia estar num leito de brasas. Contra sua candidatura intrigava Diogo Pereira

de Vasconcelos, embora aparentemente vivessem como bons correligionários.

Mas, apesar da campanha surda contra êle levantada pelos próprios companheiros de partido, apesar de infâmias espalhadas entre os eleitores, Justiniano foi eleito Deputado geral. Ia êle satisfazer a sua ânsia de "ensaaiar a voz e as amizades" no cenário que se lhe abria. Não vingara a intriga de ser o chefe de um clube de "haitinismo", movimento que, depois de 7 de abril de 1831, caracterizava uma conspiração de homens de côr, com o fim de se apossarem do poder. Acusava Justiniano ao Senador Vergueiro de ser inventor dessa conspiração, com o propósito de atirar à execração nomes notáveis que haviam influído na abdicação de Pedro I.

O jornalismo o levava, de pronto, à Câmara dos Deputados, onde tomava assento em 12 de janeiro de 1843 e ascendia a alturas que não o seduziam. Em carta ao amigo Firmino, Justiniano reduz as suas ambições à simplicidade de sua vida caseira: ter alguns pássaros, por única companheira a espôsa e o convívio dos filhos. E acrescenta: "Não gosto de fausto, de pompa: a satisfação do amor próprio é a única que tenho tirado de ser deputado, e asseguro-te que êle não paga os amargores de bôca que aturo". Via perigar a sua reeleição com a possibilidade da queda do seu partido, sôbre cuja sorte temia, porque era pessimista quanto à situação do momento, com um Govêrno e uma Câmara, a seu ver, de consumada inépcia, e o Senado foco da indolência e da anarquia. Temia pela sorte do país, o Norte inquieto, Pernambuco ameaçando separar-se, o Rio Grande complicado na questão Rosas, a miséria pública no seu auge. Previa para 1843 ou 1844 a separação do Norte, com os planos de um vice-reinado constituído pelas províncias que ficavam além do Cabo de São Roque, e tendo por vice-rei o Príncipe de Joinville. Era Justiniano, sem dúvida, um mau profeta e seu pessimismo êle próprio o explicaria ao fazer a profissão de fé de monarquista absolutista, com uma unidade política tipo Richelieu e Luís XIV. Essas idéias estariam contidas em discurso na Câmara, cujo espírito encarecia como merecedor de ser propagado. No entanto, dêsse discurso ninguém se lembra.

Foi deputado nas legislaturas de 1842-1843, de 1850-1852 e de 1853-1856 e como Deputado não teve a notoriedade que alcançou como jornalista. Era esquivo à tribuna e os trabalhos parlamentares contam com pequena colaboração sua, sem maior repercussão nos anais do Parlamento. Poucas foram as vezes que ocupou a tribuna da Câmara, nessas legislaturas em que figurou como deputado geral. Não tinha facilidade de falar, nem gosto pela oratória. Mas seus discursos, nas poucas vezes que prendeu a atenção de seus pares, tinham substância, eram claros, com picante dose de "humour", revelando cultura e inteligência.

Na sessão de 15 de março de 1843 defendeu êle o Govêrno, ao discutir o requerimento do deputado Pereira Jorge sôbre condecorações concedidas a paulistas.

Na sessão de 8 de maio falou como membro da Comissão que teve de examinar o orçamento da Repartição dos Negócios Estrangeiros. Pugnou pela supressão das legações no Chile e países do Pacífico, por não interessarem à nossa política externa, assim como de legações, na Europa, sem maior expressão política para o Brasil. Achava que a nossa política externa devia concentrar-se tôda ela no Rio da Prata e, assim, apenas as legações em Buenos Aires e Montevidéu justificavam maiores gastos no orçamento do Exterior. Era por certo uma visão momentânea dos problemas internacionais do país e uma compreensão muito limitada das relações com outros povos para o advento de um futuro em que o Brasil viesse a incorporar-se às grandes nações do mundo.

Na sessão de 19 de fevereiro de 1850, pronunciou Justiniano um bom discurso quando em discussão o relatório do Império. Girou a sua argumentação em tórno da tese de que as bases da sociedade imperial assentavam em três pilares: a religião, o magistério e a magistratura. Era preciso, portanto, zelar por essas fôrças orgânicas da sociedade, defendê-las, ampará-las, fortalecê-las.

Em 18 de abril volta à tribuna para discutir um projeto sôbre taxas de tálburis e objetos funerários, e, em tórno de assunto de tão pequena significação, faz um discurso que prendeu a atenção da Câmara,

Em 16 de maio discutiu a anistia a Pedro Ivo e Miguel Afonso, revolucionários que o presidente da Província da Bahia acompanhara à Côrte e por isso era acicamente acusado.

Mas, seu nome havia de ficar na história parlamentar do Segundo Império pelo gesto altivo que teve, ao romper com o Governo chefiado por um dos mais fortes e ilustres chefes conservadores.

Organizado o Ministério de 7 de setembro de 1853, ia experimentar-se a conciliação desejada pelo Marquês de Paraná, que voltara às boas com o Imperador depois do incidente motivado pela proposta de demissão do irmão de Aureliano Coutinho, do cargo de inspetor da Alfândega, quando o enérgico chefe conservador teve o topete de dizer ao monarca recalcitrante: "Um menino não tem o direito de zombar de homens encanecidos no serviço da Nação, ainda que esse menino seja Imperador". Ia Paraná pôr em prática uma política de longa data defendida pelos liberais e que os conservadores acabaram por admitir como necessária e útil. Mas não durariam muito as esperanças de um proveitoso apaziguamento político na vida pública do país. Mal se iniciara a tarefa do Governo, dá-se, na sessão seguinte de 1854, a ruptura de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, que acusava Paraná de anular os seus colegas, tornando-os "meros cargueiros de pastas".

Em 1855, na sessão de 19 de maio, era Justiniano que rompia com Paraná, num discurso cheio de acusações à política personalista do grande chefe conservador. Censurava a política externa ditada pelo Gabinete à revelia do Parlamento, citando o caso da expedição naval do Almirante Pedro Ferreira ao Paraguai. Acusava Paraná de despótico, como o fizera Ferraz, com a concentração de todo o poder nas suas mãos, forma de tirania facilitada pela coalisão dos dois partidos. Atacou as violências policiais que se praticavam então, com prisões injustificáveis, responsabilizando pessoalmente pelas arbitrariedades cometidas o presidente do Conselho. E acentuava quanto êste se desmentia a si próprio, recordando as promessas por êle feitas quando no Senado caracterizara o Governo de conservador-progressista ou progressista-conservador, para realizar

uma política sem paixões, sem ódios, capaz de resolver tôdas as questões políticas que haviam até então constituído pontos de divergência entre os partidos. Tal discurso de Paraná continha um compromisso formal que Justiniano recordava para mostrar como estava êle longe de honrá-lo: "Conservador-progressista, eu dou a fiança do meu nome e do meu passado aos conservadores; aos progressistas, porém, a quem não posso dar a mesma fiança, asseguro-lhes que os convencerei dando os primeiros passos ao seu encontro".

A Paraná não podia agradar a atitude do deputado conservador, que se substituíra aos adversários liberais numa contundente atitude de oposição, a ferir profundamente a vaidade e o orgulho de Paraná, o homem que, no julgamento de Pedro II, não se curvava.

Se a outro discurso de oposição, o do deputado Saião Lobato, respondera com oração meditada e atenciosa, demorando-se em contrariar as acusações do antagonista, para justificar-se perante a Câmara e refutar as críticas recebidas, a Justiniano o Presidente do Conselho tratou com menoscabo, senão com desprezo. Nessa sessão de 21 de maio, Paraná começou dizendo que a Câmara ouvira dois discursos de oposição ao Ministério. E acrescentou "O último não me traria à tribuna porque não julgo séria a oposição que êle exprime". Referia-se ao discurso de Justiniano.

Depois de falar longamente em resposta ao discurso de Saião Lobato, concluiu com estas desdenhosas e ferinas palavras: "Senhor Presidente, eu teria também de responder ao discurso do nobre deputado pela minha província, podia demonstrar-lhe que interpretou mal o meu programa, podia mostrar-lhe que vem um pouco tarde com essa interpelação, porque êle já tinha feito outra, um pouco mais acertada, um pouco mais aproximada do meu verdadeiro pensamento, mas estando fatigado acho que não devo tomar essa tarefa. O discurso do senhor deputado fêz muito pequena impressão sobre o Governo, sobre as Câmaras e, provavelmente, fará muito pequena impressão sobre o país. É tão flagrante a contradição em que o senhor deputado se acha consigo mesmo que, longe de ter eu de justificar o Governo perante o senhor deputado,

êle é que se tem de justificar da fase tão extraordinária, tão inexplicável que apresenta. Eu, portanto, dispenso-me de mais longa resposta.”

A essa alusão à apostasia que o levara a mudar de opinião, poderia Justiniano ter respondido com as palavras do próprio Paraná no discurso de 18 de julho de 1839, na Câmara dos Deputados:

“Eu sigo a doutrina que autoriza as mudanças de opinião: não estou convencido de que os homens devam ficar estacionários, nem desprezar as ciências e a experiência que alteram e modificam os juízos e opiniões, mas entendo que as regras segundo as quais se julgam aquêles que mudam devem ser pesadas pelo espírito público; êle deve tratar de conhecer se é pela justiça e pela razão que se mudou de opinião, ou se essa mudança foi movida pelo interêsse.”

Que não o movia o interêsse podia com destemor alegar Justiniano, porque rompendo com o Ministério e desafiando Paraná o que êle jogava era a sua cadeira de deputado. E perdeu a parada, porque de fato, na legislatura seguinte, não mais voltou à Câmara. Estava assim, por êsse gesto de independência, encerrada a sua carreira política.

Podiam-se vislumbrar nas reticenciosas palavras de Paraná insinuações, perfídias, injúrias, que atingiam cruelmente a Justiniano e o deixavam arrasado perante os seus pares.

A Câmara recebeu entre sorrisos a vergastada de Paraná em Justiniano, em favor de quem só se elevava a voz eloqüente de Ferraz para censurar o chefe de quem se havia separado: “Será de chefe de um partido injuriar a um seu correligionário que, apartando-se da nova política, no seu discurso guardou a maior moderação, respeitou as convicções? Quem vos crerá de agora em diante? No momento em que se apartarem de vós essas carícias que hoje despendeis, essas promessas que tendes feito, tudo, tudo será lançado no tapête desta sala [*sensação, sussurro*]. Quem vos crerá? Dizei.”

Justiniano não era orador, como em geral não o são os jornalistas que pensam escrevendo, enquanto os homens da tribuna pensam falando. Seu discurso fôra um libelo acusatório

ao Gabinete e contra Paraná pessoalmente. Joaquim Nabuco o classificou de brilhante, embora descurado e desigual. Mas a inteligência de Justiniano ia servir-lhe para anular o efeito da tirada com que Paraná o esmagara.

Voltou à tribuna na sessão de 26 de maio, não para insistir nos ataques, mas para justificar-se e defender-se, pois, disse êle, não queria ficar mais um dia sob o pêso da acusação e da sentença que contra êle fôra fulminada. E tocou a sensibilidade da Câmara, pronunciando um discurso que ficou ímpar nos anais do Parlamento (Anexo. Nota II). Fêz, numa exposição autobiográfica, a descrição comovente da sua vida de jornalista pobre, a serviço de uma causa, que era a dos conservadores, mas que não adulava nem se humilhava. Tinha prole numerosa, pois Deus lhe dava um filho por ano e, muitas vêzes, nas épocas de agitação, expusera-se a si e a sua família às vinditas e represálias. Só em 1841 pudera receber alguma ajuda dos conservadores, com o Ministério chefiado por Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai. Vale a pena ler-se, sôbre a confissão de Justiniano, êste trecho dos anais da Câmara dos Deputados:

“O Sr. Paulino se entendia com a tipografia para a publicação, administração e distribuição da fôlha. Nós nada disso sabíamos, nem queríamos saber. Escrevíamos e mandávamos nossos artigos à tipografia. As vêzes, senhores, eu que tinha família, e família numerosa [*o orador começa a soluçar*], pois além de ter Deus abençoado o meu consórcio com numerosa prole, também a desgraça veio parar sôbre a minha família, levando-me meu pai... [*a voz do orador fica suspensa pela emoção, e vários dos Deputados lhe dirigem palavras consoladoras*]. Então, o Sr. Paulino em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nêle algumas notas de 200\$000 [*o orador continua em pranto*]. E, senhores [*com fôrça*], eu vivia com família numerosíssima, e digo esta verdade que não me pode ficar mal.”

Pode-se calcular o efeito dêsse discurso sôbre a Câmara. Nunca se vira um orador chorar assim na tribuna, nem abrir

com tanta franqueza e tanta humildade o livro de sua vida em público, para responder à pecha destinada a feri-lo.

E Justiniano continuou no mesmo tom, entre lágrimas e soluços, a contar como vivia numa casa térrea e de rótula, sem ir a teatros e festas, lutando para sustentar a família. Sua esposa só conseguira ter um vestido de sêda em 1848, quando já êle era Deputado. Afinal, Paulino resolvera suspender *O Brasil* e dera, como compensação, ao orador, a quantia de 600\$000 para que êle se arranjasse como pudesse. Mas o jornalista mantivera a fôlha, com dificuldades insanas, até que Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara fôra em seu auxílio, mandando tomar quinhentas assinaturas. E contou haver continuado a sua odisséia de jornalista de Partido, a receber paga ridícula pela sua dedicação aos correligionários, fazendo-o às claras, pois mesmo assinara recibos das quantias pagas, na persuasão de que não era indigno, nem se aviltava. E por fim exclama: "Mas se há quem suponha que êstes serviços não estavam nas previsões do orçamento, pois que nas leis do Estado não podia haver verba para a corrupção, parecia-me dever terminar pedindo a acusação dos ministros que dissiparam os dinheiros públicos dando auxílios à imprensa que divulga as suas idéias..."

A confissão de Justiniano atingia a Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça, que pela verba secreta da polícia subvencionara o jornalista. E êste dera quitação das quantias recebidas. Paraná, que o sabia, quando Justiniano rompeu, quis os recibos. Nabuco negou-se a fornecê-los e ameaçou mesmo a Paraná de negar o fato se êle, na Câmara, insistisse nessa acusação a Justiniano. Paraná cedeu, mesmo porque também êle confessava, na sessão de 26 de maio de 1855, haver o seu governo, embora com parcimônia, subvencionado jornais.

Mas o discurso de Justiniano, em revide à humilhação sofrida pela impiedade de Paraná, não teve apenas a parte dramática, que emocionou a Câmara. Uma parte pitoresca, logo no comêço, que fêz rir, era uma profunda crítica aos conservadores, com a revelação de um fato que o próprio Justiniano havia defendido senão negado com a sua pena de jornalista. Referia-se essa acusação ao caso de distribuir o

Govêrno, pelos amigos, os escravos apreendidos no contrabando de negros. A palavra de Justiniano traduzia a verdade da acusação feita a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Contou, referindo-se aos negros recebidos por êle e seus dois companheiros da redação d'*O Brasil*: "Nós três abundávamos nas idéias do Ministério, sustentávamos a luta na imprensa, e nesse tempo nenhum favor material me foi feito, nem nós pensávamos em favores materiais. E, senhores, já que falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuía-se africanos e eu estava conversando com o Ministro que os distribuía e S. Excia. me disse:

— Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?

— Um africano me fazia conta, respondi-lhe.

— Então, por que não o pede?

— Se V. Excia. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas...

Disse S. Excia:

— Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Beltrano..."

Os Drs. Fulano e Beltrano eram os colegas de redação de Justiniano — o Dr. Firmino Rodrigues Silva e o Dr. Josino Nascimento Silva.

A Câmara rompeu em gargalhadas, diante do cômico da cena que Justiniano contava com fingida candura e calculada perversidade.

Com o seu imprevisto discurso, Justiniano, pelo riso e pelo chôro, desbancara Paraná. Defendera-se da acusação de subôrno, desmascarando os subornadores e ferindo-os mortalmente na sua austeridade e independência. Trouxera o seu passado ao tribunal dos seus pares. E exclamara patético: "Eu asseguro que ainda hoje, volvendo e examinando todo o meu passado, não encontro nêle um fato que me envergonhe diante de vós".

Terminou enviando à mesa um requerimento sôbre as despesas secretas do Govêrno, requerimento que a Câmara logo rejeitou.

Paraná sentiu que a sua posição ficara abalada com o discurso de Justiniano e que a Câmara se voltava em simpatia, conforto e solidariedade para com o colega tão fundamente ferido no seu amor-próprio e na sua dignidade. E por isso subiu à tribuna, logo em seguida a Justiniano, êle, o "malcriadom do Império", despido então do orgulho que o caracterizava, com calculada blandícia, para justificar-se. Não quisera ofender o colega, não o tachara de venal e fariseu, nem pretendia feri-lo em sua honra. Suas palavras continham apenas o amargor de coração por haver perdido um correligionário tão valioso e um companheiro tão útil nas fileiras governamentais. Evocando as palavras do final do seu discurso anterior, disse: "Não creio, senhor presidente, que nestas palavras que foram as únicas que dirigi diretamente ao senhor Deputado pudesse haver a menor ofensa, ou a menor alusão. Estas palavras me foram arrancadas pela emoção da separação injustificada de um aliado prestimoso; foram elas o efeito da surpresa com que vi o Sr. Deputado sustentando idéias diversas daquelas que tinha até então sustentado". Citou vários trechos de artigos de Justiniano em defesa da política e da administração do Ministério sob sua presidência e passou a responder longamente ao nôvo discurso de Saião Lobato.

Com seu discurso, *amende honorable*, Paraná falara menos para Justiniano do que para a Câmara. As censuras e acusações de Justiniano seriam respondidas depois por Nabuco de Araújo, na sessão de 29 de maio, em defesa do Ministério, e foi êsse um dos grandes discursos do eminente parlamentar.

Nabuco era amigo de Justiniano, para quem havia outrora pleiteado inútilmente junto a Bernardo de Vasconcelos um tabelionato, como recompensa aos serviços que o jornalista prestava ao partido, "defensor na imprensa como o qual outro não há... indis pôs-se com os seus velhos amigos, perdeu os interesses que tinha fundado na profissão do magistério que abandonou por causa dessa redação d'*O Brasil*".

Eram muitas as queixas de Justiniano para com os seus correligionários conservadores. No Ministério de Paraná, havia sofrido muitos logros conforme confessa em carta ao seu amigo Firmino Silva. Queixava-se de Pedreira do Couto Ferraz, que

levara muito tempo a mangar com êle. Falhara nos seus planos de estabelecer um negócio de livraria, para o qual necessitava de favor do Govêrno. Atribuía a Francisco Otaviano os ataques no jornal liberal e achava-os inspirados pelo Ministério e por Silva Paranhos. Achou azado romper, sobretudo porque o Ministério fazia asneiras, comprometia-se, errava, dando-lhe oportunidade de formar um movimento dos descontentes. O Ministério, a seu ver, estava podre, como defunto de seis meses. Era preciso enterrá-lo. Mas Justiniano não queria chefiar uma campanha política, queria fazer a guerra a Paraná por conta própria. Escreve a Firmino: "entretanto o meu rompimento fêz aparecerem em tôrno de mim solicitações graves de duas natureza: 1.^a, a gente do município de Vassouras queria que eu levantasse a bandeira dos princípios constitucionais no pensamento liberal para lutar contra o *mesquinho absolutismo* da atualidade, e prometia-me um apoio de mais de 1 000 assinantes e uma declaração de adesão de pelo menos 100 opulentos fazendeiros eleitorais. Por outro lado, 2.^o, o Ministério me solicitava. Barbosa, por ordem de Nabuco, pedia-me que cessasse. Picot, por intermédio de Saraiva e de Paranhos, oferecia-me qualquer transação contanto que eu não escrevesse mais. A Barbosa respondi que só me retiraria da imprensa e da política se Eusébio, Paulino e Tôrres me declarassem que eu comprometia a posição do partido; a Picot disse que assegurasse aos seus amigos que eu os não hostilizaria por muito tempo, porquanto tinha outros projetos que os de permanecer no jornalismo".

Justiniano estava numa encruzilhada da vida. Queria deixar a imprensa, conforme anunciava a Picot, diretor do *Jornal do Commercio*, procurar outro meio de vida, no ensino ou no comércio, libertar-se das injustiças que o amarguravam por parte de seus correligionários, êle que por tôda a existência empenhara a sua pena e a sua inteligência na defesa e sustentação dos conservadores.

Sentia que sua atitude contra Paraná o lançaria para fora da Câmara, e isso de fato aconteceu. Na legislatura seguinte, Justiniano, anjo rebelado, não foi reeleito. Era incômodo ao partido pelo seu gênio, pela sua insubordinação, pela

sua franqueza. Dêle dizia Eusébio que “seria mais feliz se tivesse dez vêzes menos de talento, e uma vez mais de juízo prudencial”.

Embora desgostoso, Justiniano não abandonou o Partido Conservador. Continuou a servi-lo na imprensa, culpando o Imperador, a quem cognominava de Pio IX, e os chefes conservadores de servirem aos planos liberais.

Em 3 de setembro de 1856 morre Paraná. No *Jornal do Commercio*, dez dias depois, aparece um excelente artigo sôbre a vida e ação do grande chefe conservador. Fêz sensação nos meios políticos êsse artigo, pela elevação, justiça, acuidade, com que era analisada e exaltada a figura de Paraná. Não havia senão elogios ao político e ao homem que tanta influência exercera na vida pública do país. Quem o autor do artigo, que saiu publicado como “escrito por uma de nossas mais hábeis penas políticas”, segundo dizia em nota o *Jornal do Commercio*? A vários nomes foi atribuída a sua autoria, mas só muito mais tarde, graças às pesquisas do ilustre historiador Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, se positivou quem fôra o autor do elogio a Paraná. Fôra Justiniano José da Rocha, o colaborador do *Jornal do Commercio*, quem o escrevera. Em carta a Firmino Silva, Justiniano disse que seu intento, ao exaltar Paraná, fôra o de glorificar o partido saquarema, no passado. “Hoje, dizia êle, que êsse partido está imolado pelo egoísmo de seus chefes e pelo nosso Pio IX, achei isso necessário e tomei o pretexto de Paraná para poder fazê-lo. Nesse sentido estou informado que consegui o meu fim: Caxias me disse que o artigo havia feito muita impressão em Pio IX”.

Assim, como político, Justiniano não variou nunca. Mesmo injustiçado, mesmo incompreendido, mesmo sacrificado, sua pena continuou até o fim a servir aos conservadores, a defender o Partido em cujas fileiras se alistara na mocidade e que não teve nenhum outro adepto mais valente, mais inteligente, mais pugnaz, para, por êle, enfrentar o adversário.

O professor

JUSTINIANO TINHA UM BOM CURSO de humanidades. Seguindo ainda menino para Paris, matriculou-se no Liceu Henrique IV, famoso estabelecimento de ensino, e ali se distinguiu como um bom estudante.

Estava, pois, em condições de ser professor secundário e por isso figurou entre os componentes do primeiro corpo docente do Colégio Pedro II, fundado por Bernardo de Vasconcelos em 1838, em substituição ao Seminário de São Joaquim, tendo como reitor frei Antônio de Arrabida, bispo *in partibus* de Anemuria, o qual viera para o Brasil com a Côrte de D. João VI.

Justiniano foi nomeado professor de Geografia, História Antiga e Romana. Eram seus colegas intelectuais dos mais ilustres do momento, como Joaquim Caetano da Silva, Emílio Joaquim da Silva Maia, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Araújo Pôrto Alegre, Januário da Silva Arvellos.

Tinha Justiniano 26 anos de idade ao ser nomeado para o Colégio Pedro II e percebia o estipêndio anual de 500\$000. Como havia de início dificuldades em livros para o estudo dos alunos, Justiniano, atendendo a apêlo do reitor, escreveu rapidamente um compêndio de Geografia, do qual na época não se falou bem. Fôra, por certo, a premência de tempo a razão de ser das falhas atribuídas ao livro do professor de Geografia do Pedro II. Intitulava-se "Compêndio de Geografia Elementar, oferecido ao Govêrno de S. M. Imperial e por êle aceito para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II. 1839".

Na Tribuna do Senado, ao discutir-se a verba orçamentária de 18 contos destinada ao Colégio Pedro II, vários oradores atacaram a nascente instituição. Era um pretexto para o

combate a Bernardo de Vasconcelos. O Marquês de Paranaquá criticava a ineficiência de certos compêndios e num dêles, certamente o de Justiniano, apontava erros de Geometria e Geografia. O *Despertador*, dirigido por Sales Tôres Homem, também criticou a Geografia de Justiniano. Certo, as censuras eram procedentes, tanto que em 1850 aparecia a segunda edição, completamente refundida, aumentada e emendada. No prefácio dessa segunda edição, Justiniano explica os senões da primeira, invocando em seu favor o curto tempo que tivera para escrever o seu trabalho.

Também para lecionar História o professor do Pedro II encontrara dificuldades na falta de compêndios em língua portuguesa. Por isso, incumbiu-se da tradução da *História Antiga*, de Poisson e Cayx, e da *História Romana*, de Rozoir e Dumont, impressos os dois livros na tipografia do *Jornal do Commercio*, de J. Villeneuve C., em 1840. Mas não achou Justiniano bastante a publicação dêsses livros para o ensino da História aos alunos do estabelecimento recém-formado. Faltava um compêndio de *História do Brasil*. Por isso, em discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era membro, em 8 de fevereiro de 1840, propôs que se constituísse uma comissão especial, incumbida de organizar um compêndio de História Pátria. Discutida e aprovada a proposta, foi nomeada uma comissão para sôbre ela dar parecer, composta, além do proponente, do 2.º Barão de Cairu e de Alexandre Maria de Mariz Sarmiento.

Com a exoneração de Justiniano de professor do Colégio Pedro II, a idéia por êle levada ao Instituto Histórico caiu no esquecimento.

O tirocínio de Justiniano no colégio-padrão iria servir-lhe mais tarde, quando, designado pelo governo, procedeu à inspeção dos institutos de ensino da Côrte. O notável relatório de Justiniano, em cumprimento à importante missão recebida deu motivo à reforma do ensino primário e secundário, tantas eram as falhas apontadas no regime então vigente e valiosas as sugestões oferecidas para melhorar a situação.

O trabalho de Justiniano foi publicado como anexo ao relatório do Ministro do Império relativo ao ano de 1851

(Anexo. Nota III). Nota-se a influência que sôbre o espírito do professor brasileiro exercera o seu estudo na França, embora estejam as idéias de Justiniano marcadas por um sentimento nacionalista indisfarçável. Dos três primeiros reitores do Colégio Pedro II dois haviam sido portugueses e vários eram os lentes estrangeiros, e isso, por certo, influíra no ânimo de Justiniano. No seu relatório, fôra claro ao mostrar o inconveniente: "Parece-me isto de summa gravidade; um dos cardiais objetos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento de suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e literários, nobre aspiração torná-la mais bela e mais gloriosa. Esse sentimento de religiosa piedade para com nossa mãe comum não se ensina com preleções catedráticas, comunica-se, porém, nas ocasiões que se apresentam no correr da vida e das lições colegiais, mas para comunicá-lo é necessário tê-lo."

O relatório de Justiniano José da Rocha que, ainda hoje, pode ser lido com proveito pela atualidade de seus conceitos, foi de importância capital no movimento que se processava no país em favor da reforma da instrução pública. Corajoso, avançado, objetivo. Uma das suas idéias, até hoje não adotada, merecia ser considerada pela legislação do ensino, dada a justiça que encerra e os frutos que dela poderiam decorrer. É a que sugeria se fizesse, no final do curso secundário, um concurso entre os diplomados, para a escolha dos melhores classificados e aos quais seriam dadas vantagens nas escolas superiores. Aos diretores dos colégios a que pertencessem êsses alunos, caberia também uma distinção especial.

A reforma da instrução pública era questão a que se emprestava uma importância capital. Não só Justiniano estudara o problema. Também Francisco Otaviano, no *Jornal do Commercio*, publicara uma série de artigos com idéias e sugestões sôbre o assunto. Gonçalves Dias, já aureolado pela sua obra poética, professor do Pedro II como Justiniano, havia sido incumbido pelo govêrno de percorrer as províncias do Norte para um exame referente à situação do ensino local. O relatório que apresentou em 1852 constitui hoje um trabalho de interesse relativo.

O problema estava assim bem equacionado, sobretudo pelas proposições de Justiniano e Francisco Otaviano, os dois maiores jornalistas do Segundo Império. Caberia a Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro Barão e Visconde do Bom Retiro, Ministro do Império, amigo íntimo de Pedro II, decretar em 16 de fevereiro de 1854 a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Na exposição sôbre seu trabalho, Pedreira refere-se ao trabalho de Justiniano, justificando a sua discordância com algumas das idéias nêle contidas.

Membros do Conselho Diretor da Instrução Pública, presidido pelo Conselheiro Rodrigues Tôrres, a Justiniano José da Rocha e Francisco Otaviano foi dada a missão de completar a regulamentação da lei em cuja orientação tanto haviam influído.

Na sua crônica *A Semana*, do *Jornal do Commercio*, Francisco Otaviano fêz apologia da reforma de Pedreira do Couto Ferraz, que aproveitava algumas das suas idéias e muitas do relatório Justiniano. Escrevia o poeta que a adoção do método de ensino de Castilhos, na reforma decretada, permitia ao aluno aprender em três meses o que antes se levavam três anos a ensinar. “A palmatória, — escrevia o cronista —, êsse símbolo de autoridade, no tempo de nossos pais; a carranca, os maus modos, os castigos, todo o aparato do terror magistral desapareceu da escola”. Com a reforma tão elogiada, instituindo o método Castilhos, a escola, como a do estudante alsaciano, passava a ser risonha e franca...

Justiniano foi também diretor das aulas de instrução pública da província do Rio de Janeiro, na presidência de Honório Hermeto Carneiro Leão, tendo feito a respeito um relatório em 1.º de fevereiro de 1842, publicado depois em folheto.

A carreira de professor de Justiniano não se limitou ao Pedro II, do qual se exonerou com a subida dos liberais “por motivos que longo seria expor”, disse êle. Em 1841, foi nomeado lente de Direito Militar na Escola Militar do Rio de Janeiro, com honras de capitão honorário. Suprimida essa cadeira em 1845, passou a lecionar latim e francês. Quando morreu, era ali professor de Direito e tinha quase concluído um compêndio sôbre a matéria que ensinava.

Na obra didática de Justiniano, além de *Compêndio de Geografia* já citado, figura um "*Compêndio de História Universal* — Tomo I. História Antiga", publicado em 1960. O autor prometia continuar a obra, com a publicação de mais três tomos, sobre a História da Idade Média, a História Moderna e a História da América, com especialidade a do Brasil, e uma breve noção dos inventos e progressos industriais no século corrente. A publicação dos três tomos seguintes do *Compêndio de História Universal* ficou interrompida pela morte do autor, em 1862. Também ficou por concluir, conforme se lê em Inocêncio, uma *História parlamentar e política do Império do Brasil*.

O "*Compêndio de História Universal*, vol. I — História Antiga" foi impresso em 1860 na Tipografia d'O *Regenerador*, de Justiniano. No prefácio, o autor explica os motivos que o levaram a planejar a obra da qual só pôde publicar o primeiro volume. Criado por Bernardo de Vasconcelos o Colégio Pedro II, lutavam os professores com a falta de compêndios especializados em português. Recorria-se, então, a livros franceses, e Justiniano os critica, porque "escritos pelo patriotismo, a bem da exaltação e do engrandecimento da França, não hesitam em apresentar todos os fatos históricos como determinados pela influência francesa; todos os povos gravitam em redor da França".

Assim, comenta Justiniano, "a nós, filhos de portugueses, que já tinham as suas côrtes de Lamego, que já tinham a admirável legislação das ordenações, apresentam êles a civilização moderna nascendo do triunfo de Luís XI, de Richelieu, de Luís XIV sobre a fidalguia, e quando a Inglaterra já tinha o seu parlamento, a sua famosa revolução político-religiosa, a declaração de direitos do seu Guilherme IV e os escritos do seu Locke, quando a Itália já de há muito tinha tido as suas Repúblicas comerciais, quando a Espanha já de há muito ostentava os foros do Aragão, dizem êles do seu Montesquieu: "o Homem havia perdido os seus direitos; Montesquieu os achou, e lh'os restituiu l..."

Mostra Justiniano que os livros franceses de História não continha nada a respeito da História do Nôvo Mundo e por-

tanto do Brasil. Omitem qualquer referência ao desenvolvimento do sistema colonial, como se não fôsse êle "uma das belas fases da civilização moderna, como se as ocorrências das colônias, sua progressiva opulência, não tivessem exercido grande influência nos acontecimentos gerais da humanidade!"

O primeiro volume do *Compêndio de História Universal*, de Justiniano, vai da História dos tempos primitivos, com a criação do mundo, na concepção do Gêneses, até à sucessão de Constantino e a divisão definitiva do Império Romano.

Na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existe um exemplar do livro de Justiniano, da coleção Teresa Cristina, formada com livros do Palácio Imperial.

Esse exemplar está marcado e comentado por notas à margem, escritas por Pedro II. Essas notas assinalam tôdas as dúvidas ou correções à explanação do historiador. Assim, quando trata do estabelecimento em Israel de colônias vindas das regiões vizinhas, a nota esclarece que houve a invasão de Amar Haidou, a que não se refere o historiador. Na narração da invasão da Grécia pelos heráclidas, dórios, jônios, aqueus, registra a falta de explicação da origem dêsses invasores. No capítulo sôbre Sólon, registra a nota o convite de Sólon ao cretense Epimênides, para a decretação das expiações infligidas aos profanadores dos altares das Eumênides. No capítulo relativo às rivalidades da Grécia até a conquista de Atenas, o comentário à margem mostra que a história de Címon está apresentada com pouca clareza. É mais adiante, quando o historiador narra a ação de Lisandro sôbre Atenas, interroga o comentarista: "E os conselhos d'Alcibíades?" No capítulo sôbre as Letras e Artes na Grécia, o Imperador registra a falta de referência a Menandro. No capítulo relativo às guerras de Roma, completa o comentário o nome de Asdrúbal, e diz que Cornélio, Cipião, vencido por Aníbal, não morreu no combate, mas apenas foi ferido, e que, na vitória sôbre Asdrúbal junto ao Metauro, além dos côsules Salviatur e Nero, também deve figurar Lívio Cláudio. Como se vê, são notas que atestam o profundo conhecimento que da História tinha o nosso sábio Imperador.

Em 1854, deixava Justiniano a direção d'*O Velho Brasil*, anunciando que se afastava do jornalismo, túnica de Nesso que desde 1836 lhe queimava as carnes, para realizar uma das suas mais antigas esperanças, um dos seus mais queridos projetos: dirigir um colégio de instrução primária e secundária. Esse propósito, dado como prestes a realizar-se, nunca se verificou. Justiniano não chegou a concretizar o seu grande sonho de professor.

O escritor

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA era um excelente escritor. O jornalismo, que tantos responsabilizam como destruidor das boas qualidades de um escritor, não lhe comprometera nem o estilo nem as idéias. E nem lhe impedira de armazenar uma bela cultura histórica e literária.

São numerosas as obras que publicou e o colocam entre os melhores escritores brasileiros, muito embora seus livros quase não sejam conhecidos hoje, e seu nome raramente figure nas histórias literárias do país. Apenas Sílvio Romero lhe fez justiça, escrevendo longa e elogiosa apreciação da sua obra, em três páginas da *História da Literatura Brasileira*. Comparando-o com Sales Tórres Homem, diz que Justiniano o excedia “na dutilidade do talento, na espontaneidade da exposição e do estilo, na capacidade de interpretar os sinais dos tempos, a corrente das idéias, a evolução das causas políticas”.

Na excelente obra *A Literatura do Brasil*, dirigida pelo Sr. Afrânio Coutinho, Justiniano figura como precursor entre os representantes do pré-romantismo, como um dos iniciadores da nossa ficção, ao lado de Pereira da Silva, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, Joaquim Norberto. Estudante em S. Paulo, foi um dos fundadores da Sociedade Filomática, em 1833, primeira contribuição da tradicional Faculdade de Direito para a atividade literária no Brasil. Com essa, ou outra Academia Filomática, em 1859, teria tido contato Machado de Assis, como se lê em Lúcia Miguel Pereira.

Foi introdutor, na nossa imprensa, do romance em folhetins, tendo traduzido, para o *Jornal do Commercio*, os *Miséráveis* de Victor Hugo, *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue, e *Piquillo Alliaga*, ou *Os Mouros no reinado de Felipe III*, de Eugène Scribe. Tra-

duziu também para a *Marmota* a novela da escritora alemã Fanny Lewald, *A sorte grande*. Traduziu de Alexandre Dumas Filho a peça teatral *A Questão do dinheiro*, representada num dos teatros do Rio de Janeiro e depois editada em volume.

Escreveu a novela histórica *Os assassinos misteriosos*, ou *A Paixão dos diamantes*, cujo enredo se passa em Paris. Traduziu a novela de Alexandre de Lavergne *As armas e as Letras*, e *A Rosa Amarela* e a *Pele do leão*, de Charles Bernard.

Para uso nas escolas primárias do município neutro escreveu *Coleção de fábulas, imitadas de Esopo e de La Fontaine*, dedicadas a S. M. o Imperador D. Pedro II.

Dois ensaios políticos, *Ação; reação; transação*, publicado em 1855, e *Monarquia-Democracia*, publicado em 1860, figuram como obras muito louvadas na bibliografia de Justiniano José da Rocha.

Publicou ainda, como vimos atrás, um *Compêndio de Geografia* e o 1.º tomo de uma *História Universal*, que devia ter quatro volumes, interrompida pela morte do autor. Traduziu do francês o compêndio de *História Romana*, de Razoir e Dumont, e *História Antiga*, de Poisson e Cayx e também *Moral e Religião*, extrato de Platão.

É autor da biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, e também das biografias de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Caxias, Pedro I, Sérgio Teixeira de Macedo, José Tomás Nabuco de Araújo, Inácio Mascarenhas de Oliveira Cabral e do Marquês de Muritiba, as quais aparecem na *Galeria de Brasileiros Ilustres*, de Sisson. A identificação da autoria das biografias publicadas por Sisson foi feita pelo Barão Homem de Melo.

Entre os trabalhos jurídicos de Justiniano, figura um estudo de Direito Criminal, no qual trata especialmente do júri, que mereceu do autor acerba crítica como instituição cheia de defeitos.

Ao morrer, deixou Justiniano vários trabalhos por imprimir e cuja relação consta do artigo que sobre êle publicou Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português*.

Justiniano escrevia com grande facilidade, o que não prejudicava nem a clareza das suas idéias, nem a beleza do seu estilo. Salvador de Mendonça assim depõe ao referir-se ao escritor: "A sua facilidade de composição era quase miraculosa. Escrevia em todo e qualquer lugar, a tôda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Câmara dos Deputados, no teatro, sôbre as costas de uma cadeira, sôbre a perna, em um peitoril de janela, no silêncio do gabinete, na sua varanda, no meio do chilrear dos pássaros e das correrias e barulhos das crianças".

Justiniano e a política de conciliação

MUITO SE TEM ESCRITO SÔBRE a política que se concretizou com o Ministério de 7 de setembro de 1853, chamado da conciliação e presidido pelo então Visconde de Paraná. Para alguns historiadores, essa política foi prejudicial à vida representativa do país, pela diluição das forças partidárias na satisfação de interesses de ordem pessoal. Não havendo na conciliação a preocupação de unificar princípios ou identificar idéias, que viessem servir apenas à causa pública, mas, somente, apaziguar os ânimos e adormecer controvérsias e rivalidades, o risco de estagnação da luta partidária não podia deixar de fazer recear malefícios ao sistema representativo.

A alguns outros historiadores pareceu que a idéa de conciliação marcou o ponto alto da política do Império. Euclides da Cunha fixa mesmo aí um divisor de águas. Foi a seu ver "o ponto culminante do Império". O que se seguiu, com a falência dessa política, foi a descida para o enfraquecimento do princípio monárquico, conduzindo afinal à República.

Para Nabuco, influenciado certamente pelo entusiasmo paterno, como acentua Wanderley de Araújo Pinho, a conciliação foi um movimento admirável de visão política, fadado a grandes destinos na evolução nacional.

Os que, na ocasião ou posteriormente, viram na conciliação inconvenientes e a criticaram e censuraram sob o influxo do imediatismo das interpretações a que fatos do momento pareciam dar razão, por certo não se colocaram à distância, para uma observação em perspectiva dos frutos que só com o tempo poderiam ser colhidos.

O que parece resultar dos acontecimentos, por uma dedução otimista, sacrificada a realidade pelo imprevisível da fatalidade, é que a conciliação, para o seu êxito, estava na dependência da ação planejada pelo seu grande idealizador, o Visconde de Paraná. Dependia do gênio político dessa impotente figura do Império.

A morte inesperada desse homem excepcional veio interromper, lamentavelmente, um programa que só êle seria capaz de levar avante, na marcha das etapas que deviam suceder-se com as reformas preconizadas, inclusive, e principalmente, a eleitoral, para que o voto viesse a ter uma legitimidade capaz de modificar o panorama da vida representativa do país.

É de acreditar-se que Paraná tivesse a ambição de realizar um plano de alta envergadura e, para consegui-lo, deliberadamente exigia do seu temperamento que se fizesse cordato, paciente e maleável. Todos os que se referem a Paraná, no seu tempo ou quando já havia êle ingressado nas páginas da História, são unânimes em reconhecer o seu feitio áspero, a sua rispidez de trato, para não dizer a sua grosseria. Temperamento "dominador e imperioso", "gênio altivo e assomado", "índole imperiosa", "gênio irascível", de "mão forte" mas de tato "nem sempre perfeito", é, quanto ao seu caráter, nesse particular, os traços, relevantes acentuados por diversos escritores que lhe estudaram a personalidade.

No entanto, na orientação da política proclamada pelo gabinete que presidia revelava-se outro homem, para conciliar os espíritos e remover as resistências capazes de dificultar-lhe a tarefa. Revelou, na observação de José de Alencar, uma qualidade que todos lhe recusavam: a prudência. "O parlamentar arrebatado de 1840, conservando a sua energia, transformara-se no ministro previdente".

Certo, Paraná tinha um objetivo a realizar e, como afirma Nabuco, êle procuraria levá-lo avante governando sozinho, com homens capazes de administrar bem os negócios das pastas a êles entregues, mas "que não pudessem aspirar a dividir com êle o mando".

A tarefa ideal de Paraná, harmonizados os políticos, estaria facilitada pela ausência de divergências fundamentais entre

os dois partidos, que não tinham diferença sensível em matéria de princípios, idéias ou crenças. Essa verdade, Holanda Cavalcanti a consagrou num dito singelo: "Não há nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder".

Votada a lei dos círculos, Paraná iria pôr em prática o programa resultante da conciliação. Mas a morte apagou, desgraçadamente, um pensamento sôbre o qual hoje se pode conjecturar, sem contudo ter-se a certeza do alcance a que atingiria o seu desdobramento político. Nabuco acentua o desconcerto que trouxe para a política da conciliação a morte de Paraná, na véspera da eleição, e cuja repercussão ficou sendo "um dos enigmas indecifráveis da nossa História parlamentar saber qual teria sido o cunho das eleições de 1856, se Paraná tivesse podido, presidir, êle mesmo, a essa primeira tentativa de eleição livre".

José de Alencar, no elogio biográfico de Paraná, escrito sob a emoção da sua morte prematura, fêz da política de conciliação uma análise que ressalta a visão política de quem a idealizou e realizou. Pelo estudo do grande homem de letras e político de atitudes afirmativas e independentes, é fácil concluir-se quão pensado e relevante foi o programa traçado pelo Visconde de Paraná ao assumir a chefia do gabinete de 7 de setembro. A simples palavra que o grande estadista desfraldava como bandeira de um nôvo rumo na vida política do país não podia trazer em si o sentido e o conteúdo dessa nova política. Por isso José de Alencar mostra a repercussão que tinha nos espíritos partidários:

"Para os liberais, que viam os homens da sua crença separarem-se da posição de expectativa em que julgavam dever conservar-se e receber suas garantias formais na transação tôda pessoal, que não trazia nenhum benefício ao partido — havia nesse ato uma deslealdade, uma apostasia política."

"Para os conservadores puros, os homens que, apesar de terem reconhecido que o seu tempo havia passado, não podiam resignar-se de todo a abandonar as posições oficiais e a ver proclamado o princípio da livre concorrência do mérito e do talento — a conciliação era uma fraqueza do govêrno."

Vê-se bem, daí, a responsabilidade de Paraná ao enfrentar uma coincidência de opiniões partidárias contrárias à política que pretendia realizar e ao mesmo tempo a dúvida que, quanto às suas conseqüências, se estabeleceria na opinião pública, que considerava a realização do programa conciliador como uma política pessoal.

Assim, Paraná, conforme observou José de Alencar, só contava para enfrentar a situação com dois apoios: o seu nome e a confiança imperial.

A morte não permitiu que a ação de Paraná prosseguisse na direção do seu pensamento e na consecução do seu ideal. A conciliação por êle dirigida teria sido, certamente, diferente da que os Ministérios seguintes pensariam realizar. Não podia, pois, deixar de fracassar para o retôrno à política partidária do passado, em que conservadores e liberais voltaram às trincheiras onde lutariam pelo poder oscilante entre uns e outros, tanto quanto as circunstâncias e os acontecimentos políticos o permitiam, e na medida em que a vontade do Imperador se impunha.

Justiniano José da Rocha, pelo prestígio de sua opinião, alicerçado na sua brilhante pregação doutrinária, como jornalista do Partido Conservador, havia de representar papel de relêvo na evolução da idéia que a Paraná coube realizar. A conciliação, ora lembrada, ora esquecida, por uns aclamada, por outros condenada, fizera o seu caminho na conquista dos espíritos e chegara a hora de ser posta em prática. Paraná que em 1848 a julgara prematura, porque, a seu ver, a sociedade não estava então preparada para ela, em 1853 tinha o terreno lavrado para a sementeira de que seria o autor.

No trono, "o pensamento augusto", como o classificou o Marquês de Olinda, emprestava à idéia da conciliação um estímulo que a enobrecia e consagrava como aspiração da mais alta estirpe.

Na imprensa, uma grande pena servia ao sonhado apaziguamento dos espíritos, por uma convergência de esforços vindos das duas correntes partidárias para uma política de congraçamento. Sales Tórres Homem, que em 1847 se opusera à

idéia de conciliação no seu opúsculo "A oposição e a coroa", em 1853 advogava francamente a política oposta em artigos do *Correio Mercantil*, concitando a Coroa a libertar-se do papel passivo de reinar, para ter uma influência mais positiva na política nacional.

Em 1857, justificava o jornalista liberal o movimento de conciliação em processo, face à situação política que assim descrevia:

"Entre a decadência dos partidos velhos que acabaram seu tempo e o aparecimento dos partidos novos a quem o porvir pertence, virá assim interpor-se uma época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças entusiásticas, mas que terá a inapreciável vantagem de romper a continuidade da cadeia de tradições funestas e de favorecer pela sua calma e por seu silêncio o trabalho interior de reorganização administrativa e industrial do país".

Pregava assim uma pausa nas lutas partidárias, para o rendimento de um trabalho construtivo na administração e na iniciativa privada.

Justiniano José da Rocha foi, nas colunas d'*O Brasil*, o grande paladino conservador do combate à conciliação que os liberais defendiam quando na oposição.

Ainda na Regência, a bandeira do apaziguamento dos espíritos fôra levantada como solução para o grave problema da revolução rio-grandense-do-Sul.

Estavam no poder os conservadores, e a campanha da maioria agitava o país com séria ameaça à ordem pública e mesmo ao regime.

O *Brasil* apareceu nesse momento, redigido por Justiniano José da Rocha. Logo no número 2 da fôlha conservadora, em 20 de junho de 1840, a idéia da conciliação é combatida como panacéia, mesmo porque os farroupilhas impunham condições impossíveis de serem aceitas pelo govêrno: queriam o reconhecimento, ao menos provisório, da República de Caçapava. O jornalista d'*O Brasil* insurgia-se enêrgicamente contra a idéia de transigência com os revolucionários do Rio Grande, que deviam ser combatidos e vencidos. E concluía:

“no fim da guerra, quando fôr restaurada na província o império da lei, então será tempo de tratar de anistias e conciliações; por ora fôrça e energia”.

No número seguinte, volta a criticar a idéia da conciliação, já agora ampliada nos seus objetivos, para resolver-se com ela a questão da maioridade.

Insistia a oposição pela política da pacificação do Rio Grande e Montezuma, na Câmara, voltava à idéia da conciliação. Retrucava *O Brasil*, de Justiniano: “a tão cansada conciliação, com que desde 1838 a oposição parlamentar martelou-nos os ouvidos, é inteiramente a política proclamada pelo Sr. Ministro do Império, como seguida pelo govêrno para pacificar o Rio Grande — vencer pelas armas os rebeldes que nas armas confiam, perdoar aos que em tempo se arrependem, tratar com humanidade os vencidos, mas pô-los onde não possam mais ser nocivos à causa que pleiteamos”.

Subindo ao poder, com a declaração da maioridade, os liberais não lograram pacificar o Rio Grande e a preconizada política de conciliação não pôde ser vitoriosa. De nada valeu o decreto de anistia para os crimes políticos e a missão de Alvares Machado ao Rio Grande fracassou diante da obstinação dos revoltosos.

Caindo os liberais, voltam ao poder os conservadores com o Ministério de 23 de março de 1841, e de novo apela a oposição para a política que não conseguira realizar quando no govêrno. Justiniano, apoiando o Ministério, insurge-se contra a propaganda liberal da medida, e, em 1.º de abril, declara: “Tôda a vez, porém, que virdes um Ministério abraçar a quimera da conciliação, dizei, sem mêdo de vos enganardes, que êle é fraco, que tem mêdo de seus adversários e que os seus adversários o hão de em breve derrubar”.

Achava que os liberais haviam perdido a oportunidade da conciliação quando chegaram ao poder, após o golpe parlamentar de que resultou a maioridade. Admitia o jornalista haver “circunstâncias raríssimas” em que seja possível uma fusão, uma conciliação. Esse movimento existira quando o país saíra da convulsão dos espíritos e da ameaça da desordem

pela decretação da maioria. Já então essa política era impossível e o Ministério não a poderia praticar. No Governo não deveria êle ser nem o reator nem o conciliador.

Insistiam os liberais na opposição pela discutida política e *O Brasil* repisa e renova os seus argumentos contra a oportunidade da medida.

Em 17 de agosto, mostrando que o ambiente ainda estava dominado por ódios e paixões, escreve: "tentar a conciliação seria desconhecer as cousas e os homens, seria querer impossíveis, e, quando muito, em vez de conciliação, teria um desses sistemas de *bascule* que aniquilam os ministérios mais ricos de inteligência e de fôrça".

Em abril de 1842, estavam os liberais em opposição e a província de Minas Gerais convulsionada pela revolução que seria afinal dominada por Caxias. Voltam então os liberais à idéa da conciliação, que *O Brasil* diz pregada nos corredores da Câmara pelo padre José Antônio Marinho. Para o jornal de Justiniano era esse um esforço perdido, como se vê do comentário aparecido no número do dia 30 daquele mês, pois os amigos do Deputado mineiro, no poder, diz o jornal, "e o Dr. Montezuma, na Câmara, já nos deram amostra da côr de que eram essas conciliações".

O Ministério de 2 de fevereiro de 1844 pretendia ser conciliador. Mas dessa orientação discorda Justiniano, que em 7 de março publica n'*O Brasil* um artigo com o título "Ainda a política que cumpre seguir". Há no artigo este trecho expressivo: "A conciliação em política nunca pode ser obra dos homens, é o tempo o único que a pode realizar". Enquanto há luta, antagonismo de princípios, não é possível conciliação, com "o esquecimento de ódios, a renúncia às esperanças, a apostasia dos princípios". E acrescenta: "É mister que o tempo venha e desiluda as esperanças, aplaque o ódio, ponha os princípios fora de questão: então a conciliação se efetua, efetiva-se por si mesma, sem intervenção dos homens".

Justiniano, no entanto, teria de evoluir com a marcha dos acontecimentos, para afinal servir à grande idéa que Paraná alimentava no seu espírito de estadista.

Em 2 de março de 1848, *O Brasil* publicou um artigo sobre "A pacificação dos espíritos", no qual diz o seu diretor: "Desde 2 de fevereiro de 1844, o país tem-se achado em um estado de luta permanente, dividido em dois campos inimigos, um de vencedores implacáveis, outro de vencidos que não se dispõem ao ilotismo". Diante das lutas travadas, doutrina: "Cumpra pacificar os espíritos, para evitar perigos terríveis, para dispersar elementos de conflagração. Repare-se que não falamos em conciliação, que não nos servimos de tôdas essas palavras sonoras que não têm no dicionário do político prático o mesmo valor e que não passam, para os que de boa fé as repetem, de lindas bôlhas de sabão que namoram seus pueris espíritos".

Queria, sim, a pacificação dos espíritos, e isso seria fácil de obter, seria a idéia positiva. Apelava para o Ministério a fim de que se divorciasse das facções, cômscio de ser isso necessário. Apegava-se Justiniano a uma subtiliza léxica, para distinguir entre pacificação e conciliação, como se aquela idéia não levasse forçosamente a esta.

Em 18 de maio de 1848, Justiniano defende a tolerância política, que reivindica para o Govêrno, embora confesse que, como jornalista, seria impossível abdicar do seu direito de ser intolerante, o que não excluía a moderação no seu modo de opinar. Em 23 de maio, voltou ao assunto, com o artigo *A tolerância*, em resposta às estranhezas manifestadas por Cristiano Otôni.

Em outro artigo, logo a seguir, interpretando o que preconizava como tolerância, escrevia Justiniano:

"A tolerância do Ministério consiste em não ter duas medidas para os cidadãos brasileiros, em não atender as suas opiniões, senão ao seu mérito, em protegê-lo com igual eficácia, quaisquer que sejam suas opiniões, seus princípios, suas afeições, no que fôr direito de cada um, quer civil, quer político, em suma, em dar execução ao artigo da Constituição em que as leis são iguais para todos, e que todos os brasileiros são aptos para todos os empregos com a graduação única dos seus merecimentos e virtudes, e não com a graduação de suas opiniões políticas. Há entre a conciliação e a tolerância uma

única diferença: a conciliação nunca passa de uma quimera, de um sonho de almas cheias de impossível benevolência, saído da máscara de algum Sixto V político; é impossível entre duas opiniões diametralmente opostas, entre dois partidos que se repelem por todos os seus pontos, fazer desaparecer todo o antagonismo, como seria preciso para haver uma conciliação."

Em 3 de julho de 1848, chega Justiniano à idéia da transação, criticando a ação do Gabinete Paula Sousa, que acusa de tirano, mas para, conciliante, aplaudir a idéia da eleição por círculos, que, a seu ver, só seria completa acompanhada da eleição direta. Acha esta difícil por depender de uma reforma constitucional, por isso apega-se à outra, que seria "a verdadeira solução para o regime monárquico-representativo".

Suspensa a publicação d'*O Brasil* em dezembro de 1850, Justiniano voltou à imprensa com *O Velho Brasil*, continuação do seu prestigioso jornal, e em 5 de julho de 1853, escreve um artigo com o título "Conciliação", para combater a idéia como inexequível, taxando-a, como sempre o fêz, de quimera. Seria a seu ver impossível conciliar um Partido de idéias conservadoras com um Partido de idéias revolucionárias. A conciliação era política de avestruz, que esconde a cabeça para não ver o caçador.

Em 7 de setembro, Paraná assume a chefia do Ministério que desfralda a bandeira da conciliação, e Justiniano, fiel soldado do Partido, louvando o programa do Governo, discute, de forma favorável, a política que o Primeiro Ministro explicou como sendo, não uma extinção de Partidos, mas sim uma política de moderação, de justiça, de respeito ao adversário, de aproveitamento dos valores onde estivessem.

Justiniano, por sua vez, secundando o pensamento de Paraná, define o que lhe parecia ser conciliação:

"A conciliação única possível é a que foi pelo Ministério apregoadada, como o foi pelo Gabinete que o precedeu, como foi, como será sempre pelos Gabinetes constitucionais: essa conciliação é a que não olha ao passado dos homens, e não exclui o auxílio das inteligências, porque em algum dia essas inteligências se acharam em discrepância mais ou menos profunda

com as idéias que atualmente dominam; essa conciliação é a que não eterniza lutas e rancores, aceita ela todos os cansados, todos os que a reflexão tem esclarecido, todos os que se têm moderado, todos os que compreendem as novas necessidades da fase em que tem estado a sociedade; aceita ela todos quanto pode aceitar, e coloca-os nas posições, por mais eminentes que sejam, a que seu merecimento os chama”.

Em 4 de julho, defende Justiniano a nomeação de Sales Tôrres Homem, o seu constante adversário na imprensa, para um dos lugares chamados de *bispados* do Tesouro, criticada por Ferraz, na Câmara dos Deputados, como ato de corrupção, e no Senado por D. Manuel. Não repelia a conciliação, antes a propugnava, mas não a queria apenas no campo das nomeações de empregados. Isso não seria a conciliação, mas apenas uma das suas conseqüências. E explicava: “A conciliação está nas idéias de progresso, de melhoramento, de reformas estudadas e meditadas, que o Ministério adotou, que tem feito lentamente triunfar, e que é uma das novas fases do grande Partido que tem salvado as instituições e firmado inabalável o princípio da autoridade.”

Nabuco, em 6 de julho, subia à tribuna para refutar o discurso candente de Ferraz. Mostra que em 1853 defendera a conciliação e assim a justificava:

“A conciliação como condição de fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, é mesmo perigosa e por todos os princípios inadmissível, porque, destruídas as barreiras do antagonismo político em que as opiniões se opõem reciprocamente, postas em comum as idéias conservadoras e os exageros, éstes não de absorver aquelas; as idéias exageradas não de triunfar sobre as idéias conservadoras; as idéias exageradas têm por si o entusiasmo, as idéias conservadoras a reflexão; o entusiasmo é do maior número, a reflexão é de poucos; aquelas seduzem e coagem, estas sòmente convencem.”

Define Nabuco a conciliação de Paraná, certamente inspirado pela política positiva de Augusto Comte: “É a conciliação do princípio conservador com o progresso refletido e justificado pela experiência; o princípio conservador como

base; o progresso não é incompatível com o princípio conservador, porque o princípio conservador não é a inércia, o abandono; não conserva quem não melhora”.

Mas Justiniano não se imbuíra sinceramente da idéia da conciliação, que repugnava à sua constância partidária alicerçada no antagonismo político em que sempre applicara a sua combatividade jornalística. Também aos velhos corifeus do Partido, a idéia por certo não sorria e muito menos convencia, embora publicamente não manifestassem o seu desacôrdo.

Em 3 de novembro, Justiniano, num dos seus gestos conscientes de rebeldia e independência, publica no seu jornal uma carta aberta ao Visconde de Paraná, Presidente do Conselho, (Anexo — Nota IV), na qual, explanando as suas divergências com o grande chefe conservador, as consubstancia em perguntas que envolviam dúvidas quanto ao resultado da política inaugurada e discordâncias quanto à orientação traçada pelo eminente estadista à política de conciliação que procurava realizar.

Assumia Justiniano, pública e ostensivamente, uma attitude que certamente apazariaria aos velhos chefes do Partido Conservador, porque no íntimo não estavam muitos deles de acôrdo com uma política que se expressava de início pela distribuição de favores e nomeações para cargos públicos aos adversários da véspera.

Paraná não poderia, sem dúvida, proceder de outro modo. Sua orientação na política que imaginara por certo se exerceria por etapas. A primeira era a do apaziguamento dos ódios, pela convivência no Governo. Era a colaboração que só se podia fazer através das funções públicas. As outras etapas, a lei dos círculos, a lei de incompatibilidade, a eleição direta, viriam depois. Mas a morte ceifou cruelmente essa vida preciosa e ninguém sabe qual teria sido o destino da monarquia e o futuro do Brasil se Paraná houvesse podido realizar o que planejava o seu gênio político.

O número de 7 de novembro, d'*O Velho Brasil*, que se segue à carta a Paraná, abre com esta recomendação em tipo forte: — “Srs.! Srs.! açamai o vosso cão: depois não vos quei-

xeis das represálias!" — aviso que se repete nos números de 10, 14 e 17 do mesmo mês.

Em artigo seguinte à carta de Paraná, Justiniano explica e justifica a sua posição, não que fôsse contrário a uma política conciliatória, tanto que propugnara por essa política, através de um ato grande, nobre, altamente conciliador, destituído de todo caráter de formalidade: a anistia geral. Condena a situação política criada pela conciliação, que gerara a descrença, o ceticismo, a indiferença na vida pública.

Em 10 de novembro, volta à carga, com um artigo sobre a posição que assumira, respondendo aos ataques recebidos pela atitude tomada na sua carta a Paraná. Confessa Justiniano que sabia estar sua *estréla eclipsada*. Não estava na oposição, porque esta não existia, mas confessava-se em oposição, para o que não pedira conselhos a quem quer que fôsse, ao contrário do que se insinuava. Essa fôra sempre, desde 1836, a sua atitude como jornalista, não receber insinuações, conselhos, inspiração de pessoa alguma, proceder sempre segundo os ditames da sua consciência, de acôrdo com as suas convicções em face dos problemas de interêsse nacional. Refuta a insinuação de haver sido inspirado por Paulino de Sousa, Eusébio de Queirós e Rodrigues Tôrres, como pensava o ministerialismo, ou queria fazer acreditar.

O *Correio Mercantil*, que defendia então o Ministério, atacou Justiniano pela sua atitude, o qual, em artigo de 14 de novembro, revida, para invocar a independência da sua conduta, que diz haver agradado a grande número de luzias.

Em artigo seguinte, explica-se de novo Justiniano, em resposta aos ataques do *Correio Mercantil*, e assim resume o seu pensamento: "Temos dito mil vêzes, e ainda uma vez (seja esta a última) o repetimos. A conciliação não é obra do Ministério; a glória dela, não a pode êle reclamar. A conciliação estava feita e perfeita em todos os espíritos, muito antes de 6 de setembro de 1853".

A posição de Justiniano tornara difícil a manutenção do seu jornal. Assim, no número de 21 de novembro anuncia êle a suspensão da fôlha, com um escrito endereçado aos assinan-

tes d'*O Velho Brasil* e ao qual nos referimos no capítulo sobre a ação jornalística de Justiniano.

Morto Paraná, com forte abalo na vida pública do país, o seu espírito ainda comandou os acontecimentos por algum tempo, com o Ministério de 4 de maio de 1857, presidido pelo Marquês de Olinda, o qual governou até dezembro de 1858.

Mas a política de conciliação estava condenada, porque só o grande estadista sabia o rumo que lhe imprimiria e só êle tinha o prestígio, a energia e a fé necessários para a vitória do grande ideal que começou a pôr em prática e a morte interrompeu.

Ação; reação; transação

Poucos ensaios políticos tiveram no Brasil a repercussão de *Ação; reação; transação*, publicado por Justiniano José da Rocha em 1855, para servir à política de conciliação que procurava realizar Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês de Paraná.

Desde 1848, o tema do futuro panfleto começara a ser idealizado por Justiniano. Em 25 de janeiro dêsse ano publicou êle, n'*O Brasil*, um artigo com o título "*Ação e reação*". Ao citarem hoje o seu panfleto "*Ação; reação; transação*", alguns historiadores referem-se ao artigo de 25 de janeiro como sendo os dois capítulos do trabalho de Justiniano, que é de 1855. Há engano, que se desfaz facilmente comparando os dois escritos. No primeiro, o autor faz obra de jornalista, no segundo escreve como historiador e ensaísta político.

No seu artigo evoca Justiniano o primeiro reinado como um exemplo de prática da democracia, de respeito ao Parlamento, de subordinação à opinião pública, para acentuar que tudo mudara no segundo reinado, caracterizado por franca reação contra a época da menoridade, contra o reinado do primeiro Imperador. Diz textualmente: "Resumimos: no reinado do 1.º Imperador, tivemos a democracia em luta com o Governo, porém o Governo respeitando o pacto social, que se persuadia ser a condição da sua existência; nas primeiras Regências tivemos a democracia no poder, organizando a sociedade, no meio dos embaraços que lhe opunham as exagerações dos seus de um lado, e do outro as tendências monárquicas em oposição, e ainda não regulares, nem instruídas nos meios de legitimação: hoje temos o absolutismo levado aos últimos limites da tirania, conservando todavia as formas constitucionais".

Vê-se, pelo tom do artigo, que Justiniano fazia obra objetiva de crítica, inspirava-se num assomo de oposição, que ressaltava a pessoa de Pedro II para atacar pessoalmente os homens do Governo: Saturnino e Aureliano Coutinho e Alves Branco.

No segundo artigo sobre o mesmo tema aparecido no número de 27 de janeiro, volta Justiniano à sua tese de que o momento era de reação absolutista à ação do primeiro reinado. Justifica o fenômeno como fatalidade inevitável, mas condena-o pelos excessos com que, a seu ver, se apresentava, ao invés de apresentar-se em forma moderada, justa e prudente. Enumera o articulista uma série de fatos em comprovação do que afirmava, violências, arbitrariedades, ódio político, perseguições, corrupção, característicos de um regime de tirania, para afinal perguntar: “E essa reação que assim se não resgata, que assim se não faz perdoar, como deixará o país para a época da transação...?”

Assim, pensava Justiniano na evolução política que levaria ao terceiro período, o da transação, após a ação, por ele situada no primeiro reinado, e a reação, que fixou no segundo reinado. Pregava uma trégua nas paixões, uma compreensão das inteligências, uma noção exata do momento político, para que uma era de transação e reorganização viesse a processar-se sem necessidade do recurso à reação democrática contra a reação do absolutismo que lhe parecia evidente e positivo.

A transação, pensava Justiniano, devia ser obra do “Poder Judicial”, que devia organizar-se como o queria a Constituição, como o exigiam as necessidades públicas, “de modo que, respeitado e forte, possa ele ser o protetor da sociedade, o fiador dos direitos de todos: eis o que convém”.

Era avançada para o momento e para o meio a idéia de Justiniano. O Poder Judiciário no Império não tinha independência, porque eram os juizes nomeados e removidos a arbitrio do Governo e viviam os magistrados sonhando com uma cadeira na Câmara ou no Senado, onde chegavam a constituir a mais numerosa representação, “a atulhar os bancos das maiorias parlamentares” como descrevia Justiniano.

Só com Paraná, com a lei de incompatibilidade, o mal seria corrigido em parte, perdurando todavia a dependência da magistratura, cujos membros eram sempre livremente nomeados pelo Governo.

Assim, a transação que Justiniano preconizava não poderia nunca ser obra de um Poder Judiciário sem força, sem autoridade, sem independência, sem autonomia.

Não vingou na conciliação promovida por Paraná a idéia avançada de Justiniano. Não abdicaria o Executivo das suas prerrogativas em favor do Judiciário, como queria o jornalista; a êste competiria preconizar a fórmula política que interessava a Paraná.

O ensaio de Justiniano foi sugerido e inspirado por Paraná, a cuja política ia servir. É o que informa o próprio Justiniano no célebre artigo que publicou no *Jornal do Commercio* sobre o chefe conservador, por ocasião de sua morte. Referindo-se à imprensa conservadora da época, na qual influía a ação vigilante de Paraná, diz o artigo que "um chuvaço de pequenos periódicos apareceu e entre êles uma publicação de maior vulto, um panfleto, que causou extraordinária sensação. Devido à pena de um dos mais devotados escritores conservadores, êsse panfleto foi inspiração de Carneiro Leão".

Vê-se daí que Paraná e Justiniano não se haviam separado após a carta aberta de ruptura com o Presidente do Ministério da Conciliação, pois aquela carta é de 1854 e o famoso panfleto foi escrito e publicado em 1855. A pena do notável jornalista fôra nobremente desviada do campo imediato da imprensa para o plano meditado e sereno da História e da Política, num ensaio que se apóia em acontecimentos concatenados da evolução nacional a fim de servir à tese elevada que daria rumo impessoal à política traçada pelo grande homem de Estado que foi Paraná.

O trabalho de Justiniano, embora guardando o mesmo sentido dos seus artigos d'*O Brasil*, sobre o problema, é escrito sob o prisma histórico e sociológico, num ângulo distante dos acontecimentos que no momento podiam influir sobre as idéias do autor e com superior imparcialidade na apresentação e julgamento dos episódios que marcaram as fases políticas, nas

quais procurou Justiniano situar os períodos de ação e reação. Constitui uma análise da evolução política brasileira de 1822 a 1855, depurados os fatos para a síntese interpretativa do ensaísta e doutrinador de tão acurado espírito crítico.

Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, compara *Ação; reação; transação*, com o panfleto "*O Libelo do Povo*", de Sales Tórres Homem, para exaltar a superioridade da obra de Justiniano: "O primeiro, a despeito de algumas boas páginas e dêste número são as que se referem ao estado político da Europa Ocidental e do Sul, em 1848, as que tratam da Europa do Centro no mesmo tempo, dos reis da casa de Bragança, do caráter de Pedro I, a caricatura de José Clemente, as condecorações, a Regência; o primeiro contém, no fundo, mais declamações do que verdades; o outro é uma curiosíssima lição da história política do Brasil nos anos de 1822 a 1855, desde a Independência até a política de conciliação de Paraná e companheiros. É que em Justiniano José da Rocha o jornalista político era reforçado pelo mestre da História, profissão que exerceu durante a maior parte de sua vida".

Marcando três fases distintas na evolução histórica, para assinalar que na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação, períodos de reação e por fim períodos de transação, Justiniano dividiu o seu estudo em épocas distintas, que caracteriza pelos acontecimentos verificados: "de 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta de elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 a 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro; período de transação".

No capítulo *Ação*, Justiniano estuda a criação do sentimento democrático no país, com os acontecimentos que levaram Pedro I a proclamar a Independência em 7 de setembro e a abdicar em 7 de abril. Era o espírito democrático que pesava e agia para vencer as resistências opostas pelos inconformados com a ânsia de liberdade do povo brasileiro. A vi-

tória em que importava a abdicação de Pedro I não assegurava a ordem necessária à estabilidade do regime. A Regência ia pôr-se em cheque com os que enfraqueciam a sua autoridade. O poder pessoal lutava por dominar a vontade popular. O voto não era senão uma mistificação para legitimar um poder periclitante. A ação que marcava êsse período da nossa História, ia seguir-se a reação, que Justiniano situa no período de 1836 a 1840.

Enfraquecido o poder pela predominância no espírito público do sentimento democrático, encontrou-se o país com a ordem ameaçada, em risco da unidade nacional. Era preciso reagir contra os germes da anarquia que começavam a despontar. Mas não se positivava o sentido da reação, desorientava-se o poder e hesitava a opinião pública. Justiniano sintetiza nestes postulados o sentido de reação que se processava: "A unidade do Governo pela solidariedade ministerial; a responsabilidade ministerial por todos os atos do poder; o respeito à maioria do Parlamento, cuja confiança é condição de existência do Ministério; o dever inerente ao Governo de estudar as públicas necessidades, de sôbre elas formular projetos que ofereça ao estudo e aos votos dos legisladores, essa máxima tão nova — que a oposição procura e deve procurar o Governo, deve desejar pastas, porque sômente assim lhe é possível realizar os seus pensamentos e servir eficazmente o país conforme suas idéias; êsses axiomas do regime representativo eram então novidades. Grande esforço de talento, multiplicadas porfias, foram indispensáveis para firmá-los".

Dessa revelação, no espírito público, da verdade em que se configurava a situação ideal do país, cristalizou-se o pensamento favorável ao fortalecimento do regime monárquico, considerado prematuro o advento da democracia, que então era sinônimo de república.

Passou-se aí a responsabilizar a menoridade pelas dificuldades nacionais, pela fraqueza do poder, pelas convulsões que abalavam vários trechos do território pátrio. A perspectiva da maioria surgiu como único meio de salvação nacional. A oposição lançou-se a essa esperança redentora, o povo acompanhou o movimento com entusiasmo, o Governo opôs-lhe frouxo

esfôrço de negação, pois a maioridade estava nos seus intuitos, era como o remate da sua obra.

Com a maioridade, a vitória fôra da monarquia. No estudo do quarto período, de 1840 a 1852, em que dividiu o esquema do seu estudo, Justiniano mostra que, tendo mantido posição de combate à maioridade, não guardara o menor ressentimento contra pessoa alguma. Compreendia "as necessidades políticas, as influências das relações, o arrastamento das lutas, a cegueira das paixões e o seu impulso". Fazia com o seu panfleto obra de historiador para "explicar pelo lado nobre, pelo lado digno do caráter brasileiro, tôdas as ocorrências", com franqueza e lealdade.

Justiniano foi realmente isento de paixão e de partidatismo no seu julgamento da época de reação. Mostra o papel que representaram os conservadores e liberais quando lhes tocou o poder. Analisa com isenção os excessos e os erros e enaltece os atos bons, as medidas de interêsse nacional que resolviam com descortino os problemas nacionais. Firmara-se a monarquia no período da reação, que o autor sintetiza com estas palavras serenas e imparciais: "Tal foi a obra da reação monárquica, tão completa como havia sido a da ação democrática; uma partira do mêdo e da suspeita contra o poder e o aniquilara; a outra, do mêdo da turbulência e do horror ao tumulto e à anarquia, e aniquilara a liberdade".

Dos excessos do Govêrno e dos temores da opposição, era preciso partir em procura da solução que harmonizasse os espíritos, que amainasse as paixões, que tivesse em mira apenas o bem público. Devia ir-se em busca da sabedoria política para o encontro dos meios de combinar os dois elementos constitucionais da ação e da reação, para afinal colocar a sociedade nos seus eixos.

Completo o período da reação desde 1852, como o da ação o estêve no dia em que o Regente do Ato Adicional tomou conta do Govêrno, era chegada a hora da transação. Era o último período estudado por Justiniano no seu panfleto: ia de 1852, a 1856. Desde 1848 estava sendo agitada a idéia da conciliação. Em 1853, com o Ministério de 7 de setembro, Paraná

desfraldava a bandeira que cobriria a desejada política de harmonia dos partidos.

Justiniano acentua no seu estudo que era a conciliação um anseio nacional, porque resultava da convicção íntima do país de que estavam extintas tôdas as paixões, acabadas tôdas as lutas do passado, o que valia como sintoma evidente de que a sociedade chegara a êsse período feliz de calma e de reflexão que podia e devia ser aproveitado para a grande obra de transação, para o autor evidentemente mais ampla que a da simples conciliação.

E advertia o Govêrno quanto à necessidade de espontaneamente desarmar-se "de quanto lhe foi dado, não por lhe ser essencial para desempenho de seus tutelares encargos, mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que se viu colocado". Cumpria-lhe renunciar ao arbítrio com que se suprime a liberdade individual, com que se subjuga a nação militarizada. Cumpria-lhe aproveitar as idéias que os liberais puseram para diante nos dias de suas lutas.

Se tal não acontecesse, se os anos de 1855 e 1856 corressem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhes precederam, se o poder compreendesse tão mal o seu dever para com a pátria, que continuasse exagerando cada vez mais as suas conquistas, então... Nessa reticência, Justiniano previa os perigos de uma nova reação democrática, com o advento do *moscovismo*, que traria necessariamente a anarquia e a demagogia.

Não demorou Justiniano a convencer-se de que os seus receios eram fundados. Coerente com a sua pregação doutrinária, ferido nos seus ideais de confraternização política, vendo frustrado o período de transação que lhe parecia essencial à felicidade da nação, rompeu com Paraná e passou para a oposição, como vimos em outro trecho dêste trabalho.



Glória e ocaso de uma vida

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, apesar de jornalista partidário, prêso a compromissos com o programa e o pensamento da facção conservadora que sustentou, sem variar, em tôda a sua vida de imprensa, era homem de gestos independentes, quiçá contraditórios, e não se subordinava servilmente aos interesses do seu partido. Por isso, muitas vêzes, contra êle e contra os seus companheiros se levantou a sua opinião de jornalista.

Do seu feitio e do seu caráter, Sílvio Romero escreveu: "Era alheio a qualquer gêneros de *póse*, a não ser a de se mostrar *fanfarrão* de vícios, êle que, no fundo, não passava de um homem simples e ingênuo." Nas suas cartas a Firmino Silva, vê-se que realmente era simples e desprezencioso. Adorava a mulher, os filhos, os passarinhos. Tinha por vêzes atitudes insólitas, o que levou Eusébio de Queirós a atribuí-las às "esquisitices do Rocha". A um dos seus gestos estranhos se deve talvez a decisão que tomou de demitir-se de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 3 de maio de 1846, dirigiu ao Secretário do Instituto esta carta: "Participo a V. S. que não me é mais possível continuar a ser membro dessa distinta e patriótica sociedade. Peço a V. S. o obséquio de isso mesmo lhe fazer constar para que me julgue desobrigado dos deveres por ela impostos. Deus guarde a V. S. — Justiniano J. da Rocha." Não se conhece hoje a causa dessa atitude.

Justiniano, como quase todos os vultos de projeção na vida pública do seu tempo, foi maçõn. Com Paulino José Soares de Sousa e Manuel Alves Branco, foi eleito delegado da Grande Loja Paulista junto ao Grande Oriente do Brasil. Isso em setembro de 1835, quando era presidente da Loja Paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Só aí, na mocidade, se encontra essa filiação de Justiniano à maçõnaria.

Os seus sentimentos cristãos, a sua fé católica, seriam depois freqüentemente afirmados em sua obra de pensamento, quer pela imprensa, quer como escritor e professor.

Almeida Nogueira, no seu livro de reminiscências históricas da Academia de Direito de São Paulo, assim descreve Justiniano:

“Era de estatura mediana, cheio de corpo, tez morena, olhos e cabelos negros. Inteligente e espirituoso, de trato agradávelíssimo, boa palestra, realçada por grande cultura literária e constante veia humorística. Tinha feito brilhantes estudos de humanidades em Paris, no Liceu Henrique IV, onde foi colega dos príncipes de Orleães e teve ocasião de ser examinado em latim, na presença do rei Carlos X, que o felicitou pelo seu adiantamento.

Além do pecúlio intelectual, por êle colhido em Paris, de lá trouxe também um predicado muito em voga naquele tempo, com a publicação e o enorme sucesso da *Fisiologia do gôsto*, de Brillat-Savarin: era epicurista, ou mais exatamente, espirituoso *gourmet*.

Dêle se conta esta anedota:

“Uma vez jantava Justiniano Rocha com o Dr. Bernardo Gavião num dos primeiros restaurantes do Rio de Janeiro. Como era natural, tomou êle a iniciativa de organizar o *menu*. O seu comensal, porém, divergindo num ponto, entendeu que deveria intervir no pedido de um prato.

— Alto lá, menino! — observou-lhe o grande jornalista. — Deixe-se guiar por mim que você jantará melhor. Em primeiro lugar, você não entende de gastronomia; acaba de pedir vaca e depois vitela. Em segundo lugar, se comermos cada um coisa diferente, teremos jantado na mesma mesa, mas não teremos tido o gôsto de jantar juntos e poder comentar os pratos que nos foram servidos.

Conformou-se o Dr. Gavião Peixoto com a opinião do provector comensal, e disse não teve de se arrender”.

Esse traço pitoresco do exagerado amor à mesa deu fama a Justiniano no velho Rio de Janeiro. Por ser assim conhecido como comilão, os seus inimigos, quando queriam atacá-lo, chamavam-no de *antropófago*. Êmulo de Pantagruel, da sua glutonia encontra-se em Salvador de Mendonça uma descrição curiosa. Em *Coisas do Meu Tempo*, narra o escritor o original duelo travado entre Justiniano e Francisco Otaviano à mesa opípara de Nabuco de Araújo: "O Conselheiro Nabuco pôs na cabeceira e na presidência da mesa o Marquês de Abrantes, como juiz único do duelo ajustado. Tinha à direita Justiniano e Otaviano à esquerda. Depois de declarar que as condições do duelo era comerem os contendores segundo as regras civilizadas, depressa ou devagar, mas ficando como vencedor quem mais comesse, bateu palmas e iniciou-se o combate. Os dois gastrônomos, conhecidos nesse tempo como os melhores garfos do Rio de Janeiro, começaram por algumas generosas fatias de presunto com pão e salada, regadas com algum vinho branco; em seguida demoliram cada um a sua *mayonnaise* de peixe, passaram ambos a devorar cada qual a sua perdiz trufada, depois uma boa libra de *roast-beef*, dois perus de forno e respectivos recheios de farofa, azeitonas e ovos duros, com tal bravura que os circunstantes já olhavam com terror para os combatentes e os copeiros já estimavam o peso do alimento ingerido por cada um deles em mais de cem libras. Passaram aos doces e quando atacaram conjuntamente um grande prato de desmamadas, Justiniano colhia-as com tal presteza que Otaviano disparou a rir ao ponto de não poder continuar o duelo; e, voltando-se para Justiniano, disse-lhe: "— Rocha, você já viu a última gravura de Gargântua, quando o padeiro lhe mete uma empada na boca com uma pá? Você não come desmamadas, enforna-as."

Assim, dando-se Otaviano por vencido e Justiniano proclamado vencedor pelo Marquês de Abrantes, comprovada ficava a *sua maior capacidade*. Poderia um maldizente, em *epigrama* ao famoso duelo, dizer que ao fim se provava que um jornalista conservador *comia* mais que um jornalista liberal...

Justiniano morreu depois de completar 50 anos de idade, na madrugada de 10 de julho de 1862, dez dias após começar Firmino Rodrigues Silva a publicar o novo *Constitucional*, para defesa do Partido Conservador. Justiniano, pobre, esquecido, injustiçado, sem nunca haver recebido sequer uma condecoração do Império, finara-se minado por longa e penosa enfermidade, atestada a *causa mortis* como hepatite crônica, pelo seu médico Dr. José Tomás de Lima.

Morreu na casa n.º 176 da rua Nova do Conde, em Catumbi, que fizera construir e inaugurar em 1850, em pomposo baile a que se referiu José Maria da Silva Paranhos, nas *Cartas ao amigo ausente*, folhetim do *Jornal do Commercio*, de 6 de setembro daquele ano.

Paranhos fôra muitas vêzes vítima da crítica severa de Justiniano e isso mesmo ressalta *sans rancune* na crônica amável publicada sobre a festa oferecida em homenagem à representação mineira na Câmara dos Deputados. Assim descreve o futuro Visconde do Rio Branco o baile realizado em casa do político "tão extremado e extremoso, em casa de um homem que tomou a si a árdua tarefa de defender pela imprensa as convicções do seu partido e de repelir os ataques feitos a todos os seus correligionários":

"A casa, recentemente construída, com parcimônia e gosto, decorada com a mesma simplicidade e arte, mostrando por seus quadros e por algumas de suas disposições que o seu proprietário é um homem de letras, que sabe conciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edifício dava imenso realce e vida à reunião já em si animadíssima e luzida. Talvez seja o primeiro baile que se dá em Catumbi depois que ali se estabeleceram os *Campos Elísios*. Havia um não sei quê de vago e estranho nessa alegria delirante, nesse movimento agitado dos vivos, junto à habitação dos mortos, que lhe dava uma ilusão tôda nova e particular, e poucas imaginações deixariam de sofrer a sua influência."

Dêsse fausto, que no comêço da sua vida política dizia não ser de seu agrado, do bem-estar, da fartura em que chegara

a viver, nada restava a Justiniano, quando se avizinhava da partida dêste mundo. Treze dias antes de morrer, em 27 de junho, dirigia a Pedro II súplica angustiosa, para o socorro da adoção oficial do compêndio destinado às suas aulas de Direito da Escola Militar "o mais generoso prêmio dos que a tais trabalhos se concedem", o que lhe valeria como "esmola que mais uma vez fará subir o nome de V. M. I. dos lábios da desgraça aos pés da Divindade". Era êsse apêlo feito "em nome dos meus sofrimentos, em nome das privações de minha família". Humilhava-se, assim, o altivo panfletário de outros tempos, recorrendo ao soberano que cognominara, por maldade, de Pio IX, talvez porque êsse pontífice se beneficiara também do antagonismo de dois partidos, um liberal, outro conservador, ou porque se tornara infalível pelo dogma que fizera aprovar, ou por outra analogia surgida no espírito crítico de Justiniano e não precisada claramente.

A carta que mandou a Pedro II solicitando a decisão favorável ao seu trabalho para o prêmio em dinheiro que aliviaria as suas dificuldades financeiras, provocou a solução do caso, mas não favorável a Justiniano, o que não chegou êle a saber. No registro do seu diário, referente ao dia 9 de julho, véspera do falecimento do infeliz jornalista, escreve o Imperador: "Restitui ao Polidoro o parecer sôbre o compêndio de Direito que está a escrever o J. J. da Rocha, e notei a pressa com que êste escrevia, apontando graves faltas que devem ser emendadas pelo próprio autor, para que, depois de terminado o compêndio, e examinado o resto, possa o prêmio ser concedido. A comissão da escola de aplicação nada tem a dizer no seu parecer! Observei isto mesmo ao Ministro."

Pedro II não devia ter nenhuma estima por Justiniano, cujo mau conceito como jornalista êle conhecia, como se vê do seu diário agora divulgado. Ao historiador fizera restrições nas notas à margem do compêndio por êle publicado. Ao professor de Direito marcava faltas nas observações feitas ao Ministro da Guerra, o que protelava a concessão do prêmio necessário às agruras financeiras do desesperado autor.

Do compêndio inédito de Justiniano, nunca mais se cuidou. Apenas a êle se referiu, no discurso pronunciado nas comemo-

rações do trigésimo dia do falecimento do chorado professor, o seu substituto na cátedra, Dr. Tomás Alves.

O grande jornalista, escritor, parlamentar e professor foi sepultado na tarde de 10 de julho de 1862, no carneiro n.º 527 da quadra I do Cemitério de São Francisco Xavier, com acompanhamento de alguns poucos amigos.

Cinco anos depois devem ter sido exumados os seus ossos, pois a sepultura não era perpétua e não há notícia do que com eles ocorreu. Perdura apenas, hoje, no fulgor da sua trajetória pelo jornalismo e pelas letras do país, a memória do seu nome aureolado.

- O passamento de Justiniano teve profunda repercussão na imprensa da Côrte e das províncias, em cujos jornais apareceram notícias e artigos ressaltando o valor do jornalista, escritor e homem de cultura.

O Correio Mercantil escreveu então:

“Dotado de um extraordinário talento para a polêmica do jornalismo, reunindo ao estudo dos assuntos políticos e administrativos uma grande instrução literária, manejando a pena com proverbial facilidade, o Sr. Dr. Rocha, desde que se formou na Academia de São Paulo, consagrou-se à exclusiva tarefa de engrandecer o seu Partido na imprensa; ora ministrando-lhe idéias de organização quando êle se achava no poder, ora dirigindo-o no combate contra seus adversários nos dias em que êsse Partido encontrou efetiva resistência da Câmara temporária e da opinião pública. Pode-se repetir, ainda hoje, o que se disse e foi conhecido no quinquênio de 1848: — se não fôra a pena do escritor fluminense, teria morrido o Partido chamado Conservador.”

O *Constitucional*, dirigido pelo seu grande amigo Firmino Rodrigues Silva, assim registrou, em 11 de julho, a morte de Justiniano:

“Possuídos do mais intenso pesar, anunciamos aos nossos amigos o falecimento de um dos valentes atletas da opinião conservadora... o ilustre Dr. Justiniano José da Rocha deu ontem sua alma a Deus depois de longa e dolorosa enfermidade.

“O Partido Conservador perdeu uma de suas mais hábeis penas, a primeira na prontidão e na constância para as lutas da imprensa. Com razão, era chamado o Emílio Girardin do Brasil, diferenciando-se do jornalista francês unicamente pelo antagonismo das idéias a cuja causa um e outro se votaram.

“A literatura brasileira perdeu um dos seus ornamentos e a mocidade um de seus mais instruídos preceptores.

“O Dr. Rocha possuía grandes dotes de espírito, e nenhum homem o excedia como espôso e como pai, pedra de toque para o que há de mais terno e mais santo no coração do homem.

“A sua família — aí a deixou êle banhada em lágrimas e sem que pudesse legar-lhe outra cousa mais do que a memória de sua extrema miséria !... Que os companheiros de luta e tôdas as almas generosas lancem suas vistas compassivas para êste triste quadro, eis o voto que a amizade e a religião nos ditam nestes momentos. . .”

Em 18 de junho, no mesmo jornal, o Dr. Jacy Monteiro publicou um artigo em memória de Justiniano, que êle chama o “Hércules do jornalismo político”. No caloroso elogio do jornalista, cujas virtudes enalteceu com entusiasmo, afirma: “Ninguém o excedeu nos debates das cousas públicas; ninguém foi mais denodado em luta das idéias; ninguém teve uma carreira tão longa e tão cheia no jornalismo; pelo seu talento e pela sua prática era o mais eminente escritor político do Brasil.”

No dia 8 de agosto prestou a Escola Militar de Aplicação uma homenagem especial ao professor de Direito Militar daquele estabelecimento, fazendo celebrar missa no trigésimo dia de falecimento de Justiniano José da Rocha, na Capela da Fortaleza da Praia Vermelha. Presente o Ministro da Guerra, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão.

Na homenagem a Justiniano José da Rocha falou o Dr. Tomás Alves, seu sucessor na 2.^a cadeira do 1.^o ano daquela Escola, fazendo o elogio do grande publicista, cujo merecimento exaltou em nome dos professôres e alunos do estabelecimento. Referindo-se à ação de Justiniano como jornalista,

disse: “Nesse campo vasto do desenvolvimento de talento e de erudição, Rocha, era um gigante: — mais de uma fôlha estêve debaixo de sua redação, mais de uma o teve por seu colaborador, e em qualquer ramo que escrevesse — religião, literatura ou política, o talento do jornalista era sempre o mesmo, bem como a erudição do literato e a convicção do político.”

O 2.º Tenente João Ribeiro da Silva falou depois, em nome dos alunos da Escola Militar, abundando nos elogios ao grande morto.

Um outro discurso que devia ter sido pronunciado na ocasião, aparece nas colunas d’*O Constitucional* de 23 de agosto, com a assinatura de J. L. de Medeiros Júnior. Discípulo de Justiniano, sôbre êle dá êste depoimento: “O Dr. J. J. da Rocha da cadeira de mestre falava à cabeça e ao coração dos seus discípulos, esclarecia o espírito e depurava o sentimento; na cabeça erguia um trono à verdade, no coração preparava um templo à virtude.

“Sem possuir todos os dotes de orador, possuía em alto grau as qualidades de preceptor. Se a sua voz perdia-se fraca na vastidão da tribuna, murchando-lhe a côr da frase e a energia do pensamento, avultava na cadeira como um gigante.

“Dotado de um espírito agudo e esclarecido, rico de um cabedal de conhecimentos, dêsputa da palavra, cerrado na lógica, servia-se do raciocínio como arma de dois gumes, travando a sentença de um sábio de arguciosa ironia.

“Conhecedor profundo do caráter da preleção, o Dr. J. J. da Rocha talhava a frase por mil maneiras sem cortar as asas a ninguém, descia claro e preciso ao nível da mais acanhada inteligência e estampava aí os preceitos em vivas energias. Aviventava o ponto controverso com a História, e robustecia e interpretava a História com a Filosofia.

“Afigura-se-me vê-lo ainda, senhores, animado naquela cadeira em tórno a qual se grupava uma mocidade que o idolatrava e pendia-lhe ansiosa dos lábios; a fronte ampla, os olhos penetrantes e iluminados do reflexo da alta inteligência, o semblante cercado da auréola do talento, o gesto expressivo, o verbo autorizado, ensinando os direitos do homem e das

nações, arcando com gigantes e derrubando as suas doutrinas por paradoxais, exaltando até o ideal o caráter do soldado, subindo o patriotismo aos foros do heroísmo, desvelando tôda a beleza das nossas instituições, eletrizando-nos o coração com a centelha da emulação, e finalmente emprazando-nos para desempenharmos de futuro o alto papel do verdadeiro cidadão."

Palavras de um discípulo, constituem um magnífico perfil do mestre e do homem de talento e de cultura que foi Justiniano.

Desde maio de 1862 os liberais haviam voltado ao poder, com o Ministério Zacarias e depois com o do Marquês de Olinda. A vida política do Império continuava na gangorra dos dois partidos. Os conservadores passavam para a oposição e não teriam mais, para apoiá-los na luta, a pena combativa, intemorata, convincente, de Justiniano José da Rocha.

Nota I

Deixando a redação d'*O Cronista*, Justiniano dirigiu aos seus dois companheiros do jornal a seguinte carta:

“Meus bons amigos — Havendo eu anuído ao honroso convite que pelo Govêrno acaba de me ser feito, para tomar conta da redação do *Correio Oficial*, vejo-me na obrigação de despedir-me da colaboração d'*O Cronista*. Quanto me é dolorosa essa despedida podem só V.V. avaliar, pois que compartilham o amor de pai que consagramos a êsse periódico que fundamos, que sem recorrer a proteções alheias elevamos por nossos próprios esforços ao ponto em que se acha. Consola-me todavia a lembrança que não faço falta nem deixo vazios nessa publicação, que confiada às hábeis penas de V.V. não há de por certo desmerecer, antes irá em regular e progressivo andamento.

Seria aqui ocasião oportuna de explicar-vos os motivos que me levaram a tomar sôbre mim a árdua e honrosa, mas hoje tão desconceituada tarefa da redação do jornal oficial: mas para quê? Os que me conhecem far-me-ão justiça; os que me não conhecem voltarão de quaisquer preconceitos que tenham, quando virem a direção que pretendo dar àquela fôlha, que não seja mais uma sinecura, mas sim uma laboriosíssima e necessária publicação. — Persuadimo-nos, escrevi eu em um dos últimos números do nosso *O Cronista*, que o Govêrno atual servir-se-á das fôrças da imprensa para de acôrdo com as outras fôrças sociais reorganizar a sociedade brasileira. Foi essa persuasão que me levou a aceitar êsse trabalho.

Não é no entanto absoluta a minha despedida, continuarei, se os quiserdes aceitar, a mandar-vos alguns artigos que sirvam para vossos apêndices, e se por ventura inesperada, imprevista borrasca acontecer-me no mar tempestuoso em que tenho de

navegar, espero que em vossas colunas acharei pôrto hospitaleiro que abrigue o naufrago.

Aceitai, meus bons amigos, o sincero testemunho da estima e amizade do-vosso ex-colaborador — *Justiniano José da Rocha.*”

A esta carta, segue-se a seguinte nota assinada por Josino do Nascimento Silva e Firmino Rodrigues Silva:

“Desde que principiamos esta emprêsa, ainda não sofremos tamanho desgosto. Lutamos com mil contratemplos; muito ativos, não procuramos proteções, não quisemos ligar-nos a partido algum, mas nossa emprêsa era conscienciosa, impossível era que não alcançassemos o assenso da população, já tão desgostosa de periódicos e periodiqueiros. O Govêrno transato conheceu que seu maior inimigo era a imprensa, intentou suplantá-la, e determinou embrulhá-la em processos, e acabar com ela nas cadeias, ou sentando praça aos que se atreviam responsabilizar-se pelas doutrinas emitidas pela imprensa; *O Cronista* não se acobardou, falou sempre o que pensava, censurou todos os desregramentos dêsse Govêrno, que invadiu um por um todos os direitos dos cidadãos brasileiros, e que certo não se retiraria dos negócios se não vira os cofres exaustos, e o poder legislativo com pouca vontade de lhe prestar créditos, que seriam malbaratados e nunca empregados em serviço nacional, mas êsse Govêrno não se atreveu acusar-nos, que nós nunca transpusemos os limites da lei. Passamos incólumes por essa crise em que o Executivo se armara contra a imprensa, mas o Executivo era anão armado de enferrujadas armas, e a imprensa era gigante que lhe levava ao coração ferro frio como gêlo. Tudo passou; a nova administração nunca será infensa à liberdade de imprensa; antolhávamos dias serenos...

Não era, porém, assim: o Govêrno, cioso da redação d'*O Cronista*, reconhecendo o talento do nosso honrado amigo e ilustrado ex-colaborador, veio entregar-lhe a redação do seu jornal, e o Dr. Justiniano José da Rocha vai empregar sua pena para tornar o *Correio Oficial* digno duma administração patriótica e ilustrada. Todos ganharam; o Govêrno pondo à testa da redação oficial o Carrel brasileiro; o nosso sábio ex-colaborador por ir fazer um serviço à sua pátria podendo hoje que está livre de polémicas desenvolver as verdadeiras

teorias do sistema representativo: todos ganharam, menos *O Cronista* que perdeu sua bem aparada pena, essa pena que rasgava uma por uma as entranhas do inimigo da prosperidade do Brasil, que, como o escalpêlo do médico, abriu êsses corpos imundos e mostrou à nação as asquerosidades dêsses corpos, — essa pena que já não pertence ao *O Cronista*, toma hoje nôvo vôo, e patenteará ao Brasil que a administração atual não deseja entregar sua defesa a um cidadão dócil e condescendente ou fraco, mas a quem resistirá aos seus caprichos, — se fôr caprichosa, — e não sujeitará sua pena a indignidades.

Não, não podemos deixar todavia de agradecer ao nosso antigo colaborador a promessa que nos faz de continuar a brindar-nos com apêndices para *O Cronista*, e lhe asseguramos que a cadeira que êle ocupou na redação dêste jornal ficará no mesmo lugar de honra e vazia até que tenhamos a felicidade de a ver ocupada pelo nosso honroso amigo.

Dar-nos-emos inteiramente à redação d'*O Cronista*, e certos de que ela desmerecerá e se ressentirá da falta do ilustre J. J. da Rocha, todavia asseguramos que não mudará de propósito o plano, e que será sempre jornal consciencioso. Esperamos que os nossos leitores sentirão conosco a retirada do antigo colaborador d'*O Cronista*, mas não nos abandonarão por isso. — *Josino do Nascimento Silva. F. R. S."*

Nota II

Discurso de Justiniano José da Rocha na sessão de 26 de maio de 1855 da Câmara dos Deputados.

Foi o seguinte o discurso autobiográfico de Justiniano, pronunciado na sessão de 26 de maio de 1855, na Câmara dos Deputados, em resposta ao Presidente do Conselho, o então Visconde de Paraná:

“O Sr. J. J. da Rocha: — Sr. Presidente, a Câmara e V. Exa. me são testemunhas de que tendo pedido a palavra sobre o voto de graças pronunciei-me com tôda a moderação, com todo o respeito e acatamento devido a todos os homens e às suas posições. No meu discurso, qual foi proferido, qual corre impresso poderão talvez achar algum epigrama, talvez alguma ironia, nada porém que não pudesse ser dito, não só diante da Câmara entre adversários políticos, mas ainda nos círculos da intimidade onde a urbanidade é o primeiro dever.

Qualquer que seja o fogo do meu gênio, eu aprendi a dominá-lo com as considerações da atenção que devo àqueles perante quem falo, das atenções que devo a mim próprio, com as atenções que devo àqueles a quem me dirijo; nunca de minha bôca saíram palavras que equivalham a provocações, a desabafo de paixões e a de ressentimentos. Ainda hoje, Sr. Presidente, atacado como V. Exa. sabe e a Câmara presenciou, todo o meu estudo será não ofender a ninguém, quero a razão tôda do meu lado, ao menos na forma por que me pronunciar; quanto ao fundo, espero que os fatos m'a dêem.

Na forma pois, senhores, eu vos prometo respeitar hoje e sempre a todos, respeitar o Govêrno, respeitar os Ministros, ainda os que procurarem conspurcar-me, respeitar-me a mim

próprio; e Deus não queira, Sr. Presidente, que eu que me acho levado à frente dos que procuram regenerar a política do país arrancando-a às lutas do passado, Deus não queira que eu desvirtue de antemão esta casa transformando-a em arena de arguições e de invectivas pessoais e infamantes.

Se há possibilidade, Sr. Presidente, no modo que eu compreendo as coisas, se há possibilidade de sairmos sem abalo fatal de uma atualidade que nenhum de nós fêz, mas que todos nós fizemos, de uma atualidade que é deplorável, e ainda mais deplorável será nas suas conseqüências, essa possibilidade está no respeito, está no acatamento em que o público deve ter a nós todos, a nós membros da Câmara, a nós Câmara dos Deputados, a nós homens da política.

Sr. Presidente, longe não estão os dias em que a sociedade desmantelada encontrou por garantia um berço em vez de um trono, e viu-se lançada às fúrias da revolta, aos devaneios da utopia; quem então salvou o país foi o grande respeito e acatamento que todos tributavam à Câmara dos Srs. Deputados. A Câmara lançou então todo o seu prestígio na voragem que ameaçava tragar a sociedade, e assim conteve e fêz parar a tempestade. Tais dias estão passados; porém quem, confiante do futuro, pode dizer que nunca mais se hão de reproduzir? Pela minha parte, porém, Deus não queira que eu de algum modo concorra para que a Câmara fique desvirtuada, e não possa de novo prestar o mesmo serviço! Não senhores, aqui não se trocam convícios, aqui trocam-se idéias...

O Sr. Siqueira Queirós: — Apoiado.

O Sr. J. J. da Rocha: — Os homens que aqui estão pertencem às suas parcialidades, representam a opinião que para aqui os mandou, representam massas de cidadãos na sua inteligência, na sua maneira de encarar as coisas políticas, na sua probidade, perdem assim parte do seu pessoalismo.

O que de mais fácil, meus senhores, hoje em dia que tanto se tem escrito e falado, do que ir aos vastos armazéns do passado buscar nêles setas e desferi-las contra qualquer, setas que, eivadas embora pela calúnia, depois de desferidas ficam cravadas.

Nada mais fácil, meus senhores, do que tal procedimento, mas também nada mais nocivo para o futuro do país e crédito da Câmara, nada mais nocivo para o crédito da política e o crédito dos homens políticos. Se eu quisesse chegar em resultado à supressão do elemento popular nas nossas instituições, e lançar-me no régimen moscovita, de certo então faria bem: nos armazéns do passado eu procuraria com tôda a fúria dos convícios e das agressões pessoais levantar nuvens tão densas que embaciassem o prestígio com que o Parlamento deve estar revestido. Mas, longe de mim estão semelhantes vistas; eu pois só desejo exaltar a dignidade do Parlamento, exaltar a dignidade do Governo, exaltar a dignidade dessa Câmara, de modo que para ninguém fique duvidoso que o caráter de todo o brasileiro era nobre, e que o caráter do brasileiro lançado na política não desmente essa nobreza.

O que eu disse no meu discurso não foram palavras indiferentes, sôltas por mim nas horas do meu desabafo de pretensões não atendidas; ao mesmo tempo que elas saíam da minha bôca, outras bôcas, outros corações as repetiam; ei-las que nos chegam de outros pontos da província, e por mais insensível que o desdém ministerial diga que lhes é, essas palavras têm eco, tê-lo-ão imenso no país.

A bandeira não estará nas minhas mãos, velho soldado de outras lutas, talvez não tenha eu de ser o lidador das novas lutas; isso o que importa? Essa bandeira será levada por todo o país, por todo êle saudada; há de vencer, em benefício da pátria, e para trazer a justa e natural combinação dos elementos constitucionais do poder.

(Trocam-se vários apartes).

Eu peço aos senhores deputados uma coisa, tenho pouco tempo que falar e muito que dizer; o debate por ora não é debate político, é questão tôda pessoal, é uma defesa minha; interromper a quem se defende não é talvez generoso, tanto mais quanto eu tenho certeza que nunca os ofendi, e faço promessa que nunca os hei de ofender.

Sr. Presidente, talvez para desacreditar antecipadamente essa bandeira, procurou-se esmagar-me com todos os gestos de desdém, e desvirtuar todo o meu passado com indignas agres-

sões. Pois bem, eu trago todo o meu passado para o tribunal, tenho consciência de que nêle poderão ter havido erros, mas quem os não comete? Eu asseguro que ainda hoje revolvendo e examinando todo êsse passado não encontro nêle um fato de que me envergonhe diante de vós.

Uma predisposição para as lutas políticas, algum calor de sangue, uma fatal vocação desde muito môço me destinavam à vida do jornalismo. Colegas meus de São Paulo se lembram que quando êles me manifestavam as suas esperanças de magistratura, de advocacia, eu lhes dizia que havia de ser jornalista.

Vim para o Rio de Janeiro ainda muito menino, formei-me com 21 anos incompletos, e já sentia nessa época o impulso que me devia fazer jornalista. Alguns pequenos escritos de infância, cheios de puerilidade, foram bem aceitos pelo público, e eu tive a embriaguez do aplauso.

Um dia em princípios de 1836 vi-me convidado por dois amigos diversos para escrever periódicos: um me convidava para escrever em um periódico ministerial que ia ser fundado e nêle combater o projeto da regência da Senhora D.^a Januária e para defender o Govêrno; o outro me convidava para combater não só essa regência, mas, também, o Ministério. prontamente dei a minha adesão a êste segundo convite: era o espírito juvenil, luta contra todos.

A fôlha apareceu então, e o Sr. Sebastião do Rêgo Barros, em nome de quem havia sido convidado, nem de mim era conhecido, igualmente não conhecia os deputados pernambucanos, sôbre cujos auspícios era publicada a fôlha: eu escrevia, mandava àquele senhor os manuscritos, e depois via-os publicados. Lamento a ausência dêste senhor, cuja autoridade invocaria para dar testemunho do que fui nessas relações.

Surgiu então a questão do tratado português; entendi que o tratado não era bom; êles entenderam que o era; deixei de escrever.

Ao mesmo tempo um amigo meu de todos os dias, um amigo meu que hoje se acha em posição muito elevada, porém inferior ao seu merecimento, o Sr. Josino do Nascimento Silva, convidou-me para escrever um periódico onde êle, môço, e sem

relações, e eu môço e sem relações, lançássemos as nossas idéias, disséssemos o que nos parecia verdadeiro.

Apareceu *O Cronista*, e inclinou-se para a reação monárquica que ia aparecendo.

Já então o partido das nossas idéias, o partido reator, se juntava, se reunia e tinha no Parlamento os seus representantes; mas nós não conhecíamos nem de vista a nenhum dêles.

Veio para êsse partido o dia do triunfo, e então uma casualidade me pôs a mim só, e não a meus colegas d'*O Cronista*, em relação direta com o Ministro, uma casualidade singular para um homem público, o projeto da fundação do Colégio Pedro II, e a sustentação do *Correio Oficial*.

Nós três abundávamos nas idéias do Ministério, sustentávamos a luta na imprensa, e nesse tempo nem um favor ministerial me foi feito, nem nós pensávamos em favores ministeriais.

(*Apoiados*).

E, senhores, já que falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos, e estava eu conversando com o Ministro que os distribuía, e S. Exa. me disse:

“— Então, Sr. Rocha, não quer algum africano ?

— Um africano me fazia conta, respondi-lhe.

— Então por que o não pede ?

— Se V. Exa. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas.”

(*Risadas*).

O Ministro chamou imediatamente o oficial de gabinete, e disse-lhe: “Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Sicrano.”

E, senhores, já então me havia casado e só tinha consultado as minhas afeições: casei-me sem o dote o mais insignificante, casei-me só por inclinação, e Deus abençoou o meu consórcio dando-me um filho por ano, e vivia sem aspirações, sem desejos, como os meus colegas, todos votados à sustentação das nossas idéias, e cumpre advertir que nesse tempo só levava as

minhas raras visitas à casa de um homem político, o Ministro do Império; com outros não tinha, não procurava ter relações.

Em dias de fins de março ou de princípio de abril de 1839 cessou a publicação d'*O Cronista*. Antes de eu saber que esse Ministério estava para dissolver-se tomei essa resolução, porque andava meio desconfiado.

Havia um não sei quê de oculto, que ainda hoje não posso explicar, e em que me parecia que eu representava um papel de entremês; a êsse respeito talvez pudesse apelar para a memória do atual Sr. Presidente do Conselho, que talvez se lembre de que uma vez eu esperei numa sala muito tempo, estando S. Exa. conversando noutra sala com o Ministro, que depois me chamou e me mandou escrever um bilhete para uma imprensa, bilhete que eu não tinha título algum para escrever senão a amizade que me ligava ao seu dono... Tudo isto, que eu não podia compreender, esfriou o meu entusiasmo de devoção àquele Ministro. A fôlha que então escrevíamos deixou de aparecer.

Fiquei fora da imprensa até proximidades de junho de 1840; então eu e um dos meus dois colaboradores e mais íntimos amigos vínhamos à Câmara porque havia atividade de vida política que se concentrava no Parlamento, e ambos estávamos pouco ocupados.

Não quer isso dizer que já nesse intervalo alguém não pensasse que a minha pena poderia ser utilizada numa época em que principiava a haver alguma agitação nos espíritos em que procurava fazer triunfar uma grande idéia; não quer isso dizer que não houvesse eu sido convidado para acompanhá-la e auxiliá-la no desenvolvimento que se preparava; para aí porém não corriam as minhas idéias; conservei-me inativo na política.

Em dias de junho, num dos cubículos desta Câmara, onde então nos achávamos, fomos convidados por duas pessoas a quem sempre respeitei, e a quem, sem embargo de tudo, hei de sempre respeitar, a escrever um periódico. Dessas sugestões e conselhos nasceu *O Brasil*, e escrevi-o porque tenho muito medo dos movimentos revolucionários; tudo queria pleiteado pela inteligência.

Esta convicção nos levou a escrever *O Brasil*, onde em nome dos princípios monárquicos se combatesse a *maioridade*, que nos parecia comprometê-los.

Sabeis todos a história desses dias. O Ministério durou pouco tempo porque contra ele houve uma revolução. O que aconteceu ao nôvo jornalista que com o seu colega se tinha lançado em luta contra essa revolução? Nem um instante abandonamos o campo. Homens inimigos de revoluções, homens de idéias monárquicas, que naquele tempo nos parecia ver derrotadas, continuamos a escrever em luta aberta, em luta de frente com a revolução, expondo-nos, excitando em nossas famílias o receio pelos nossos dias. (*Apoiados.*) Os nossos chefes onde estavam então? O vento da revolta os havia entorpecido, e nós sem relações, sem emprêgo algum, sem darmos destino em nosso interêsse pessoal, à nossa atividade intelectual, não consumindo os nossos dias senão na sustentação das idéias políticas em que comungávamos, nós escrevíamos um periódico, desamparados de todos, e ignorando nós mesmos o nosso destino. Íamos então às vêzes à casa do Sr. Paulino José Soares de Sousa, único dos nossos homens políticos com quem o nosso gênio acanhado nos deixava ter relações, pois ele nos recebia, nos agasalhava como escolàsticamente e com a fraternidade acadêmica. Quanto à sorte do jornal, era esta:

O Sr. Paulino se entendia com a tipografia para a publicação, administração e distribuição da fôlha; nós nada disso sabíamos, nem queríamos saber, escrevíamos e mandávamos os nossos artigos à tipografia.

As vêzes, senhores, eu que tinha família, e família numerosa (*o orador começa a soluçar*), pois que além de ter Deus abençoado o meu consórcio com numerosa prole, também a desgraça veio pairar sôbre a minha família, levando-me meu pai... (*A voz do orador fica suspensa pela comoção, e vários Srs. deputados lhe dirigem palavras consoladoras*).

Então, o Sr. Paulino, em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nêle algumas notas de 200\$ (*O orador continua em prantos*). E, senhores (*com fôrça*), eu vivia com

família numerosíssima, e digo esta verdade que não me pode ficar mal. (*Apoiados.*)

O Sr. Brandão: — Por fôrça alguma lhe pode ficar mal.

O Sr. J. J. da Rocha: — E, senhores, nunca me supus rebaixado quando o Sr. Paulino, em troca de um trabalho aturado de 14 horas, me dizia: “Rocha aqui tens”. (*Apoiados.*)

O Sr. Saião Lobato: — E era convicção geral de que o seu trabalho não era pago.

O Sr. J. J. da Rocha: — E, senhores, nesse tempo, eu vos juro que vivia com a maior economia, privado de todos os regalos, ninguém, me via em parte alguma, nem teatros, nem visitas, nem festas: minha mulher não vestiu sêdas senão em 1848: eu já tinha sido deputado, e morava em casa térrea, de rótula. (*O orador faz uma pausa.*) Mas vamos por diante, Sr. Presidente, com esta triste vida.

Subia em idade e em experiência, subia em estima, foram elas o título pelo qual fui apresentado aos eleitores mineiros que me honraram, que me pagaram todos os meus sacrifícios, mandando-me a esta tribuna, a mim desconhecido, sem relações, sem nome, sem família; que só tinha por mim os meus escritos!... Eu vos agradeço, eleitores da bela província de Minas! Compensastes com os vossos votos todos os meus sacrifícios e meus sofrimentos!

Vim para esta Câmara. Aquêles de vós que então foram meus companheiros hão de lembrar-se dos enredos e complicações do comêço dessa sessão. Eu entendi que devia ter sustentado, elogiado o Ministério que vencera a revolta em Minas e em São Paulo, não se lhe tomando logo no voto de graças conta dos atos que para isso achara necessário. Fomos poucos dessa opinião, comprometi-me por ela: o Ministério foi dissolvido, outro se organizou para substituir-lhe. A minha posição ficou um tanto esquerda com o nôvo Ministério.

Um dia o impressor com quem se entendia o Sr. Paulino José Soares de Sousa disse-me que a fôlha estava muito alcançada; disse-me que a não podia mais imprimir. Chegando à Câmara, dei parte disto ao Sr. Paulino, e êle me disse: “Não

acha, Sr. Rocha, que a nossa missão da imprensa está concluída? — Sim, respondi-lhe”; fui para a tipografia e disse ao impressor: “F. diz-me que cesse de escrever; êle se entenderá com você sôbre o seu pagamento”. O impressor me disse que já sabia disto, e que ia sair outra fôlha ministerial. “Então, disse eu, se vai sair outra fôlha, continuarei eu; respondo pelas despesas”. E continuei. Continuei pois ministerial sem relações com os Ministros, ministerial porque via as minhas idéias desenvolverem-se no poder. Dezembro dêsse ano chegou. Então sem o haver pedido nem solicitado foi-me trazido ao escritório um auxílio avultadíssimo (600\$000) para as despesas da publicação da fôlha.

Pouco depois tivemos de ir para a oposição; o Ministério caiu, formou-se outro. Nesse outro Ministério tinha um amigo particular, amigo dos bancos desta casa, e dessas confidências íntimas; dêle recebi o seguinte bilhete: “Estou amarrado ao pelourinho. Não quero que me açoites. Procura-me”. Procurei êsse Ministro, tivemos diversas conversações, êle me tratava com tanta amizade, eu lhe tinha tanta amizade!... Mas, enfim, quis saber que política seria por êle seguida; êle a expôs.

Observei-lhe que essa política não teria o apoio da Câmara; para verificá-lo tomamos a lista dos Deputados por províncias, e chegando à deputação mineira disse-lhe eu: “Aí todos serão oposicionistas”. Eu, Deputado, disse isto; a conferência acabou, a amizade foi em tudo interrompida, e o jornalista pouco a pouco, à medida que se ia desenvolvendo a política ministerial, foi-se pronunciando em oposição.

Neste tempo, senhores, eu tinha devido à benignidade do Sr. Presidente desta Câmara, Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, um empreguito que não havia solicitado; posteriormente tinha devido à benignidade do falecido José Clemente Pereira, à benignidade do Sr. Marquês de Paranaguá, com os quais não tinha relações, um emprêgo que não solicitara, que até ignorava que estivesse criado. Fui logo destituído do primeiro, e ameaçado de perder o segundo; continuei a escrever. Tiraram-me êsse segundo emprêgo; continuei a escrever. Nesse tempo ninguém perguntou: Como vive o Rocha? O que dá de comer a seus filhos?

Chegou um dia em que o impressor não pôde mais imprimir a fôlha; era nos fins de 1847. Que descrédito para o Partido se a fôlha que gozava do prestígio e dos foros de órgão da opinião dêle, embora por mim exclusivamente escrita, sem conselhos, sem direção, sem coadjuvação de ninguém, cessasse em tal época de existir? Homens a quem tributo todo o acatamento e amizade me disseram nessas circunstâncias: "O que havemos de fazer? — Nada mais simples, lhes respondi: uma fôlha de 700 assinantes sustenta-se desde que se concentra e regulariza tôda a sua administração. Arranjem por meio de antecipação de assinaturas um pequeno capital com que se compre um prelo e algum tipo: 3 a 4:000\$ sobram; com isto asseguro-lhes que sustento a fôlha."

Fêz-se então uma derrama: 25 assinantes deram 100\$ por assinaturas adiantadas; do município de Iguazu veio-nos 1:000\$; o Sr. Sores, 600\$, e dois amigos particulares meus deram 400\$. Com isto montei a tipografia, com isto eu sustentei a fôlha; fiz mais. Compreendi que esta fôlha, que parecia ter uma fôrça moral extraordinária, devia adquirir ainda maior fôrça moral; depois de ensaiar as suas fôrças, a renda dos seus assinantes, tornei-a diária.

Em 1848 Deus quis levar-me dêste mundo... antes o houvesse feito...

O Sr. Brandão: — Não apoiado; ainda pode prestar muitos serviços ao país.

O Sr. J. J. da Rocha: — Morava em uma casinhola, cheio de filhos, carregando uma fôlha diária, com um trabalho de 14 horas por dia...

O Sr. Saião Lobato: — Desempenhando uma tarefa de que nenhum era capaz.

O Sr. J. J. da Rocha: — ... e eu só carregava com todo êsse trabalho tendo por regalos... Mas não falemos nisto...

Deus quis levar-me dêste mundo; eram os dias de 1848; durante um mês prolongou-se a minha moléstia; e por que prolongou-se? Diga-o o meu médico e meu amigo Sr. Dr. José Bento da Rosa. Porque apenas saía da luta com a febre, lá me achava êle escrevendo; procurava esconder-lhe o que escre-

via, para evitar os seus conselhos. É uma recaída me levava de novo à cama. Assim estive na brecha um mês inteiro, assim continuou uma fôlha diária estando o seu redator a morrer. Enfim venceu a ciência dos meus médicos, e a fôrça da constituição que Deus me deu, tôdas as imprudências da minha devotação. Restabeleci-me.

E nessas circunstâncias, senhores, eu tive um apoio extraordinário, um apoio que devo revelar aqui, embora encubra de onde me veio. Uma caridade exemplar inteirada da posição de minha família, uma caridade que não é de homem político, uma caridade que eu venero, fêz chegar às minhas mãos um auxílio de 2:000\$, quantia que se confundiu nas minhas necessidades e na necessidade da fôlha. Dela me veio ainda maior animação, maior fervor no cumprimento do meu dever de jornalista; lutei todo o ano de 1848; nada houve que fizesse fraquear; vencemos.

Aproxima-se o fim dêsse ano; o Sr. Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, para mim uma das personagens cujas simpatias sempre me ufanei de merecer e de que tenho tantas provas, de cuja amizade me honro, mas de quem fujo, porque não quero os conselhos da sua influência agora que me lancei em novas lutas, o Sr. Eusébio mandou então tomar 500 assinaturas da minha fôlha. Vós sabeis o que é a imprensa, o que são gastos da produção em nossa terra, podeis verificar se isso são quantias que cheguem para as necessidades materiais do serviço. É cumprir aqui fazer uma observação: as fôlhas da opposição são sustentadas com muita facilidade pelos seus assinantes, a esperança excita-os, os recibos não voltam recambiados: as fôlhas ministeriais custam muito a ser pagas pelos assinantes.

Vozes: — Apoiado, é verdade.

O Sr. J. J. da Rocha: — Parece que fazem favor em ler...

O Sr. Brandão: — Algumas nem são lidas.

O Sr. J. J. da Rocha: — ... portanto, quando vejo que em tôda a parte onde há regímen representativo, sem desdouro, sem descrédito nenhum para os indivíduos, há auxílio dado à imprensa ministerial para sustentar e divulgar as doutrinas que o Governo entende úteis: quando vejo um par de França

à frente de um dos primeiros periódicos do mundo receber altas consignações para sustentar o seu jornal; quando vejo que em minha terra, com mais ou menos generosidade, todos os Ministérios têm auxiliado, concorrido para os gastos da imprensa; quando sei que caracteres muito nobres têm recebido êsses auxílios sem desar, nunca supus que isso me fôsse desairoso...

(Observando o Sr. Presidente ao Sr. Dr. Rocha que eram findos os 3/4 de hora destinados à discussão dos requerimentos, e que lhe concederia a palavra no sábado seguinte para continuar o seu discurso, o mesmo Sr. Deputado pediu a urgência por meia hora para concluí-lo, e a Câmara lh'a concedeu.)

Eu estava na firme persuasão que, recebendo êste auxílio para a despesa da tipografia, auxílio de que raras migalhas poderiam ficar, e que não chegaria se não houvesse hábil administração, o Govêrno não me fazia um presente, o Govêrno não se desonrava fazendo-o; não pude conceber que homens a quem eu respeitava desviassem dinheiros dados para o serviço público, a fim de favorecerem a indivíduos; não, êles entendiam da mesma forma, supunham que havia um serviço público na disseminação dessas idéias, que entendiam que eu podia prestar e prestava êsse serviço; contemplavam-me como contemplam a todos quantos prestam serviços públicos.

E eu pela minha parte entendia que nada havia nisso de infamante para o caráter de um homem de bem. Se nisso me enganava, se havia nisso algum opróbrio, se havia algum desvio dos dinheiros públicos que pudesse aviltar o cúmplice que o recebia, algum sinal de certo teria aparecido no rosto dêsses, algum sinal que despertasse a minha consciência; pois, ela estava firmemente persuadida, pelo exemplo de tudo quanto eu via, que pagar trabalhos reais, feitos a bem de interesses públicos, não é corromper, seduzir e comprar; vil seria eu se um só dia, uma hora somente tivesse escrito em política contra a minha opinião (*Apoiados*). Nunca o fiz, nunca o hei de fazer.

O Sr. Siqueira Queirós: — Nunca atraiçooou o círculo a que pertenceu.

O Sr. Brandão: — Nunca foi trãnfuga.

O Sr. J. J. da Rocha: — Tenho dado disto exuberantes provas, e dei uma recentemente. Eu era jornalista ministerial, estou hoje Deputado da opposição.

O Sr. Brandão: — E deve se honrar muito com isto.

O Sr. J. J. da Rocha: — Se as delícias do ouro comprado por vilania, se as delícias do ouro havido pelo aviltamento da inteligência me pudessem dominar, que me importava que o Governo ofendesse a tal ou tal instituição? O que tinha eu com isto? Mas, não; no dia em que a minha consciência não pôde ir com o Governo separei-me d'êle. Eu poderia invocar o testemunho de um nobre Ministro, de um nobre Ministro que sempre me honrou com a sua amizade, de um nobre Ministro por quem sempre tive simpatia, e com o qual sinto que a posição excepcional em que nesses debates me colocou o Sr. Presidente do Conselho me obrigue a interromper, acredito que temporariamente, velhas relações; eu poderia invocá-lo para que declarasse quantas vêzes lhe disse: "Isto não pode continuar assim, eu me retiro". Mas essa mudança não pôde ser repentina, foi lenta: amargurava-me, e por fim separei-me.

Nesse final da minha vida ministerial houve um incidente. Um nobre Ministro que eu supunha que estava convicto de que era meu amigo, teve a bondade de ir à minha casa, e nessa ocasião conversando amigavelmente comigo, segundo o seu costume, depois de entrar em explicações acêrca de pequenos objetos alheios a esta discussão, expôs-me as idéias que tinha adotado acêrca do regimento municipal.

O nobre Ministro lembrar-se-á que nessa ocasião lhe fiz pequenas observações sôbre êsse regulamento, que me parecia poder ser oppressivo. Quando se divulgou que ia ser executado êsse regulamento a minha opinião estava feita; a minha opposição não devia, pois, surpreendê-lo. Vendo-me em opposição, acreditou-se, espalhou-se por aí algures que eu estava de acôrdo com um plano oposicionista, no qual se envolviam os antigos chefes do Partido. Os nomes dos Srs. Eusébio, Paulino e outros foram dados como empurrando-me. Refleti que, homem de bem antes de tudo, não devia comprometer a posição dos meus

velhos amigos e antigos aliados. Essa posição me angustiava: se dava fôrça à minha opposição embaraçava-me e afligia-me.

Nestas circunstâncias, dois amigos antigos, que são ao mesmo tempo amigos íntimos de dois nobres Ministros, da redacção do *Jornal do Commercio*, aconselharam-me que me retirasse da imprensa.

O futuro da minha fôlha não me incutia o menor receio, sabia que uma opposição regular de imprensa seria acolhida e sustentada pelos brasileiros: já pressentia a voz que hoje ouvimos em Vassouras.

Refleti, porém, no conselho: conselho, digo e repito: refleti nã posição em que estava comprometendo os meus amigos, que se não pronunciavam, que pareciam aderir ao Ministério, e retirei-me, e retirei-me de chôfre, deixei que se interpretasse o meu procedimento como quer que aprouvesse à calúnia e à infâmia; a minha reputação sofreu; falou-se em 20 contos, em 30 contos, etc.; falou-se no que se quis; mas a reputação do homem que escreve, do homem que vive diáfano, do homem que depois de 20 anos de aturadíssimo trabalho, e de vida parcimoniosa, pode dizer: "Quereis ver o que possuo? Ide ao Banco Rural e Hipotecário"; do homem que depois de 20 anos de lides procura para viver a afanosa missão de mestre de latim e de retórica, está acima de tôda a calúnia. Este homem pode errar muito em política, pode dizer muito despropósito, pode transviar-se, pode ver por prismas fascinadores côres que não existem; mas este homem tem dado às suas convicções vinte anos inteiros da sua mocidade, da sua fôrça, da sua energia, e este homem acha-se pobre, mais pobre do que qualquer de vós; esse homem nunca foi vil, nunca errou de propósito.

Permiti que vos narre uma pequena circunstância que vos dirá qual foi a vida de abastança do jornalista ministerial: atacado repentinamente de forte erisipela, ardendo em febre, e tiritando de frio, saí da Rua da Cadeia, onde tinha o meu escritório, e fui a pé para a casa da minha residência, que ficava bem longe, porque não tinha dez tostões para pagar um tálburi que me conduzisse.

O Sr. Siqueira Queirós: — Apoiado, e entretanto outros têm hoje ricas berlindas.

O Sr. J. J. da Rocha: — Eu olho para tudo isto e digo, como dizia em 1848 no tresvario ocasionado pela febre da erisipela: misérias do mundo.

Somai tôdas as parcelas que tenho recebido, de muitas passei recibo, pois nunca supus que isto fôsse vergonhoso, que fôsem armas contra mim; somai tôdas essas quantias, fácil vos é êsse trabalho, suputai quanto se havia de despende nos gastos materiais da publicação de um jornal, e comprehendereis que, por mais insignificante que tenha sido o valor dos meus serviços, ainda quando êles não tenham concorrido nem sequer para a elevação de alguma pequena notabilidade, êsses serviços estão muito acima do que por êles foi dado.

Isto que vos tenho dito, senhores, que me parecia indispensável dizer-vos, não o faria de certo se não tivesse o pretexto de fundamentar um requerimento. Tendo de escolher o assunto para êsse meu requerimento, lembrei-me de um. O que eu fiz na persuasão de que não era indigno, não me aviltava; não o fiz escondido, fi-lo assinando recibos. Mas se há quem sponha que êstes serviços não estavam nas previsões do orçamento, se êste dinheiro foi dissipado para se me corromper, pois que nas leis do Estado não pode haver verba para a corrupção, parecia-me dever terminar pedindo a acusação dos Ministros que dissipavam os dinheiros públicos dando auxílios à imprensa que divulga as suas idéias. Refleti porém que isso era demasiado. Formulei outro requerimento que vou mandar à mesa, e a cuja votação não dou todavia muita importância.

O meu requerimento é assim concebido:

“Requeiro que se peça ao Govêrno à lista de tôdas as comissões de serviço especial não previsto no orçamento, criadas no interior e no exterior pelas diversas repartições, com a data das suas criações e declaração das pessoas que delas têm sido e se acham incumbidas, dos vencimentos que percebem, e da conta que têm dado dos seus trabalhos.”

“Rio de Janeiro, 26 de maio de 1855 — J. J. da Rocha”
(Pôsto o requerimento a votos é rejeitado.)

Nota III

Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Honrado por V. Exa. em nome de S. M. I. com a missão de examinar o estado das aulas públicas de instrução secundária, e das escolas e colégios particulares, dando de tudo conta ao Govêrno, e lembrando o que entendesse conveniente para melhorar a educação da mocidade, e regularizar o estudo, é-me dolorosa a convicção de não ter conseguido cabalmente satisfazer a intenção de V. Exa. Entretanto passarei a cumprir, como posso, não como desejaria, o dever que me foi impôsto.

A ocasião em que tive de proceder à inspeção foi pouco oportuna; as aulas ou estavam em férias, ou mal começavam a organizar-se, os professôres ainda não conheciam a máxima parte de seus alunos, pois há sempre no começo dos anos letivos tais alterações no pessoal dos alunos dos diversos colégios que sós bastam para perturbar todo o andamento regular do ensino.

Foi-me sumamente sensível ver que as aulas públicas só em 7 de março terminavam as suas férias, principiando estas em dezembro. Quando tanto há que aprender e tão pouco é o tempo em que se aprende, como entender essa redução da quarta parte do ano letivo, já tão diminuído por tantos dias santos e tantos feriados? O que farão os jovens alunos das aulas públicas nesses três meses de interrupção dos seus estudos regulares? Como conservarão ou adquirirão os hábitos de aplicação indispensáveis, se por espaço de três meses se lhes concede que se entreguem à vadiação?

A minha inspeção tôda accidental também pouca vantagem poderia dar. Há no Rio de Janeiro, atenta e desregrada applicação da liberdade de indústria ao ensino, uma infinidade de colégios e de escolas, de cuja existência nem é possível dar fé; multiplicam-se tais estabelecimentos por quase tôdas as ruas; quem quer que pode por quaisquer meios reunir meia dúzia de meninos, arvora-se em educador da mocidade, e daí tira um lucro que, embora insignificante, de sobejo compensa o seu trabalho. Casas dessa ordem são tantas que, se quisesse visitá-las, nunca poderia dar conta a V. Exa. da minha comissão, e até sem longas indagações e talvez sem o auxílio dos inspetores de quarteirão, nunca chegasse a ter uma lista exata delas.

Os estabelecimentos de alguma consideração e nomeada eram suficientes para ocupar-me; mas, Exmo. Sr., o que poderia ser uma inspeção minha em tais estabelecimentos, senão uma simples visita em horas de aula, um exame mui superficial, uma conversação com os diretores e professôres? E com isso poderia porventura achar-me habilitado para emitir um juízo sôbre o estado dêste ou daquele estabelecimento? Para o fazer com o zêlo e a consciência com que devo desempenhar as ordens do Govêrno Imperial, ser-me-ia necessário poder apresentar-me inesperada e reiteradamente no mesmo estabelecimento, em horas diversas, já pela manhã, para assistir aos primeiros cuidados do asseio, e aos exercícios religiosos dos alunos, já nas horas em que se agasalham, já na dos seus estudos, e enfim numa ou noutra aula; ora, sendo-me isso impossível, especialmente por ser tôda voluntária a sujeição dos diretores de tais estabelecimentos à minha inspeção, tive de contentar-me com uma vista geral, a fim de poder formar um juízo, não sôbre êste ou aquêle colégio, porém sôbre o todo da instrução pública. Vi em alguns estabelecimentos zêlo, devoção à mocidade, esforços, bons desejos, em luta com sérios obstáculos; vi também erros e irregularidades que me pareceram fáceis de arrear.

Ocupar-me-ei primeiramente com as aulas públicas, porquanto acêrca delas pouco tenho que dizer. Acham-se espalhadas pela cidade, ao alvitre do professor, em nenhuma correspondência com os seus colegas; de ninguém recebem direção

comum; as lições são de manhã ou à tarde, como ao professor parece mais cômodo: o tempo é curtíssimo para suas explicações, especialmente nas aulas de latim; porquanto obrigado o professor a admitir, em qualquer época do ano, os alunos de qualquer idade, de qualquer grau de adiantamento, vê-se obrigado a multiplicar classes e decúrias e a dividir entre elas seus cuidados e as poucas horas das suas lições.

Entretanto cumpre reconhecer que em geral os professores são hábeis e consagram aos que ensinam êsse santo amor que tão respeitável torna o magistério; mas reduzidos a ordenados insignificantes e até ridículos que nem lhes chegam para o aluguel de uma casa sofrível em que possam dar aula, como querer que não esmoreçam? Nada entre êles despertando a emulação, desmoralizados até por essa inspeção dos fiscais a que estão sujeitos, como não hão de seguir desgostosos a regra fradesca: — *Facere officium suum taliter qualiter?*

Reunir essas diversas aulas em um colégio de externato, regularizá-las, sujeitá-las a uma direção comum, e melhorar a sorte dêses dignos professores é uma medida indispensável, e cuja adoção já muito tem tardado.

Pelo modelo dêsse externato, que cumpriria aumentar com algumas outras cadeiras, poder-se-iam regularizar os colégios que a indústria particular quisesse estabelecer, já que pelo aparato dos seus estudos o não conseguiu o Colégio de Pedro II, fundado essencialmente com êsse fim.

O que, como Lente da Escola Militar, encarregado às vêzes dos seus exames preparatórios, tinha presenciado, o que tinha visto ou por fidedignas informações sabia de alguns colégios, tinham-me levado a condenar o geral dêses estabelecimentos de especulação: tanto quanto pelo meu exame pude ver, reconheci que não mereciam essa severa condenação; pois alguns estavam bem organizados e decididamente procuravam dar boa conta da educação e da instrução da mocidade. Se pois esta nem sempre aproveitava, cumpria atribuí-lo a obstáculos e inconvenientes que lhes frustravam todos os esforços.

Um estabelecimento dessa ordem exige consideráveis despesas, e se algum que consegue grande nomeada, chega com poderosas proteções a reunir número de alunos suficientes para

dar avultadíssimo lucro ao seu diretor, a maior parte, estorvando-se uns aos outros, repartindo entre si poucos alunos, nem tem meios de pagar a bons professôres que lhe consagram todo o seu tempo.

Esse inconveniente de tão tristes conseqüências ainda mais se agrava quando se reconhece que os pais dos alunos, iludidos por deplorável êrro, não pedem aos diretores de colégios que ensinem a seus filhos, mais simplesmente que os habilitem no menor prazo possível, e com o menor incômodo dêles pais e de seus filhos, para exames de preparatórios das nossas aulas superiores.

Sob essa condição os estudos acanham-se e perdem-se. Os alunos mal começam a habilitar-se, afluem para o Colégio Pedro II, onde ganhem, ao cabo de um ou dois anos, o diploma de Bacharel que os dispensa do receado exame de preparatórios, ou aproveitando a benignidade e empenho que nas escolas superiores da Côrte tanto facilitam os exames de preparatórios, fazem-se aqui aprovar, e vão concluir em São Paulo com o estudo de História, de Retórica e Filosofia como o entendem os examinadores dessa Cidade, as suas habilitações para o ingresso no curso jurídico, único fim que almejavam alcançar. Daí resulta, Exmo. Sr., que, se dotado de mais inteligência ou de maior amor ao trabalho, um ou outro aluno consegue realmente habilitar-se, a máxima parte fica em lamentável atraso, quando, o que naturalmente deve em muitos acontecer, à ignorância não acrescentam insuportável pedantismo.

O mal já é tão grave, Exmo. Sr., já tão universal é o reconhecimento dêle, que o Govêrno Imperial deve atender-lhe sólicito.

Tudo concorre para o estado em que nos achamos, os pais que dêle tanto se queixam ainda mais do que os colégios a que exclusivamente o querem atribuir.

Ou não há nos pais a convicção de que é útil o saber, ou entendem que, por fácilimo, o estudo pode conciliar-se com tôda a casta de divertimentos e caprichos.

Quem os convencesse de que, sabendo ler e escrever aos nove ou dez anos, o menino tem necessidade de empregar, até os dezesseis ou dezoito anos, um tempo, uma atividade de espí-

rito incalculáveis, e que se não forem bem regulados podem comprometer todo o seu porvir; quem lhes fizesse sentir que sua considerada ternura distraíndo seu filho com espetáculos, visitas, bailes, é-lhe mil vêzes mais funesta do que ser-lhe-ia o desamor do estranho, por mais ríspido e severo que seja, prestaria um grande serviço à educação da mocidade.

Mas não; os pais querem que seus filhos estudem, não para ficarem sabendo, mas para entrarem nos Cursos de Direito, nas Escolas de Medicina, nas Academias Militar, de Marinha, ou de Comércio. Saber para quê? basta que sejam aprovados. Embalde se lhes dirá que para *estudar êsses preparatórios* são indispensáveis oito anos, e da mais apurada aplicação; para quê? dirão êles; para que consumir tanto tempo? para que tanto Latim? Em quatro ou cinco anos pode meu filho ficar sabendo quanto lhe basta de Latim, de Francês, de Inglês, de Geografia, de História, de Retórica, de Filosofia.

E o diretor do colégio há de amoldar-se a essa exigência, pois se o não fizer, outros aí estarão prontos para fazê-lo, e êsses, ainda mais abundando nas idéias dos estudos fáceis e a vapor, dirão que nesse curto período, além dêsses preparatórios, ensinaram Grego, Alemão, História Natural, Química, Física, Matemática, não só elementares, senão também especiais, e ainda em cima Dança, Música, Desenho, o que sabia e o que não sabia o afamado Pico de Mirandola.

Embalde se diz aos pais que o ano letivo tem poucas lições, que cumpre aproveitá-las tôdas, que a menor alteração à regularidade do estudo é de irreparável dano, embalde se lhes diz que um dia de saída, uma noite de espetáculo, uma reunião que se prolonga pela noite a dentro não é só para o menino a perda de um dia; é ainda mais o cansaço do corpo e a distração do espírito que o impedem de aproveitar os dias seguintes. "Ora, o pobre menino há de viver sempre amofinado com lições, não há de ter seu quinhão nos divertimentos de sua família! É muito exigir!" É se o professor zeloso insistir, não faltam para supri-lo outros que se prestem às mais indiscretas vontades.

De tantos colégios que existem, e de não haver para o comum dos pais motivos mui positivos de preferência, resulta

que pelo mais fútil pretexto, v. g., por haver mais perto de casa outro colégio, por andar em um colégio o filho de um amigo ou de parente, por qualquer desgosto com o diretor ou com algum professor, os pais tiram seus filhos de um e os levam para outro colégio, e não refletem no considerável atraso que com essas mudanças causam a seus filhos, obrigados a romperem com todos os seus hábitos e suas afeições colegiais, para irem, a par de caras novas, achar novos métodos de ensino.

Com êsses obstáculos lutam todos os diretores de colégios, os melhores e mais conceituados como os que gozam de menos consideração, e todos êles sentem a necessidade de uma Lei, dê um Regulamento que os auxilie, e ansiosos esperam que chegue o dia em que o Govêrno Imperial possa atender-lhes.

Apresentarei agora a V. Excia. algumas observações mais particulares acêrca de defeitos inerentes aos próprios colégios. Nenhum dêles é simples internato ou simples externato; todos admitem internos (alunos residentes no colégio), meio-pensionistas (alunos que vão para o colégio de manhã, à hora das aulas e retiram-se à tarde depois da última aula) e externos (que assistem unicamente às aulas). Fácilmente se compreende que essa confusão, essa promiscuidade é sumamente nociva. Não há internato regular, se o contato com os externos facilita aos internos meios de infringir a disciplina colegial. Por outro lado, devem as lições regular-se pela distribuição das horas de estudo dos internos, e o externo que perde um tempo considerável as não poderá acompanhar, ou, para que as acompanhe, serão elas mais pequenas, e o interno perderá um tempo que cumpre aproveitar.

Se há uma ou outra escola que exclusivamente se destine ao ensino primário, não há um só estabelecimento de instrução secundária a que não esteja anexa uma escola primária. Se isso oferece a vantagem de inspirar ao aluno o amor à casa em que recebe tôda a sua educação e de habilitar os chefes dela para desde logo conhecerem a índole e as aptidões dos alunos, acho compensada essa vantagem pelo inconveniente de ficarem subordinados ao mesmo regímen, às mesmas horas de trabalho, crianças que ainda carecem de todos os cuidados maternos, e cuja inteligência pouco alcança e logo se fatiga, e meninos de

outro adiantamento físico e intelectual, aptos para mais prolongados estudos. A instrução primária é tão delicada e meritoria que um diretor de um estabelecimento a ela consagrado não poderá facilmente distrair-se com outros misteres.

Não vi diretor algum de colégio que não fôsse ao mesmo tempo professor de uma ou mais aulas superiores do seu estabelecimento. É mais um triste resultado da multiplicidade de colégios e dos seus diminutos lucros; pois de certo, se pudessem ter maior número de professôres, compreenderiam os diretores que, ainda postos de lado os cuidados exigidos pela economia e administração da casa, de sobejo têm êles que fazer em assistir e inspecionar as aulas, em substituir os seus professôres, quando queiram melhor verificar o progresso dos alunos, etc. Esse inconveniente não é todavia tão grave que deva forçosamente ser evitado, e recaindo sòmente sôbre o diretor, veja êste como conseguirá evitá-lo, ou como se lhe há de sujeitar.

A vigilância sôbre os alunos, quer nas horas de silêncio e de estudos, quer nas de recreio, essa permanente inspeção a que devem estar sujeitos pesa, em todos os nossos colégios, sôbre o diretor, ajudado em alguns dêles por professôres residentes no estabelecimento. Já se vê que com tôda a boa vontade e todo o zêlo da parte dêles, não pode ela ser tão efetiva e tão constante como cumpriria. Entretanto a dificuldade de achar pessoas aptas para o encargo de inspetores internos ou de mestres de estudo, faz com que não lastime muito ver-lhes substituídos os professôres e o diretor, se a poder de devoção à mocidade conseguirem vencer mais êsse pesadíssimo encargo.

Em alguns colégios há alunos a quem entrega o diretor parte dessa vigilância. Nos hábitos da vida colegial e no nobre sentimento de igualdade que deve ela inspirar, não acho louvável essa lembrança. Além de que, se perde o sentimento de fraternidade e de afeição que o deve ligar aos seus condiscípulos, o aluno-vigia perde também para seu estudo o tempo que dá à vigilância.

Na maior parte dos colégios dormem os alunos em salas grandes, arejadas e limpas; acham-se repartidos por essas segundo as suas idades, e não me parece que houvesse falta de vigilância. Só em um colégio vi, em vez dêsses dormitórios,

quartos especiais para um ou dois alunos. Não me pareceu isso preferível, pela maior dificuldade, se não impossibilidade absoluta, da vigilância e inspeção.

O que mais custa a organizar em um colégio é o serviço doméstico; deve êle ser feito sem a menor ingerência dos alunos, sem a menor relação entre êles e os serventes. Com os nosso escravos, com a dificuldade de haver bons criados, talvez seja impossível organizar satisfatoriamente esta parte ao regímen colegial. Vi porém que os diretores dos bons colégios compreendem a sua importância, e procuram desveladamente evitar ou pelo menos diminuir a intensidade do mal.

O regímen interno dos colégios é em quase todos êles o mesmo; o maior ou menor cuidado no asseio, na escolha dos alimentos, a maior ou menor brandura ou severidade nos castigos, o maior ou menor desenvolvimento das práticas religiosas poderão estabelecer diferenças que não podem ser apreciadas em uma rápida visita de inspeção.

Quanto aos métodos e livros de ensino, se não há perfeita identidade, também não há diferenças capitais entre êles. Na falta de livros elementares aprovados e impostos por quem tenha direito de impor e de aprovar, são geralmente adotados os livros antigos, notando-se em alguns colégios progressos: a adoção dos livros da Universidade de França, cujo texto é mais acurado, cuja escolha é melhor regulada pela gradação das dificuldades. Nas aulas, porém, de Retórica e de Filosofia outro tanto não acontece: Quintiliano e Genuense estão destronados (êste último com justiça); não há porém uniformidade nos que lhes são substituídos, seguindo-se geralmente em cada colégio, a par das preleções dos professôres, postilas ou cadernetas.

Também me pareceu que, em dano do estudo principal, base indispensável da educação literária, o Latim, são excusadamente desenvolvidos os estudos matemáticos e científicos, que aliás pouco aproveitam aos alunos que os não compreendem e os repelem vencidos pela sua aridez. Além de que, não estando bem discriminados nos diversos colégios os estudos que melhor devem aproveitar ao futuro dos seus alunos, são os pais, que não o diretor, que escolhem o que nêles devem os

alunos estudar. Bom seria que os colégios se dividissem, e fôsem uns literários, outros comerciais, outros industriais, porém todos regularmente montados e com os estudos apropriados no suficiente grau de desenvolvimento; os pais entre êles escolheriam segundo a profissão a que destinam seus filhos, porém tendo a certeza de que estudariam êles tudo quanto lhes poderá ser necessário.

Aflige-me não ver em todos os colégios sinais de confiança e de amenidade nas relações do professor ou do diretor e dos alunos. Se refletissem êles que sua missão é tôda paternal, saberiam inspirar aos seus alunos êsses sentimentos tão preciosos para suavizar-lhes a aridez do estudo, e compensar-lhes a ausência da família. Essa censura, porém, não é geral, muitos a não merecem, e algum até poderia ser honrosamente citado: colégio vimos em que os alunos, aliás no meio da aula, aplicados a suas lições, respiravam um ar de contentamento que, depondo dos sentimentos paternais do chefe do estabelecimento, deixava ver todo o proveito que da lição iam tirando.

Se no comêço desta exposição tive o desprazer de declarar que me era impossível apresentar o número dos estabelecimentos de instrução nesta cidade existentes, estou em igual impossibilidade para fixar o número de meninos que os freqüentam; só me parece poder afirmar que os melhores colégios não chegam a reunir 200 alunos, não excedendo de 60 o número de internos nos de mais sólida reputação. Nem é devida a exigüidade dêsses números a ser elevada a pensão que exigem; de certo ninguém dirá que é exagerada em cidade de tanta carestia, como o Rio de Janeiro, a pensão de 30\$ ou 40\$ geralmente adotada.

Em honra dêsses colégios devo aqui declarar que raro é o que não tem, quer externos, quer internos, meninos pobres que assim gratuitamente aproveitem os benefícios de uma educação e de uma instrução literária.

Foi-me doloroso ver que, ainda mesmo nos melhores colégios, o estudo das línguas estrangeiras (francesa e inglêsa) merecia mais cuidado do que o da língua e da literatura nacional. Em alguns ostenta-se como grande vantagem o falarem francês e inglês os alunos, posposta a língua nacional, que, em vez de

purificar-se e enriquecer-se, ela, primogênita da latina, vai-se adulterando esquecida, desdenhada.

Também me affligiu ver geralmente adotado o êrro dos que pensam que se deve confiar mais à reflexão e ao raciocínio do menino do que à sua memória o que se lhe quer ensinar. A memória é faculdade que, nos nossos colégios pouco ou nenhum exercício tendo, oblitera-se, em vez de desenvolver-se, em dano presente e futuro dos alunos. Poucas lições são decoradas, a não serem as da indigesta e ridícula gramática do Padre Antônio Pereira, quando aliás tão belos trechos dos nossos poetas e prosadores, dos latinos e franceses poderiam enriquecer a memória do aluno, firmando ao mesmo tempo as regras da gramática, de prosódia e da eloquência.

Devo informar a V. Exa. acêrca da nacionalidade dos diretores de colégio. Em geral são êles estrangeiros; poucos são brasileiros; alguns franceses, e quase todos portuguezês; são igualmente portuguezês quase todos os professôres. Parece-me isso de suma gravidade.

Um dos cardiais objetos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento das suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e literários, a nobre aspiração torná-la mais bela e mais gloriosa. Esse sentimento de religiosa piedade para com a nossa mãe comum não se ensina com preleções catedráticas, comunica-se porém nas mil ocasiões que oportunas se apresentam no correr da vida e das lições colegiais... mas para comunicá-lo, é necessário tê-lo.

Aqui poderia concluir; permita porém V. Exa. que complete estas considerações apresentando e justificando algumas idéias que me ocorrem acêrca da organização que cumpre dar ao ensino; poderia talvez me dispensar de o fazer oferecendo o bem pensado regulamento ao Exmo. Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro, em que tôdas as idéias úteis se acham consignadas; na Côrte porém parece-me que se abre mais amplo espaço, e devem adotar-se medidas de mais alcance.

Julgo indispensável a criação de um inspetor geral das aulas públicas e particulares do Rio de Janeiro.

Da vigilância dêsse inspetor só eximiria o Colégio Pedro II que é um estabelecimento especial; subordinar-lhe-ia o diretor das escolas públicas modificando o Regulamento de suas atribuições.

O diretor deveria ser um lente ou professor jubilado, ou por qualquer motivo desocupado do professorado, nunca pessoa estranha ao ensino. Assim, a par do seu ordenado de lente, uma gratificação seria suficiente remuneração do seu trabalho.

Estabeleceria um colégio de externos sob a invocação do Augusto Avô de S. M. I. Dar-lhe-ia um reitor e um censor de estudos; nêle reuniria as cadeiras públicas de Filosofia, Retórica, Grego, Inglês, Francês e as três de Latim ora existentes.

Acrecentar-lhes-ia outra de Latim, uma de História e Geografia, e uma de Matemática elementares.

Distribuiria o estudo de modo que se harmonizassem as aulas, e pudesse um aluno cursá-las em seis anos, ou em oito, se quisesse repetir alguma das superiores.

O estudo de Latim compreenderia quatro aulas, duas de gramática e duas de alta latinidade; nos dois anos de gramática os alunos freqüentariam ao mesmo tempo as aulas de Francês e de Inglês; nos dois de latinidade começariam Grego e História, continuando-os no ano de estudo de Retórica e no de Filosofia; nesses anos também haveria o estudo das Matemáticas.

Não abriria a matrícula senão de 15 de janeiro (fim das férias) até 30 e, depois, na semana das férias do Espírito Santo.

Não admitiria no 1.^o ano senão meninos de 9 a 12 anos; no segundo, senão até 13 anos, e assim por diante.

Esse externato serviria de modelo aos colégios particulares, e os fortificaria nas suas relações com os pais dos alunos.

Estaria debaixo da direção do seu reitor, e da permanente inspeção dêle, do seu censor de estudos, e do inspetor geral.

Os professôres seriam nomeados sôbre exames escritos, em concurso aberto entre os professôres dos estabelecimentos particulares.

É este o meio de ter professôres de merecimento e de experiência, e de dar ao mesmo tempo uma recompensa, prometer um futuro aos que se dedicam ao triste lidar do magistério.

Determinaria que ninguém pudesse dirigir qualquer estabelecimento de educação sem prévia licença do inspetor.

Esta licença não seria dada sem que apresentasse diploma de capacidade e prova de moralidade, e declaração do sistema, doutrinas, livros de ensino, dos nomes dos professôres, inspetores ou mestres de estudo que admitisse.

Exigiria que, sendo estrangeiro o diretor, fôsse pelo menos metade dêsse pessoal composto de brasileiros, e sendo brasileiro o diretor, pelo menos um têrço.

Exigiria prova de moralidade de quantos tivessem de exercer autoridade sôbre o aluno.

A prova de moralidade seria o documento por onde constasse nunca ter sofrido acusação infamante, e a certidão do vigário, do inspetor do quarteirão ou dos pais de família da sua vizinhança de que se porta como cidadão pacífico. Esse diploma poderia ser cassado dando-se alguma circunstância que inibiria a sua concessão.

Exigiria diploma de capacidade de quantos tivessem de ensinar alguma das matérias do programa do externato. Esse diploma seria dado depois do exame, perante o inspetor geral, o reitor e o censor de estudos do externato D. João VI.

Por todos êsses diplomas e licenças pagar-se-ia um módico direito para fundo especial universitário.

O diretor que no seu requerimento de licença desse informações inexatas, ou que posteriormente alterasse no essencial os seus métodos ou sistemas, ou mudasse de professôres sem prévia comunicação ao inspetor geral, incorreria em uma multa para o cofre universitário; essa multa seria mais elevada, se o nôvo professor que admitisse não tivesse os diplomas necessários. Nas reincidências poder-lhe-ia ser cassada a licença.

O diretor do colégio que quisesse ensinar doutrinas não compreendidas no programa do externato, poderia fazê-lo, sob condição única de ter o professor de que lançasse mão dado a prova de moralidade.

No fim do ano todos os alunos dados por prontos em quaisquer estabelecimentos de instrução secundária nas matérias do ensino do externato (inclusive os de Pedro II) apresentar-se-iam em concurso geral.

Constaria êsse concurso, de tantas provas escritas, feitas em tantos dias sucessivos, quantas são as matérias do ensino do externato. Rodearia êsses concursos de tôdas as seguranças contra a injustiça e o patronato, o que é facilimo admitindo a prática dos colégios franceses.

Os cinco alunos que melhores provas de si dessem nesses trabalhos, teriam em prêmio a admissão gratuita nas nossas Academias e uma coleção dos compêndios adotados na que quisesse freqüentar.

O aluno porém que tivesse mais de dezoito anos não poderia ser premiado.

Se todos os premiados pertencessem ao mesmo estabelecimento, daria ao seu diretor uma condecoração.

E igualmente a daria aos diretores que em três anos consecutivos apresentassem alunos premiados.

Em França, a legião d'honra é *ipso facto* conferida ao lente de Retórica e ao de Filosofia, cujos alunos em três anos consecutivos alcançam no concurso geral da Sorbona o *prêmio de honra*.

Essas provas de concurso substituiriam o exame de bacharelato: todos os que por elas fôsem aprovados receberiam o diploma de bacharel.

Tais são, Exmo. Sr., as observações que em desempenho das ordens de V. Exa. pude reunir, e apresento-as a V. Exa., confiado unicamente na sua indulgente benignidade.

Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1851 — *Justiniano José da Rocha* (*).

(*) Relatório do Ministério do Império, 1849-53, págs. 1 a 12.

Nota IV

É a seguinte a carta aberta de Justiniano José da Rocha, em discordância com o Visconde de Paraná, publicada, sem assinatura, no número de 3 de novembro de 1854 d'*O Velho Brasil*:

“Ilmo. e Exmo. Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde de Paraná. — Consinta V. Excia. que o antigo jornalista vinculado a V. Excia., por tão diuturnas simpatias, por tão respeitosa quão leal adesão, na próspera como na adversa fortuna, hoje que V. Excia. ocupa a posição de Presidente do Conselho, e assim é, perante o País, responsável pelo pensamento político que o Govêrno vem desenvolvendo, lhe dirija algumas palavras que justifiquem e expliquem o seu procedimento.

Desde que, sem ter adesões pessoais, e até sem o menor conhecimento dos homens de então, veio êle envolver-se voluntariamente nas lutas políticas de 1836, achou-se nas fileiras de que era V. Excia. um dos mais brilhantes chefes.

A confraternidade de opiniões, a identidade de pensamento que ligara o inglório e jovem recruta do jornalismo ao hábil e distinto chefe do Parlamento, quando combatiam contra os princípios desorganizadores, tem até agora persistido sem quebra nem o menor resfriamento.

O jornalista, embora com V. Excia. tivesse fraquíssimas relações pessoais, dominado sempre pela alta razão, pela eloquente dialética, pelo infatigável zêlo de V. Excia., acostumou-se a colocar o nome de V. Excia. no mais elevado ponto da sua admiração. Ao mesmo tempo sempre reconheceu que a grande, a principal fôrça do partido a que pertencia, fôrça que lhe afiançara o futuro, e que assim constituía a melhor garantia da prosperidade da pátria, era, a par da identidade de vistas e de

opiniões políticas, essa intimidade, essa afeição pessoal que prendia em um só feixe, com V. Excia., os Paulinos, e os Tórres, e os Vasconcelos, e os Clementes Pereiras, e os Eusébios e os Araújo Vianas, e os Mont'Alegres, e os Olindas, e os Abrantes, e tantos outros que por amor da brevidade não vão mencionados. Vendo-os sempre ligados, viu nêles a alta razão coletiva do Partido, e ufanou-se de poder aplaudi-la, auxiliá-la com essa devoção de quem tudo sacrifica pela verdade, quando com a verdade vem unido o bem da pátria. Sempre pois confundiu, no seu culto às idéias, no seu respeito à razão do Partido, uma admiração *quase idólatra* pelos homens que representavam essa razão.

- Consinta-lhe V. Excia. a imodéstia de pensar que êsses sentimentos do jornalista, cuja pena desde 1836 nunca faltou nas ocasiões mais árduas, contribufra para essa fôrça, para essa simultaneidade do Partido Conservador, a que se deve a salvação das instituições, tantas vêzes atacadas pelo espírito revolucionário, quantas comprometidas pelas falsas doutrinas do irrefletido liberalismo.

O Partido tinha idéias, e tinha homens que simbolizavam essas idéias, homens que eram a encarnação dêle, e em quem descansava, a quem se entregava cegamente. Entre êsses homens V. Excia. ocupava a primeira linha... e nem V. Excia. mesmo pode avaliar, sem embargo de tantas quantas provas tem tido, qual era a fôrça da adesão do Partido a V. Excia., qual o grau de confiança que lhe inspiravam a sua alta inteligência, a sua constante dedicação.

Permita V. Excia. que faça aqui sobressair tôda a importância de uma dessas provas. Um dia V. Excia. apresentou ao Partido, para que o Partido o elegesse, um homem a quem o Partido não negava talento, pois disso tinha êle dado provas, mas que da bondade de suas idéias políticas nem uma prova tinha dado, antes pelo contrário, jornalista, Deputado, Administrador interino da província, sempre se distinguira, primara sempre entre os mais infensos adversários dos homens, das doutrinas do Partido. Nem uma palavra *pública* havia da renúncia desse candidato ao seu passado, da sua nova confraternidade política: V. Excia. porém o apresentara; o Partido o aceitou; pois

isso bastava para convencê-lo de que era êle merecedor dos seus votos; aceitou-o, votou nêle, até preferindo-o a outros candidatos que de si mesmos haviam dado as mais sólidas garantias. Assim, pois, V. Excia. obteve a realização do ato mais solene de conciliação, dando o Partido arras dela, e não as dando aquêle a quem acolhia, senão as de ser recomendado por V. Excia.

Correram os tempos; V. Excia. organizou um Ministério: os nomes dos colegas por V. Excia. escolhidos envolviam a mais solene proclamação do princípio que as palavras de V. Excia. logo após o confirmaram. O Partido achou razão em V. Excia., reconheceu que era absurdo e antipatriótico querer fomentar posições extintas, erguer entre o merecimento e o serviço público uma barreira de ódios e de ressentimentos sem motivo: a conciliação, que estava em tôdas as vontades e da qual já tantos e tão solenes atos haviam sido praticados, a conciliação foi aceita e aplaudida.

O Partido não entendeu porém, e de certo nisso ia de acôrdo com V. Excia., que o esquecimento do passado era uma renúncia ao passado, que aceitando os homens úteis, transviados outrora pela alucinação política, devia depor as suas crenças, e entregar, desamparado, aos ataques dos inimigos eternos das instituições o campo que, com tanta glória para V. Excia., havia êle conquistado.

Não pretende o jornalista acompanhar os diversos acidentes da vida do nôvo Ministério; marca sòmente o seu ponto de partida, para chegar ao ponto em que agora se acha.

Tem-se caminhado, e muito; e permita V. Excia. que lhe perguntemos: haverá ainda entre V. Excia. e todos aquêles chefes políticos, com quem desde 1836, desde antes talvez, nesses dezoito anos de vida comum, de esforços, de aspirações, de glórias comuns, todos o vimos tão identificado, a mesma íntima solidariedade de outrora? E se foi ela destruída, quem a destruiu? Onde a causa de uma desgraça que enfraquece e enerva a ação do Partido? Essa calamidade é hoje em dia insignificante; não há luta com princípio algum; mas se algum dia alguma luta aparecer, como já tantas têm aparecido, essa calamidade será tão insignificante, como pode parecer?

A conciliação tem caminhado; terá porém sido sempre contida nos limites do prudente patriotismo, e não há receio de que se transvie em algum excesso que a vá levando às raízes da reação?

E ainda, Sr. Visconde, não é a conciliação, por mais exagerada que possa ser, — ainda quando, por amor dela, chegue a ser *ótima* recomendação ter sido adversário do Partido, *boa* recomendação ter-lhe sido sempre indiferente, e *péssima* recomendação ter-lhe sempre aderido, ter a bem dêle trabalhado com dedicação e energia, — ainda assim não é essa conciliação o que mais sérios receios pode inspirar: êsse espírito de inovação regulamentadora, êsse prurido de providências úteis, êsse descosido administrativo que por tôda parte se enxerga, podem ser fatais.

Nesse estado de apreensões e receios do futuro, e de desgosto do presente, o jornalista faz como todos os homens do Partido: olha para V. Excia., para V. Excia. o Presidente do Conselho, e pergunta: Erramos nós, ou erra quem durante tantos anos tem estado à nossa frente, fazendo-nos reconhecer a sua ilustrada dedicação?

A fôrça do nosso Partido, Sr. Visconde, do Partido de que V. Excia. foi, é, e *há de ser sempre* um dos chefes mais distintos, está na sua inteira e nunca desmentida confiança em seus chefes, está igualmente na sua disciplina. Deus não permite que o jornalista, que tudo tem feito a bem dessa confiança, a bem dessa disciplina, vá agora indiscretamente abalá-la! Por mais que lhe brade a sua razão que vamos errados, que ao cabo do caminho, pelo qual vamos levados, está o precipício; a nada atenderá, de si desconfiará, — tal é a fôrça da velha confiança, que em V. Excia. tem —, se V. Excia. refletidamente verificar para onde vamos, o ponto a que se quer chegar, se disser enfim que responde pela direção e pelo resultado.

A posição de V. Excia. na presidência do Gabinete deveria dispensar essas perguntas; há porém quem, vendo a marcha que as cousas levam, e lembrando-se das declamações com que no Parlamento procuraram os inimigos de V. Excia. intrigá-lo e indispô-lo com os seus colegas, assevere que V. Excia., para não ser reputado *dominador* abstém-se até da justa preponde-

rância que deve exercer, e abandonou a cada um dos seus colegas, com a direção absoluta, a responsabilidade absoluta dos negócios da sua repartição.

Por isso pois, Sr. Visconde, o Partido que tanto confiou e confia em V. Excia., o jornalista que confiou e confia em V. Excia. lhe dirigem estas perguntas. Certo, o jornalista nada pretende fazer que possa fomentar um divórcio entre V. Excia. e a mínima fração do Partido; e por isso, para evitar êsse divórcio, cumpre que possa tranqüilizá-lo nos seus receios, e para isso é-lhe indispensável obter de V. Excia. palavras inspiradoras de confiança. Diga-nos V. Excia. — vamos bem! ali está o pôrto! — e conte que quem não tiver fôrça para ajudar a manobra, por certo não lhe porá dificuldades.

Perdoe V. Excia. a ousadia do jornalista que, por meio da imprensa, lhe dirige uma carta de que V. Excia. terá conhecimento ao mesmo tempo que o público. Quaisquer que sejam os motivos especiais que lhe ditaram êsse procedimento, não foi por certo menor respeito e irreverência."

Bibliografia

de Justiniano José da Rocha

- CONSIDERAÇÕES** sobre a administração da justiça criminal do Brasil e especialmente sobre o júri, onde se mostram os defeitos radicais desta tão gabada instituição, com um apêndice contendo a análise do processo de La-Rocire, acusado de estupro e tentativa de assassinato, julgado nos tribunais de Assises de Paris, em 1835. — Tip. Imperial e Constitucional de Seignot, Plancher & C., do *Jornal do Commercio*. 1835.
- COMPÊNDO DE GEOGRAFIA ELEMENTAR**, oferecido ao Governo de S.M.I. e por êle accito para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II. — Rio de Janeiro. Tip. Nacional. 1838. Segunda edição, completamente refundida, aumentada e emendada. Tip. d'O *Brasil* de J. J. da Rocha. 1850.
- OS ASSASSINOS MISTERIOSOS OU A PAIXÃO DOS DIAMANTES**; novela histórica. — Rio de Janeiro. Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1839.
- A ROSA AMARELA**; novela de Charles Bernard (traduzida). — Rio de Janeiro. Tip. Imperial e Constitucional, de J. Villeneuve & C. 1839.
- AS ARMAS E AS LETRAS**; novela de Alexandre de Lavergne (traduzida) — Rio de Janeiro. Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. 1840.
- A PELE DO LEÃO**; novela de Charles Bernard (traduzida). — Rio de Janeiro. Tip. Imperial e Constitucional, de J. Villeneuve. 1842.
- O CONDE DE MONTE CRISTO**, de Alexandre Dumas. Rio de Janeiro. 1845. Tip. Imperial e Constitucional. 10 tomos (traduzido e publicado primeiro em folhetim do *Jornal do Commercio*).
- PIQUILLO ALLIAGA, OU OS MOUROS NO REINADO DE FELIPE III**, por Eugène Scribe (traduzido). Rio de Janeiro. Tip. de Bindot. 1847.
- BIOGRAFIA DE MANOEL JACINTHO NOGUEIRA DA GAMA**, Marquês de Baependi, Conselheiro d'Estado, senador, etc. Rio de Janeiro. Tip. Universal de Laemmert. 1851.
- O JUDEU ERRANTE**, de Eugène Sue (traduzido).

- A QUESTÃO DO DINHEIRO, peça de Dumas Filho (traduzida e representada no Rio). 1858.
- HISTÓRIA ANTIGA, de Poisson e Cayx (traduzida). Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1840.
- HISTÓRIA ROMANA, de Rezoir e Dumont (traduzida). Rio de Janeiro. Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1840.
- COLEÇÃO DE FÁBULAS, IMITADAS DE ESOPHO E DE LA FONTAINE; dedicadas a S. M. o Imperador D. Pedro II. Rio de Janeiro. Tip. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães. 1852. Segunda edição adotada para leitura das escolas primárias do município neutro. Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1856.
- AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO — Duas palavras acêrca da actualidade política do Brasil. Rio de Janeiro. Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. 1855.
- COMPÊNDIO DE HISTÓRIA UNIVERSAL — Tomo I: História Antiga — Tip. d'O *Regenerador*, de Justiniano José da Rocha. Rio de Janeiro. 1860.
- A SORTE GRANDE — novela escrita em alemão pela Sra. Fanny Lewald; traduzida para o francês e do francês para o português. Publicada em folhetins da *Marmota*.
- MONARQUIA-DEMOCRACIA — Rio de Janeiro. Tip. de F. de Paula Brito. 1860.

*

No *Dicionário Bibliográfico Português*, Inocêncio informa que Justiniano José da Rocha tinha inéditos os seguintes trabalhos:

O PÁRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA — novela em quatro tomos.

DISSERTAÇÃO CONTRA O REGÍMEN PENITENCIÁRIO APLICADO NO BRASIL, E AOS POVOS MERIDIONAIS.

ENSAIO CRÍTICO SÔBRE O MODO POR QUE SE DEVE DESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL.

HISTÓRIA PARLAMENTAR E POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL.

Justiniano foi também redator do *Jornal do Commercio*, de 1839 a 1840, continuando depois como colaborador até morrer. Traduziu vários romances publicados em folhetim naquele órgão.

Obras consultadas

- Três panfletários do segundo reinado*, de R. MAGALHÃES JÚNIOR.
- Um jornalista do Império*, de Néelson Lage MASCARENHAS.
- Um Estadista do Império*, de Joaquim NABUCO.
- Efemérides*, do Barão do RIO BRANCO.
- Biografias*, do Barão do RIO BRANCO.
- Memória sobre o Centenário do Colégio Pedro II*, de Escagnolle DÓRIA.
- História do Brasil*, de Pedro CALMON.
- Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da SILVA.
- Dicionário Popular*, de Pinheiro CHAGAS.
- Livro do I Centenário do Jornal do Commercio*.
- Jornal do Commercio* (Edição comemorativa do I centenário da Independência do Brasil).
- História dos Fundadores do Império do Brasil*, de Otávio Tarquínio de SOUSA.
- História da Literatura Brasileira*, de Sílvio ROMERO.
- A Literatura no Brasil*, de Afrânio COUTINHO.
- Nova prática elementar da Homeopatia*, de J. A. de Mello MORAIS.
- A vida do Visconde do Uruguai*, de José Antônio Soares de SOUSA.
- Anais do Museu Imperial*. Petrópolis: Vol. XVIII. 1956.
- Biografia do Jornalismo Carioca*, de Gondim da FONSECA.
- A Academia de São Paulo*, de J. L. Almeida NOGUEIRA.
- Justiniano José da Rocha*, de Hélio VIANA. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Machado de Assis*, Estudo Crítico e Biografia, de Lúcia Miguel PEREIRA.
- Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. — de Justiniano José da ROCHA.
- O Marquês de Paraná*. Traços biográficos. José de ALENCAR. Rio de Janeiro. Tip. do Diário. 1856.
- O Marquês do Paraná e a conciliação*. José Wanderley de Araújo PINHO. Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 236. pág. 347.
- Coleção do *Jornal do Commercio*, do *Diário Mercantil* e dos jornais fundados por Justiniano.



Jornais fundados por
Justiniano José da Rocha

<i>O Atlante</i>	1836
<i>O Cronista</i>	1836
<i>O Brasil</i>	1840
<i>Correio do Brasil</i>	1852
<i>O Velho Brasil</i>	1853
<i>O Constitucional</i>	1859
<i>O Regenerador</i>	1860

Índice onomástico

A

- ABAETÉ (Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de), 25, 29, 37.
ABRANTES (Marquês de), 35, 87, 132.
AFONSO MIGUEL, 42.
ALCIBÍADES, 56.
ALENCAR (José de), 64, 65, 66, 139.
ALMEIDA (Tito Franco de), 6.
ALVES (Maria José), 8.
ALVES (dr. Tomás), 7, 90, 91.
AGUIAR (Antônio Augusto da Costa), 26.
ANDRADA (Antônio Carlos Ribeiro de), 19, 20.
ANDRADE (Luís Antônio Navatto de), 23.
ANÍBAL, 56.
ARISTIDES, 20.
ARRABIDA (Frei Antônio de), 51.
ARVELLOS (Januário da Silva), 51.
ASDRÚBAL, 56.
ASSIS (Machado de), 59

B

- BAEPENDI (Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Visconde e Marquês de), 5, 60, 137.
BARBOSA (Rui), 13, 49.
BASTOS (Tavares), 33.
BERNARD (Charles), 60, 137.

- BOCAIÚVA (Quintino), 13.
BONFIM (Barão de), 39.
BOM RETIRO (Luís Pedreira do Couto Ferraz, Barão e Visconde do), 27, 48, 54.
BOULANGER (Luís Aleixo), 10.
BRANCO (Manuel Alves), 78, 85.
BRITO (Paula), 22.

C

- CABRAL (Costa), 27.
CABRAL (Inácio Mascarenhas de Oliveira), 60.
CALMON (Pedro), 6, 139.
CAIRU (2.º Barão de), 52.
CARLOS X, 86.
CASTILHOS, 54.
CAVALCANTI (Holanda), 65.
CAXIAS, 31, 35, 60, 69.
CÊRRO LARGO (General José de Abreu, Barão do), 5.
CHAGAS, (Pinheiro), 139.
CÍMON, 56.
CIPÃO (Cornélio), 56.
CLÁUDIO (Lívio), 56.
CLEMENTE PEREIRA (José), 80, 109, 132.
COMTE (Augusto), 72.
CONSTANTINO, 56.
COSTA (Hipólito José da), 13.
COUTINHO (Afrânio), 59, 139.
COUTINHO (Aureliano), 42, 76.
COUTINHO (Saturnino), 78.
CUNHA (Euclides da), 63.

D

- DÓRIA (Escragnolle), 139.
 DUMAS (Alexandre), 59, 137.
 DUMAS FILHO (Alexandre), 60,
 138.

E

- EPIMÊNIDES, 56.
 ERNOUF (Barão de), 34.

F

- FALCÃO (Antônio Miranda), 33.
 FEIJÓ (Antônio), 16, 30.
 FERREIRA (Almirante Pedro), 42.
 FONSECA (Gondim da), 139.
 FONSECA (coadjutor José Simões
 da), 8.

G

- GAMA (Visconde de Nogueira
 da), 7.
 GAVILÃO (dr. Bernardo), 86.
 GIRARDIN (Emile), 91.
 GONÇALVES DIAS, 53.
 GONZAGA (dr. Antônio José Coe-
 lho), 8.
 GUANABARA (Alcindo), 6.
 GUILHERME IV, 55.

H

- HAIYOU (Amar), 56.
 HERMETO (Honório), Ver Paraná.
 HESSE (Conrado Maurício), 8.
 HOMEM, (Sales Tórtres), 10, 16,
 24, 52, 59, 72, 80, 132.
 HUGO (Victor), 34, 59.

I

- INÁCIO (Joaquim José), 31.
 ISABEL (Princesa D.), 30.
 IVO (Pedro), 42.

J

- JANUÁRIA (Princesa D.), 15, 104.
 JOINVILLE (Príncipe de), 40.
 JORDÃO (Polidoro da Fonseca
 Quintanilha), 91.
 JORGE (Pereira), 41.

L

- LAVERGNE (Alexandre de), 60, 137.
 LÊDO (Gonçalves), 13.
 LEWALD (Fanny), 60, 138.
 LIBERATA (Ana), 7.
 LIMA (Araújo), Ver Olinda (Mar-
 quês de).
 LIMA (dr. José Tomás de), 88.
 LOBATO (Francisco de Paula de
 Negreiros Saião, depois Visconde
 de Niterói), 31, 43, 48, 108, 110.
 LÔBO (Aristides da Silveira), 31.
 LOCKE, 55
 LUÍS XI, 55.
 LUÍS XIV, 40, 55.
 LUCENA (Caetana Alberta de), 8.
 LISANDRO, 56.

M

- MACEDO (Joaquim Manuel de), 6,
 21, 34, 39.
 MACEDO (Sérgio Teixeira de), 60.
 MACHADO (Álvares), 68.
 MACHADO (Antônio Fernandes), 8.
 MAGALHÃES (Domingos José Gon-
 çalves de), 51, 59.
 MAGALHÃES JÚNIOR (Raimundo),
 6, 7, 139.
 MAIA (Emílio Joaquim da Silva),
 51.
 MANUEL (Dom), 72.
 MARCO AURÉLIO, 2.
 MARIA II, 9.
 MARINHO (padre José Antônio),
 69.

- MASCARENHAS (Nélson Lage), 6, 39, 139.
 MAUROIS (André), 1.
 MEDEIROS JÚNIOR (J. L. de), 92.
 MELO (Barão Homem de), 60.
 MELO MORAIS (A. J. de), 10, 139.
 MELO (Sousa), 31.
 MENDONÇA (Salvador de), 6, 61, 87.
 MENANDRO, 56.
 MENEZES (Antônio Luís Ferreira de), 8.
 MIRANDA (desembargador José Antônio de), 9.
 MONT'ALEGRE, 132.
 MONTEIRO (Jacy), 91.
 MONTESQUIEU, 55.
 MONTEZUMA, 10, 68, 69.
 MOURA (Caetano Lopes de), 10.
 MURITIBA (Marquês de), 60.
 MUZZI (Gonçalo José), 8.
 MUZZI (Maria Luísa), 7, 8.

N

- NABUCCO (Joaquim), 6, 45, 139.
 NABUCCO DE ARAÚJO (José Tomás), 25, 46, 48, 49, 60, 63, 64, 65, 72, 87.
 NAPOLEÃO, 16.
 NERO, 56.
 NOGUEIRA (J. L. Almeida), 86, 139.
 NORBERTO (Joaquim), 59.

O

- OTAVIANO (Francisco), 6, 10, 27, 49, 53, 54, 87.
 OLINDA (Araújo Lima, Marquês de) 16, 32, 66, 75, 93, 132.
 ORLEÃS (Príncipes de), 86.
 ORIBE, 37.
 OTÔNI, (Cristiano), 70.

P

- PANTOJA (Aguilar), 29.
 PARANÁ (Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e Marquês de), 10, 11, 16, 19, 26, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 58, 63, 64, 65, 66, 69, 71, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 101, 131.
 PARANAGUÁ (Marquês de), 52, 109.
 PATROCÍNIO (José do), 13.
 PEDRO I, 60, 80, 81.
 PEDRO II, 2, 14, 20, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 54, 56, 60, 78, 89, 129, 138.
 PERFIRA (padre Antônio), 126.
 PEREIRA (Lúcia Miguel), 59, 139.
 PEREIRA DA SILVA (João Manuel), 27, 59.
 PICOT, 26, 27, 49.
 PINHO (José Wanderley de Araújo), 63, 139.
 PIO IX, 50, 89.
 PÔRTO ALEGRE (Araújo), 10, 51.
 PUJOL (Alfredo), 6.

Q

- QUEIRÓS (Eusébio de), 10, 16, 46, 49, 50, 74, 85, 111, 113, 132.
 QUEIROZ (Siqueira de), 102, 112, 115.

R

- RAMOS (Sousa), 31.
 REBOUÇAS, 10.
 RÊGO BARROS (Sebastião do), 13, 104.
 REIS (monsieur Antônio Pedro dos), 9.
 RIBEIRO (coadjutor Antônio Ferreira), 7.
 RICHELIEU, 40, 55.

RIO BRANCO (Barão do), VII, 5, 6, 139.

RIO BRANCO (José Maria Paranhos da Silva, Visconde do), 27, 31, 35, 38, 49, 88.

ROCHA (José Caetano da), 7, 8.

ROCHA (José Joaquim da), 7.

ROCHA (Maria Luísa Alves da), 8.

ROMERO (Sílvio), 6, 59, 80, 85, 139.

ROSA (dr. José Bento da), 110.

ROSAS, 37, 40.

S

SALVIATUR, 56.

SARAIVA, 49.

SARDINHA (Aleixo Paz), 7.

SARMENTO (Alexandre Maria de Mariz), 52.

SCRIBE (Eugène), 59, 137.

SEIXAS (Romualdo de), 10.

SILVA (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e), 85.

SILVA (Firmino Rodrigues), 10, 16, 17, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 39, 40, 47, 48, 49, 85, 88, 90, 98, 99.

SILVA (Inocência Francisco da), 60, 139.

SILVA (Joaquim Caetano da), 51.

SILVA (2.º Tenente João Ribeiro da), 92.

SILVA (Josino do Nascimento), 33, 34, 35, 47, 98, 99, 104.

SINIMBU, 32, 33, 34.

SISSON, 60.

SIXTO V, 71.

SÓLON, 56.

SOUSA (José Antônio Soares de), 17, 139.

SOUSA (Paula), 71.

SUE (Eugène), 59, 137.

T

TARQUÍNIO DE SOUSA (Otávio), 6, 139.

TAQUES, 31.

TELXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão), 50, 79.

TÓRRES (Rodrigues), 16, 22, 49, 54, 74.

U

URUGUAI (Paulino José Soares de Sousa, Visconde de), 16, 17, 18, 19, 22, 23, 28, 45, 46, 49, 74, 85, 107, 108, 113, 132.

URUGUIANA (Ángelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de), 42, 44, 72.

V

VASCONCELOS (Bernardo Pereira de), 15, 16, 20, 29, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 132.

VASCONCELOS (Diogo Pereira de), 39.

VARNHAGEN, 59.

VEIGA (Evaristo da), 6, 13, 19, 28, 29.

VERGUEIRO (Senador), 40.

VERÍSSIMO (José), 6.

VIANA (Araújo), 132.

VIANA (Hélio), 6.

VOLTAIRE, 16.

Z

ZACARIAS, 93.

*

Obra executada nas oficinas da
SÃO PAULO EDITORA S. A.
São Paulo 6, SP - Brasil